

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

FELIPE DOS SANTOS CAVATTI

**“Relatório de Sustentabilidade” GRI (*Global Reporting Initiative*) para a Universidade Federal do Espírito Santo:
estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção**

**Vitória
2014**

FELIPE DOS SANTOS CAVATTI

**“Relatório de Sustentabilidade” GRI (*Global Reporting Initiative*) para a Universidade Federal do Espírito Santo:
estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.
Orientadora: Prof^a. Dr^a Sonia Maria Dalcomuni,

**Vitória
2014**

FELIPE DOS SANTOS CAVATTI

“Relatório de Sustentabilidade” GRI (*Global Reporting Initiative*) para a Universidade Federal do Espírito Santo: estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovado em 11 de dezembro de 2014

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Dalcomuni
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Rodrigo de Alvarenga Rosa
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Rossana Ferreira da Silva Mattos
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Danielle de Oliveira Bresciani Fortunato
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e aos meus irmãos, grandes companheiros nesta jornada que é a vida.

À minha esposa Paloma que, com muito carinho e apoio, não mediu esforços para que eu vencesse esta etapa.

À professora Sonia, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a realização desta Dissertação.

Ao professor Rodrigo, que além de participar das bancas, foi meu primeiro orientador e sempre se mostrou solícito nas minhas dúvidas, enquanto orientando.

À professora Rossana, que foi de grande maestria durante o curso e muito atenciosa durante o exame de qualificação deste trabalho.

À Equipe da Proplan e aos professores que entrevistei, pelo apoio e auxílio neste trabalho, sem os quais esta pesquisa não seria possível.

Aos amigos e colegas do Mestrado em Gestão Pública pelo incentivo e, principalmente, pelos momentos de descontração.

"Se eu vi mais longe, foi por estar de pé sobre os ombros de gigantes".
Isaac Newton

RESUMO

O presente trabalho objetivou efetuar um estudo prospectivo sobre a possibilidade de adoção de Relatório de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Para tanto, buscou-se diagnosticar a atual situação institucional relativa à condução da gestão pública de programas, projetos e ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Espírito Santo em prol do Desenvolvimento Sustentável. A temática em que se insere é a do Desenvolvimento Sustentável (DS), com especial foco para o DS nas universidades. No Brasil, é a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criado em 1999, que norteia institucionalmente estas ações. Nestes termos, proveu-se uma explicação Teórico-conceitual sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, a legislação ambiental, a gestão ambiental e a Responsabilidade Socioambiental (RSA). Foi realizada, também, uma consulta a especialistas, por meio de entrevistas semiestruturadas com a equipe de técnicos da Proplan - Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e com pesquisadores da universidade que atuam no campo do Desenvolvimento Sustentável, buscando-se verificar acerca do conhecimento dos participantes diante da temática apresentada, assim como ouvir a sugestão sobre indicadores de sustentabilidade possíveis de serem utilizados em um relatório. Os estudos indicaram que a questão da sustentabilidade na universidade ainda é muito tímida, haja vista a ausência de uma inserção das ações sustentáveis no cotidiano da gestão organizacional, da mesma maneira que se verifica uma fragmentação das ações institucionais. Quanto ao desenvolvimento de um Relatório de Sustentabilidade, baseado nas Diretrizes criadas pela *Global Reporting Initiative*, constatou-se sua viabilidade, requerendo-se, entretanto, algumas adaptações no quesito relativo ao Perfil da Organização e dos Indicadores de Desempenho Ambientais, Econômicos e Sociais.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Sustentável, Gestão Pública, Relatório de Sustentabilidade, UFES.

ABSTRACT

This research aimed to carry out a prospective study on the possibility of adopting Sustainability Report, based on the guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI). Therefore, sought-up to diagnose the current institutional situation about the conduct of public management programs, projects and actions developed by the Federal University of Espírito Santo for Sustainable Development. The theme to which it belongs is the Sustainable Development (SD), with special focus to the SD in universities. In Brazil, the *Agenda Ambiental na Administração Pública* (A3P), created in 1999, that institutionally guides these actions. Accordingly the theoretical-conceptual, framework was advanced on issues such as sustainable development, environmental laws, environmental management and Social and Environmental Responsibility. It was also carried out a semi-structured interviews with experts, and with team of *Proplan - Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional* and with university researchers who study sustainable development, seeking to check on the knowledge of the participants about the theme presented, as well as hear the suggestion of possible sustainability indicators to be used in a report. Studies have indicated that the issue of sustainability at the university is still very low, given the lack of integration of sustainable actions in everyday organizational management, just as there is a fragmentation of institutional actions. Regarding the development of a sustainability report based on guidelines established by the Global Reporting Initiative. As the main result, considering certain adjustments for reporting of Profile of Organization and Environmental, Economic and Social Performance Indicators, it is argued that the elaboration of sustainable report for UFES using the Global Reporting Initiative (GRI) guidelines is feasible and useful. Despite some adaptation on GRI Guidelines concerning Organization Profile and Economic, Social and Environmental Performance Indicator is required.

Key Words: Sustainable Development, Public Management, Sustainable Report, UFES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Os três pilares do Desenvolvimento Sustentável	38
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição Regional de Relatórios de Sustentabilidade.....	55
Gráfico 2. Relação dos Indicadores Ambientais e o número de vezes em que foram citados nas entrevistas.....	107
Gráfico 3. Relação dos Indicadores Econômicos e o número de vezes em que foram citados.....	108
Gráfico 4. Relação dos Indicadores Sociais – Relações Trabalhistas e o número de vezes em que foram citados	108
Gráfico 5. Relação dos Indicadores Sociais – Direitos Humanos e o número de vezes em que foram citados.....	109
Gráfico 6. Relação dos Indicadores Sociais – Sociedade e o número de vezes em que foram citados.....	110
Gráfico 7. Relação dos Indicadores Sociais – Responsabilidade Social pelo Produto e o número de vezes em que foram citados	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Resumo dos principais acontecimentos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável após a RIO 92	SChei27
Quadro 2. Dimensões da Responsabilidade Social e seus respectivos significados	33
Quadro 3. Itens do Perfil da Organização, da Forma de Gestão e Indicadores de Desempenho que devem ser relatados, conforme o Nível de Aplicação previamente estabelecido.....	52
Quadro 4. Princípios de conteúdo e qualidade estabelecidos nas Diretrizes ...	54
Quadro 5. Instituições de Ensino Superior e anos de publicação de Relatórios	57
Quadro 6. Quadro referência para Análise da apresentação de um Relatório de Sustentabilidade de uma organização, em relação às informações solicitadas por cada indicador essencial proposto pela GRI	59
Quadro 7. Subitens do Perfil da Organização relatados em um Relatório de Sustentabilidade.....	67
Quadro 8. Relação dos Indicadores Ambientais	69
Quadro 9. Relação dos Indicadores Econômicos.....	69
Quadro 10. Relação dos Indicadores Sociais – Relações Trabalhistas	70
Quadro 11. Relação dos Indicadores Sociais – Direitos Humanos	71
Quadro 12. Relação dos Indicadores Sociais – Sociedade.....	71
Quadro 13. Indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade Social pelo Produto.....	72
Quadro 14. Avaliação dos critérios de sustentabilidade resultantes do questionário, aplicado à Prefeitura Universitária da UFES, no Relatório de Gestão 2010	82
Quadro 15. Avaliação dos critérios de sustentabilidade resultantes do questionário, aplicado à Prefeitura Universitária da UFES, no Relatório de Gestão 2011	84
Quadro 16. Avaliação dos critérios de sustentabilidade resultantes do questionário, aplicado à Prefeitura Universitária da UFES, no Relatório de Gestão 2012	86
Quadro 17. Indicadores de Desempenho Ambiental escolhidos pela equipe da Proplan.....	94

Quadro 18. Indicadores de Desempenho Econômico escolhidos pela equipe da Proplan.....	95
Quadro 19. Indicadores do campo Relações Trabalhistas escolhidos pela equipe da Proplan.....	95
Quadro 20. Indicadores do campo Direitos Humanos escolhidos pela equipe da Proplan.....	96
Quadro 21. Indicadores do campo Sociedade escolhidos pela equipe da Proplan.	96
Quadro 22. Indicadores do campo Responsabilidade Social pelo produto escolhidos pela equipe da Proplan.....	96
Quadro 23. Indicadores de desempenho ambiental e número de vezes em que foram citados.....	100
Quadro 24. Indicadores de desempenho econômico e número de vezes em que foram citados.....	101
Quadro 25. Indicadores do campo Relações Trabalhistas e número de vezes em que foram citados.....	102
Quadro 26. Indicadores do campo Direitos Humanos e número de vezes em que foram citados.....	103
Quadro 27. Indicadores do campo Sociedade e número de vezes em que foram citados.....	105
Quadro 28. Indicadores do campo Responsabilidade Social pelo Produto e número de vezes em que foram citados.	106
Quadro 29. Perfil da Organização para Relatório de Sustentabilidade da UFES.	112
Quadro 30. Indicadores de Desempenho Ambiental para relatório de sustentabilidade da UFES.....	113
Quadro 31. Indicadores de Desempenho Econômico para relatório de sustentabilidade da UFES.....	114
Quadro 32. Indicadores de Desempenho Social – Relações Trabalhistas para relatório de sustentabilidade da UFES.....	114
Quadro 33. Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos para relatório de sustentabilidade da UFES.....	115
Quadro 34. Indicadores de Desempenho Social – Sociedade para relatório de sustentabilidade da UFES.....	115

Quadro 35. Indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade Social pelo Produto para relatório de sustentabilidade da UFES	115
---	-----

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
Audin – Auditoria Interna
BDTD – Biblioteca Digital de Teses
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies*
CEUNES – Centro Universitário Norte do Espírito Santo
CGU – Controladoria Geral da União
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
Consuni – Conselho Universitário
CPA – Comissão Permanente de Avaliação
CPPAD – Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
DDT – Dicloro-Difenil-Tricloroetano
DJSI – *Dow Jones Sustainability Index*
Ecoletiva – Projeto Coleta Seletiva
e-Mec – Sistema de Regulação do Ensino Superior
FTSE4GooD – *Index FTSE Group*
GAPIA – Grau de Aderência Plena aos Indicadores Adicionais
GAPIE – Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais
GAPIT – Grau de Aderência Plena aos Indicadores Totais
GEE – Grau de Aderência Efetiva
GRI – *Global Reporting Initiative*
GVCES – Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas
HUCAM – Hospital das Clínicas Cassiano Antônio Moraes
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Ibicit – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IES – Instituição de Ensino Superior

ISE Bovespa – índice de sustentabilidade da Bolsa de Valores de São Paulo
ISO – *International Organization for Standardization*
IUCN – *International Union for Conservation of Nature*
MEC – Ministério da Educação
MIT - *Massachusetts Institute of Technology*
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
ONN - Órgão Nacional de Normalização
ONU – Organização das Nações Unidas
PEG – Programa de Eficiência de Gasto
PES – Projeto Esplanada Sustentável
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNEF – Plano Nacional de Eficiência Energética
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROAD – Pró-reitoria de Administração
Proaeci – Pró-reitoria de Assistência Estudantil
PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROEX – Pró-reitoria de Extensão
Progep – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
Prograd – Pró-reitoria de Graduação
Proplan – Pro-reitoria de Planejamento e Pesquisa e Desenvolvimento Institucional
PRPPG – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
RSA - Responsabilidade Social Ambiental
RSC – Responsabilidade Social Corporativa
SAM – *Sustainable Asset Management Group*
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
SIMA – Sistema de Informações sobre Sustentabilidade
Sisnama – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TCU – Tribunal de Contas da União

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UJ – Unidade Jurisdicionada

WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*

WWF – *World Wide Fund Nature*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: ABORDAGEM TEÓRICO CONCEITUAL.....	23
1.1. O Desenvolvimento Sustentável.....	23
1.2. Legislação Ambiental e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) no Brasil ...	29
1.3. A Responsabilidade Social Corporativa.....	32
1.4. Responsabilidade Socioambiental e Indicadores	37
1.5. Gestão Ambiental e Responsabilidade Ambiental no Setor Público	41
1.6. Relatórios de Sustentabilidade	45
2. GLOBAL REPORTING INITIATIVE: DETALHAMENTOS OPERACIONAIS E PANORAMA DE SUA ADOÇÃO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS E EMPRESAS	48
2.1. A <i>Global Reporting Initiative</i>	48
2.2. Panorama Nacional e Internacional de Adoção da GRI.....	54
2.3. Problemas com o Relatório de Sustentabilidade GRI	57
3. METODOLOGIA	63
3.1. Tipo de Pesquisa	63
3.2. Materiais e Métodos.....	65
4. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: HISTÓRICO, ESTRUTURA E AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE ADOTADAS	73
4.1. Caracterização da Universidade Federal do Espírito Santo	73
4.2. Ações Institucionais voltadas para a Sustentabilidade	77
4.3. A sustentabilidade nos Relatórios de Gestão da UFES.....	81
4.4. Consulta aos Membros selecionados da Comunidade Universitária sobre as ações de sustentabilidade na UFES e análise dos dados levantados	89
4.3.1. Consulta aos Técnicos da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFES	89
4.3.2. Consulta aos Docentes Especialistas da UFES	97
4.3.3. Análise das sugestões relativas aos indicadores	107
5. PLANO DE INTERVENÇÃO: PROPOSIÇÃO DE ESTRUTURA DE “RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE PARA A UFES”	112
5.1. Perfil da Organização	112
5.2. Indicadores de Desempenho	113

5.2.1. Indicadores de Desempenho Ambiental.....	113
5.2.2. Indicadores de Desempenho Econômico	114
5.2.3. Indicadores de Desempenho Social	114
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICE A.....	132
APÊNDICE B.....	138

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar a possibilidade de adoção de um “Relatório de Sustentabilidade” para a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, baseada na versão 3.1 das diretrizes desenvolvidas pela Organização Não-Governamental *Global Reporting Initiative* - GRI, em parceria com a Organização das Nações Unidas - ONU.

Existe uma longa discussão acerca do impacto ambiental das atividades humanas sobre o meio ambiente. A ação humana sobre o meio ambiente esteve, historicamente, focada na dominação da natureza, acarretando, muitas vezes, graves consequências para a vida no planeta. Como consequências, observa-se, entre outros casos, um acelerado processo de urbanização, da concentração populacional nas cidades e da progressiva geração de resíduos decorrentes de padrões insustentáveis de produção e consumo (PINTO & CARLETTO, 2010). De acordo com Battestin (2008), a partir da perspectiva apresentada, pode-se considerar que a humanidade vive, neste início de século XXI, uma crise de caráter econômico, social, ético e ambiental.

À medida que as economias se tornam cada vez mais globalizadas, surgem oportunidades nunca vistas para gerar prosperidade e qualidade de vida, por meio do compartilhamento do conhecimento e do acesso à tecnologia. Essas oportunidades, todavia, nem sempre estão acessíveis para a imensa parte da população e, quase sempre, são acompanhadas de novos riscos à estabilidade do meio ambiente. As estatísticas que demonstram melhoria na condição de vida de muitas pessoas em todo o mundo têm, como contrapartida, informações alarmantes sobre o estado do meio ambiente e o permanente ônus da miséria e da fome de milhões de pessoas. Esse contraste cria um dos dilemas mais prementes do século XXI (GRI, 2011).

Para o enfrentamento deste problema, faz-se necessário o desenvolvimento de um sistema sustentável, voltado para uma perspectiva sistêmica, que enfatize a colaboração e a cooperação. Esse novo sistema tem, por base, o conceito de Desenvolvimento Sustentável que, em linhas gerais, pode ser explicado como o desenvolvimento que busca por satisfazer as necessidades do presente sem

comprometer a capacidade de suprir a necessidade das gerações futuras (BRUNDTLAND *et al*, 1988).

A passagem de um modelo de desenvolvimento predatório a um sustentável que mantenha a harmonia com a natureza tem múltiplas implicações. Conforme Dias (2011), essa passagem implica modificar nossa visão e relação com a natureza, considerando-se que esta não é somente uma fonte de matérias-primas, mas, além disso, é o ambiente necessário para a existência humana. Envolve também um manejo racional dos recursos naturais, bem como a modificação da organização produtiva e social que produz e reproduz a desigualdade e a pobreza, bem como as práticas produtivas predatórias.

Nesse sentido, um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável é a exigência de escolhas inovadoras e novas formas de pensar, incluindo-se, nessa ideia, novas tecnologias e novas formas de gestão. Assim sendo, é neste contexto que as organizações assumem grande preponderância, visto que atuam como forças fundamentais na sociedade e possuem uma abrangente dimensão socioeconômica. De acordo com Schein (1982), uma organização pode ser entendida como a coordenação planejada das atividades de um grupo de pessoas, para a consecução de algum propósito ou objetivo comum, por meio da divisão do trabalho e função, organizados em uma hierarquia de autoridade e responsabilidade.

Segundo Dias (2011) as organizações possuem um impacto decisivo e reconhecido como pertencentes ao vínculo social, uma vez que atuam diretamente com o desenvolvimento laboral, participam da estruturação do consumo e são, portanto, responsáveis pelos impactos sociais ou ambientais que causam. Assim sendo, a partir desta ótica, tem sido imprescindível para as organizações a busca por práticas de gestão que estejam consonantes com a chamada Responsabilidade Social Corporativa (RSC) que, conforme Ashley *et al* (2000), pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade ou com alguma comunidade específica, expresso por meio de atos que a afetem positivamente, agindo de forma proativa e coerente no que tange ao seu papel específico na sociedade e à sua prestação de contas para com esta.

Além disso, em uma perspectiva mais abrangente e mais atual da RSC, as organizações e a sociedade assimilaram que a responsabilidade deve ser direcionada, também, para o ambiente em que vivem, com a qualidade de vida e

com o desenvolvimento, adotando-se uma nova postura que pode ser denominada como Responsabilidade Social Ambiental ou Socioambiental (RSA).

Segundo Melo Neto & Froes (2011), pode-se entender a Responsabilidade Socioambiental com um compromisso permanente, por parte das organizações, na busca da adoção de postura e ações éticas que contribuam para o desenvolvimento econômico em consonância com a qualidade de vida de seus parceiros internos e externos. Para alcançar esse compromisso, faz-se necessário, então, a compreensão de como as organizações podem influenciar o meio ambiente ou como o desempenho destas pode ser relatado à sociedade. Assim, a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade tem sido uma das ferramentas utilizadas com esta finalidade. A geração de relatórios pode auxiliar no atendimento das demandas dos inúmeros atores da economia, e da sociedade, por uma transparência nas questões de responsabilidade da organização.

Assim sendo, conforme Ethos (2014a), os relatórios podem ser definidos como demonstrativos anuais dos projetos, benefícios e ações sociais dirigidos a todos os *stakeholders*, sendo eles empregados, investidores, governos, mercado, acionistas e comunidade, cuja função é tornar públicas a responsabilidade e preocupação da empresa em relação às pessoas e à vida no planeta, criando vínculos com a sociedade.

Nessa perspectiva, conceitualmente, o Relatório de Sustentabilidade pode ser entendido como um documento que tem, por objetivo, medir e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas de uma organização, sendo esta uma empresa, uma organização não governamental (ONG) ou uma instituição governamental (ECOSSISTEMAS, 2013). Tendo em vista este objetivo, a ONG GRI - *Global Reporting Initiative* desenvolveu uma estrutura de documento, embasada em uma série de diretrizes, visando à criação de Relatórios de Sustentabilidade.

Segundo a empresa Ecosystemas (2013), a GRI – *Global Reporting Initiative*, estrutura-se em uma rede independente composta por milhares de indivíduos e organizações distribuídos em mais de 30 países e com sede em Amsterdã – Holanda, sendo parceiro oficial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. No Brasil, a GRI conta com a parceria da UniEthos e do núcleo de estudos em sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (ECOSSISTEMAS, 2013).

De acordo com GRI (2013), por meio de aprendizagem contínua, pesquisa e ciclos regulares de reuniões, unindo centenas de parceiros, num processo voluntário e *multistakeholder*, a GRI busca atribuir aos relatórios de sustentabilidade a mesma seriedade e utilidade que os relatórios e balanços financeiros possuem, conferindo-lhes o *status* de documento. Nesse contexto, pode-se entender a atuação dos *stakeholders* como a participação consensual de funcionários, colaboradores, fornecedores, acionistas e investidores.

Depreende-se, assim, que a *Global Reporting Initiative – GRI* tem, como visão, propor que os Relatórios de Sustentabilidade, baseados em suas diretrizes, tornem-se tão rotineiros quanto são os tradicionais relatórios financeiros ou de gestão. Para que esse objetivo seja alcançado, a GRI reúne, atualmente, uma rede de milhares de especialistas, de dezenas de países que contribuem para o seu desenvolvimento sendo, a versão GRI 3.1, a mais utilizada na elaboração de Relatórios, atualmente. Vale ressaltar que a GRI tornou-se uma importante referência para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e a adesão das organizações empresariais aos padrões de publicação, de relatórios de sustentabilidade, aos moldes da GRI, tem crescido no mundo todo (MARIMON *et al*, 2012).

Com relação às organizações governamentais, verifica-se uma escassa produção de informações sobre os impactos causados por suas atividades. São poucos os órgãos da Administração Indireta, tais como autarquias, empresas públicas e Sociedades de Economia Mista que realizam a iniciativa de reportarem seus impactos socioambientais. No caso das Universidades Públicas Federais, autarquias federais vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), a produção de informações, com base no Relatório de Sustentabilidade – GRI é inexistente.

De acordo com Alshuwaikhat e Abubakar (2008), ressalta-se que as universidades ocupam um local de destaque perante as comunidades que as abrigam, haja vista o envolvimento direto no desenvolvimento tecnológico, na geração de conhecimento e informação e na formação de estudantes. Além disso, é considerado um local propício para discussões, manifestações e desenvolvimento de ações-modelo, tendo como objetivo, auxiliar na construção de uma sociedade mais justa, humana e sustentável (ALSHUWAIKHAT; ABUBAKAR, 2008).

Nesse contexto, entende-se que as Instituições de Ensino Superior – IES, em especial as públicas, devem desempenhar um importante papel à promoção do

desenvolvimento sustentável. Segundo Tauchen e Brandli (2006), quanto ao olhar da sustentabilidade sobre as instituições de ensino superior, existem duas principais: a primeira refere-se à sua prática educacional, formando egressos sensibilizados e qualificados para as práticas sustentáveis, impactando diretamente a sociedade à medida que possam assumir o papel de formadores de opinião; a segunda forma se dá por meio da estruturação de práticas de gestão adotadas pela instituição, tais como a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) em seus *campi* universitários, sendo estes modelos e exemplos práticos para a sociedade.

Diante disso, Caramaz e Cooper (2011) asseveram que as universidades portam um papel chave no realinhamento da educação e na formação de uma consciência ética sobre o meio ambiente e valores humanos. O ambiente universitário possui, sobretudo, o potencial de ir além das atividades educadoras, influenciando as mudanças de paradigmas no modo de vida das sociedades, tendo assim, o dever de inserir em suas ações e decisões a questão ambiental como eixo condutor.

Nessa conjuntura, a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, uma vez constituindo-se no principal produtor e difusor de conhecimentos científicos, técnicos e culturais do estado, tem importante papel a cumprir nessa busca pela sustentabilidade. Assim, a presente dissertação objetivou identificar as ações de sustentabilidade adotadas na gestão universitária da UFES, e sugerir a elaboração e adoção de Relatório de Sustentabilidade nos moldes da *Global Reporting Initiative*. Para tanto, este trabalho foi estruturado em seis capítulos, além desta introdução, quais sejam: Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Socioambiental e Relatórios de Sustentabilidade: Abordagem Teórica Conceitual; Global reporting initiative: detalhamentos operacionais e panorama de sua adoção em órgãos públicos e empresas; Metodologia; Universidade federal do espírito santo: histórico, estrutura e ações de sustentabilidade adotadas; Considerações Finais; Plano de intervenção: proposição de estrutura de “relatório de sustentabilidade para a UFES”.

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: ABORDAGEM TEÓRICO CONCEITUAL.

O presente capítulo destina-se à explicação da base teórico-conceitual, adotada nesta dissertação, trazendo o histórico de evolução do tema Desenvolvimento Sustentável, além da evolução da Responsabilidade Socioambiental e surgimento dos Relatórios de Sustentabilidade.

1.1.O Desenvolvimento Sustentável

Nos últimos três séculos, conforme Dias (2011), o desenvolvimento tecnológico foi inigualável e em nenhum outro período da história foram realizadas tantas descobertas. A Revolução Industrial, que teve seu início no século XVIII, rapidamente se espalhou para outros recantos do mundo, promoveu o crescimento econômico e abriu perspectivas de maior geração de riqueza. Contudo, tal crescimento acabou por resultar, também, em vários problemas socioambientais, tais como: alta concentração populacional nas cidades, devido à urbanização concentrada; consumo excessivo de recursos naturais; contaminação do ar, dos solos, das águas; desflorestamentos, entre outros (DIAS, 2011).

Assim, chegamos aos dias atuais com a perspectiva de que os problemas ambientais enfrentados pela humanidade, de maneira geral, podem ser considerados decorrentes de um desenvolvimento industrial utilizador de tecnologias poluentes e com baixa eficiência energética, de um crescimento populacional exponencial e de um sistema de valores que estimula o consumo material ilimitado (BIJOS *apud* GRÜN, 1996). Em vista dessa situação, de acordo com Primack e Rodrigues (2001), a lista de transformações naturais que estão diretamente relacionadas a atividades humanas é longa, sendo que o próprio clima do planeta, por exemplo, pode ter sido alterado por uma combinação de poluição atmosférica e desmatamento. Diante disso, percebe-se a necessidade urgente de se buscar a harmonização do desenvolvimento socioeconômico, com a preservação e recuperação do ambiente natural e o desenvolvimento humano em sentido amplo, podendo-se denominar essa situação como “paradigma da sustentabilidade” (DALCOMUNI, 1997, 2006).

Segundo Dalcomuni (1997, 2006), historicamente, observa-se um longo processo até o florescimento de uma nova perspectiva diante dos problemas evidenciados. Até o fim da década de 1950, a economia mundial tinha, como foco técnico, a geração de emprego e renda. Havia uma enorme complacência diante dos impactos ambientais gerados pelas atividades industriais, tendo em vista que a degradação era considerada como um preço a se pagar pelo desenvolvimento.

Todavia, durante a década de 1960, houve o surgimento do ambientalismo contemporâneo a partir do movimento de contracultura norte-americano, em especial o movimento *hippie*, que contestava o modelo de sociedade e o padrão consumista vigente. Apesar de não possuir maiores influências do pensamento acadêmico, observando-se que, neste período, as manifestações ambientais eram realizadas por grupos considerados como “alternativos”, destaca-se a publicação em 1962, do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), da bióloga e escritora norte-americana Rachel Carson, cujo trabalho demonstrava que as ações humanas pelo uso do pesticida DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano), interferiam de forma deletéria no ambiente (PALMISANO E PEREIRA, 2009).

Outro destaque foi que a chegada do homem à Lua trouxe novos questionamentos ao demonstrar as limitações e finitude dos recursos naturais, a exemplo do artigo do autor Kenneth E. Boulding chamado *The economics of the coming spaceship Earth*, em que o autor faz uma analogia entre planeta Terra e a espaçonave Apolo 11, evidenciando os recursos limitados disponíveis aos astronautas, alertando que o modelo a que denominou “economia do *cowboy*”, historicamente pautado na ideia de recursos naturais ilimitados, deveria ser substituído pela “economia do astronauta”, com a consciência de se situar num planeta que é finito (DALCOMUNI, 1997, 2006).

De forma gradativa, a conscientização ambiental inseriu-se no meio acadêmico e, em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, na Suécia, uma equipe do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) publicou o relatório *Limites ao Crescimento*. De acordo com o relatório, se o padrão e ritmo de crescimento econômico vivenciado pelos Estados Unidos no período de 1920 a 1972 fossem generalizados para o restante do planeta, o crescimento econômico seria inviabilizado pela insuficiência de recursos naturais utilizados como insumos e pela incapacidade do meio ambiente em absorver os impactos dos poluentes oriundos da

produção (DALCOMUNI, 1997, 2006). O documento, embora sendo criticado e alarmista por muitos, conseguiu atingir seu objetivo, influenciando não apenas a opinião pública, mas, sobretudo, muitos governos e organizações internacionais (DIAS, 2011).

Conforme Dias (2011), a realização da Conferência de Estocolmo e a publicação do Relatório Limites do Crescimento contribuíram para que se estabelecessem preocupações normativo-institucionais, tanto no âmbito da ONU, quanto nos Estados membro da organização, levando à criação de Ministérios, Agências e outras organizações governamentais com atuações relativas ao meio ambiente. A Conferência da ONU em 1972 gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e produziu o Plano de Ação Mundial, com objetivo de orientar melhor a preservação e a melhoria no ambiente, bem como resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (DIAS, 2011).

Diante dessa nova realidade e na busca por soluções globais, no ano de 1980, o termo “desenvolvimento sustentável” aparece, pela primeira vez, no intitulado *World Conservation Strategy*, um documento produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), em parceria com a *World Wildlife Fund* (atualmente, *World Wide Fund for Nature* – WWF) e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (TAVARES, 2007). Em sequência, em 1983 é formada pela ONU a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), conhecida também por Comissão Brundtland, na ocasião presidida pela Primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, teve, por objetivo, examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento, buscando propostas conciliadoras e viáveis (DIAS, 2011).

Contudo, do final da década de 1970 a meados dos anos 1980, em função dos dois choques mundiais do petróleo, que ocorreram em 1973 e 1979, e que acarretaram a elevação abrupta do preço do petróleo e a desaceleração da economia nos EUA e na Europa, houve um recuo das pressões ambientais. Todavia, a partir de meados dos anos 1980, a retomada do crescimento após a superação da crise mundial do petróleo, a emergência de preocupações ambientais globais, tais como o agravamento do Efeito Estufa e incidência de chuvas ácidas, bem como e a ocorrência de vários acidentes ecológicos. Temos, como exemplos, o acidente de Bhopal, na Índia, em dezembro de 1984, onde cerca de 50 mil toneladas de Metil-Isocianato vazaram na unidade da *Union Carbide*, ocasionando a morte de um

número estimado de 16 mil pessoas, e o acidente de Chernobyl, na Ucrânia, em abril de 1986, onde um dos reatores da usina nuclear explodiu, levando à emissão de uma nuvem radioativa que atingiu boa parte da Europa, reaviva-se a conscientização ambiental (GREENPEACE, 2013).

Nesse contexto, de acordo com Dalcomuni (1997, 2006), em 1987 a Comissão Brundtland publica o relatório *Nosso Futuro Comum*, formalizando o conceito de Desenvolvimento Sustentável pela primeira vez e estabelecendo a definição mais usual do termo. Segundo a definição, o Desenvolvimento Sustentável é o que permite à geração presente satisfazer as suas necessidades, sem comprometer que as gerações futuras satisfaçam suas próprias necessidades (BRUNDTLAND et al, 1988). Com isso, observa-se que tal conceito não tem preocupação apenas como os impactos ambientais das ações econômicas do presente, mas, principalmente, com as consequências na sociedade em relação a qualidade de vida e bem-estar futuro (GADOTTI, 2000).

Posteriormente, no ano de 1992, a ONU realizou, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD. A CNUMAD, mais conhecida como Rio-92, referência à cidade que a abrigou, e também como “Cúpula da Terra”, por ter mediado acordos entre os Chefes de Estado presentes (MMA, 2013a). Da Conferência resultaram cinco documentos: a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Declaração de Princípios para a gestão sustentável das florestas; a Convenção sobre a Biodiversidade Biológica; a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas; o programa das Nações Unidas para o século XXI, mais conhecido como Agenda 21 (DIAS, 2011). Destaca-se a publicação da Declaração do Rio, que estabeleceu vinte e sete princípios objetivando estabelecer uma nova e justa parceria global por meio da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos e a Agenda 21, que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais, estabelecendo parâmetros para que se obtenha o desenvolvimento sustentável nas vertentes econômica, social e ambiental.

Posteriormente à Rio 92, o debate sobre o Desenvolvimento Sustentável avançou em muitos pontos, com a realização de outras conferências, conforme a Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Resumo dos principais acontecimentos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável após a RIO 92.

Ano	Acontecimento	Observação
1997	Rio+5	Analisou a implementação do Programa Agenda 21.
2000	I Foro Mundial de âmbito Ministerial – Malmo (Suécia)	Aprovação da Declaração de Malmo que examina novas questões ambientais para o Século XXI.
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio +10	Realizada em Johannesburgo, procurou examinar o alcance de metas estabelecidas na RIO 92.
2005	Protocolo de Kyoto	Entra em vigor o Protocolo de Kyoto, que obriga os países desenvolvidos a reduzir os gases do efeito estufa e estabelece os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo para os países em desenvolvimento.
2007	Relatório do Painel das Mudanças Climáticas	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas divulga seu relatório apontando as consequências do aquecimento global até 2100.
2010	ISO 26000 – Responsabilidade Social	A ISO divulga a norma ISO26000 para a Responsabilidade Social.

Fonte: Elaboração própria, com base em DIAS (2011).

Em 2012 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), também conhecida como “RIO + 20”, na cidade do Rio de Janeiro, contou com a participação de chefes de estados. Teve, por objetivo, a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto, além do tratamento de temas novos e emergentes (RIO20, 2014), tendo como dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (MMA, 2014). Em paralelo, houve a realização da Cúpula dos Povos, um evento promovido pela sociedade civil de vários países, que objetivou discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo (MMA, 2014).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, discutido em todas as conferências e encontros, a partir da publicação do relatório da Comissão Brundtland e nos anos subsequentes, sempre recebeu muitas críticas por parecer muito vago e, de certa forma, ambíguo. Em princípio, desenvolvimento sustentável significava um alerta quanto à possibilidade de exaustão dos recursos naturais e uma cobrança de responsabilidade intergerações no uso destes recursos, significando assim, uma exigência de incorporação da dimensão meio ambiente natural aos conceitos e nas diretrizes do desenvolvimento econômico (DALCOMUNI, 1997, 2006). Tendo em vista essa premissa, o desenvolvimento sustentável passa a ter três pilares básicos, sendo estas, as dimensões econômica, social e ambiental.

Contudo, após duas décadas das formulações iniciais, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta a crescente influência de novas áreas do conhecimento, ampliou-se. Dalcomuni (1997, 2006) distinguiu dois conceitos de Desenvolvimento Sustentável. O primeiro denomina-se Desenvolvimento Sustentável em “sentido estrito”, sendo este, conceituado originalmente no Relatório Brundtland, o qual é composto por três dimensões: 1) econômico 2) social e 3) ambiental (eficiência). O segundo conceito, por ela proposto, é chamado de Desenvolvimento Sustentável em “sentido amplo” e é constituído por cinco dimensões: 1) Econômico; 2) Social; 3) Ambiental (Eficiência e patrimônio natural); 4) Político-cultural; 5) Geográfico-espacial.

Dessa forma, consoante Dalcomuni (1997, 2006), além de se considerar a ampliação de bens e serviços (econômica), a distribuição equitativa da riqueza produzida (social) e a busca por uma produção em harmonia com o ambiente natural (ambiental), o desenvolvimento sustentável assimilou, também, a harmonização da distribuição espacial das atividades humanas (geográfico-espacial) e a participação democrática nas decisões de produção e acesso à riqueza produzida, considerando-se a diversidade étnico-cultural que existem nas sociedades (político-cultural).

Portanto, nessa nova perspectiva, observa-se que, de uma preocupação inicial relativa à exploração racional dos recursos naturais, passou-se para a percepção da natureza como patrimônio. Dentro desse contexto, tendo a busca pelo Desenvolvimento Sustentável como norte, os governos começaram a estabelecer procedimentos para que as organizações se adequassem à nova realidade socioambiental, gerando, entre outros, a publicação de Resoluções, Regulamentos

internacionais e a multiplicação de estruturas e órgãos de regulação nos mais diversos países, dentre os quais, o Brasil.

1.2. Legislação Ambiental e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) no Brasil

Em termos históricos, bem antes das questões ambientais vivenciadas na atualidade, segundo Wainer (1993), pode-se afirmar que a evolução das leis de caráter ambiental, no Brasil, iniciou-se ainda nos tempos de colônia, quando da criação e expedição das Ordenações Filipinas. As Ordenações Filipinas eram compilações de leis portuguesas vigentes tanto na metrópole, quanto nas colônias, que disciplinavam matérias relativas ao direito ambiental e urbanístico tais como a regulamentação da caça, o disciplinamento do uso e ocupação do solo e o controle da exploração vegetal (WAINER, 1993).

Posteriormente, já no período do Brasil Império, destaca-se a criação, em 1850, da Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, que considerava crime punível com prisão, de 2 a 6 meses, e multa, a derrubada de vegetação ou o ateamento de fogo (MEIRA, 2008). No período republicano, ressalta-se a criação do Serviço Florestal do Brasil em 1921 e, em 1934, já na Era Vargas, a criação do Código de Águas, que classificava como ato ilícito a contaminação deliberada de corpos d'água (WAINER, 1993).

De acordo com Oliveira (2014), a partir de década de 1960 o Brasil vivenciou a edição de disciplinas legais que consideravam não mais o meio ambiente apenas como recurso que detém valor econômico, mas, também, com valor natural e social. Dentre os mais significativos, observa-se, conforme Oliveira (2014): Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1.964); Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de Setembro de 1.965); Código de Caça (Lei nº 5.197, de 03 de Janeiro de 1.967); Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de Fevereiro de 1.967).

Na década de 80, já influenciada pelo debate e tendências de desenvolvimento que integrassem a questão ambiental e redirecionando sua postura frente ao manejo dos recursos naturais, o governo federal procurou definir, legalmente, no ano de 1981, a organização da gestão administrativa do meio ambiente no Brasil. Assim, foi estabelecida em 1981 a Política Nacional de Meio Ambiente (lei 6.938/81), que definiu, entre outras, o Sistema Nacional de Meio

Ambiente (SISNAMA) e os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 2013), a seguir:

(...)

Art. 9º - São Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

E em 1985, o atual Ministério do Meio Ambiente foi criado, sendo denominado à época por Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. No ano de 1986, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do Ministério do Meio Ambiente, editou a Resolução Conama nº 01/86 que estabeleceu critérios para a realização de Estudo de Impactos Ambientais e a elaboração dos seus respectivos relatórios de impacto sobre o meio ambiente para empreendimentos de grande porte, trazendo algumas definições em seu texto, como por exemplo, a de Impacto Ambiental (MMA, 2013b):

(...)

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Posteriormente, já em consonância com conceito de Desenvolvimento Sustentável, conforme a publicação do Relatório Brundtland de 1987, no ano de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que abordou, pela primeira vez, a questão ambiental, instituindo o meio ambiente como direito fundamental. Desse modo, além de justificativas de leis ordinárias e outros mecanismos legais, tais como as resoluções e portarias, a própria Constituição Federal assegurava a importância de um meio ambiente sadio, já possuindo, em seu conteúdo, a ideia de Desenvolvimento Sustentável. O art. 225 da constituição expressa:

(...)

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Em paralelo ao estabelecimento de medidas legais e influenciado por estas, o mercado e a sociedade civil começaram a estabelecer regras para que as empresas e outros agentes se adequassem à nova realidade. Para essa adequação surge o conceito de Gestão Ambiental. Esse conceito traz a ideia de que não há a possibilidade de atuação responsável se, internamente, os quadros organizacionais não estiverem convencidos da importância da adoção de práticas ambientalmente corretas (DIAS, 2011).

Inicialmente, o processo de gestão ambiental em uma organização sempre esteve relacionado ao respeito às normas elaboradas pelas instituições públicas sobre o meio ambiente. Conforme Dias (2011), estas normas fixam os limites aceitáveis de emissão de substâncias poluentes, definem em que condições serão despejados os resíduos, proíbem a utilização de substâncias tóxicas, etc. Colocadas dessa maneira, as ações de gestão ambiental de empresas e demais organizações podem ser consideradas como ações corretivas, buscando-se reduzir ou eliminar os impactos que foram gerados.

Em contraposição a essa postura, surgiu no mercado a ideia de políticas ambientais proativas, que buscam métodos preventivos para atuação na origem dos impactos gerados pela atividade da organização. Exemplo dessa maneira de atuação foi o surgimento do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que pode ser

definido como “conjunto de responsabilidades organizacionais, procedimentos, processos e meios que se adotam para a implantação de uma política ambiental em determinada empresa ou unidade produtiva” (DIAS, 2011, p.104).

As normas de SGA mais utilizadas pelas empresas e outras organizações são as da série ISO 14000. A ISO – Organização Internacional para Padronização, estabelecida em 1946 como uma confederação internacional de órgãos nacionais de normalização (ONNs) de todo o mundo, e que tem a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT como um de seus membros fundadores, em março de 1993, estabeleceu o Comitê Técnico de Gestão Ambiental - ISO/TC 207, para desenvolver uma série de normas internacionais de gestão ambiental, a exemplo do que já vinha sendo feito pelo ISO/TC 196, com a série ISO 9000 de Gestão de Qualidade (PNUMA, 2013).

A série, que recebeu o nome de ISO 14000, refere-se a vários aspectos, como sistemas de gestão ambiental, auditorias ambientais, rotulagem ambiental, avaliação do desempenho ambiental, avaliação do ciclo de vida e terminologia (PNUMA, 2013). A família de normas ambientais tem como eixo central a norma ISO 14001, que estabelece os requisitos necessários para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA.

Além da abordagem legal e da incorporação de padrões que demonstrassem preocupação com a eficiência sob a ótica da sustentabilidade no processo produtivo, o mercado e as organizações passaram a considerar a questão do Desenvolvimento Sustentável em sintonia com a Responsabilidade Social Corporativa, surgindo, como síntese desse processo, a chamada Responsabilidade Socioambiental que traz, em seu âmago, a ideia de se relatar à sociedade os impactos e ações da instituição.

1.3. A Responsabilidade Social Corporativa

A Responsabilidade Social, conforme Ethos (2003) é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da organização com os mais diversos públicos, e pelo estabelecimento de metas empresariais que podem impulsionar o desenvolvimento sustentável da sociedade, tendo em vista a preservação dos recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Vale evidenciar alguns conceitos de organização. Conforme Schein (1982, p.12), uma organização é a “coordenação planejada das atividades de uma série de pessoas para a consecução de algum propósito ou objetivo comum, explícito, através da divisão do trabalho e função, por meio de uma hierarquia de autoridade e responsabilidade”. Cury (2000, p.116) definiu a organização como sendo “um sistema planejado de esforço cooperativo no qual cada participante tem um papel definido a desempenhar e deveres e tarefas a executar”.

Inserida nas organizações, a Responsabilidade Social, pode ser definida como uma forma de relação fundamentada na ética. A ética pode ser conceituada, conforme Valls (1994), como uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Na mesma linha de pensamento, Cotrim (1998) conceitua a Ética ou filosofia da moral como a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito dos fundamentos da vida moral.

Nessa perspectiva, o ético compreende, antes de tudo, as disposições do homem na vida, seu caráter, seus costumes e, naturalmente, também a sua moral. Aqui cabe distinguir a ética da moral. Segundo Srour (1998), a ética é reflexão crítica, enquanto a moral, cuja origem etimológica se remete às palavras do latim *mor* ou *mores*, significando, assim, a maneira de agir, costumes de um povo ou formas adquiridas por hábito, consiste-se, portanto, em sistema normativo histórico de um grupo.

Com a perspectiva ética como norteadora das ações e políticas das organizações, Segundo Carroll (1991), a responsabilidade social da empresa pôde, assim, ser estruturada em quatro diferentes dimensões: econômico, legal, ético e filantrópico. O Quadro 2, na página seguinte, resume a proposta do autor.

Quadro 2. Dimensões da Responsabilidade Social e seus respectivos significados

DIMENSÃO	SIGNIFICADO
Econômica	Inclui as obrigações da empresa em gerar lucro, ser produtiva e gerar valor ao acionista. Todos os outros papéis dos negócios são atribuídos e derivados deste pressuposto fundamental.
Legal	O negócio deve apresentar à dimensão econômica um respeito às leis e aos regulamentos, onde deve oferecer produtos dentro das normas de segurança e obedecer as regulamentações do governo.
Ética	Segue princípios e padrões que definem a conduta aceitável e definida pelo público, órgãos regulamentadores, grupos provados interessados, concorrentes e a própria empresa. A tomada de

	decisão deve levar em consideração as consequências de suas ações, honrando o direito dos outros, cumprindo deveres e evitando prejudicar os outros
Filantrópica	O negócio deve gerar melhorias para a sociedade, por meio de responsabilidade legal, ética e econômica, bem como adotar práticas filantrópicas, em se engajar papéis sociais não legalmente obrigatórios, mas em alguns casos, cada vez mais estratégicos.

Fonte: Grohmann *et al* (2012).

Buscando-se uma sistematização do pensamento relativo à evolução do conceito de responsabilidade social, Marrewijk *apud* Cintra (2011) propõe uma separação histórica e linear do tema, em três abordagens, cada uma incluindo e transcendendo as anteriores, a saber: 1) abordagem do *shareholder* ou desempenho econômico; 2) abordagem do *stakeholder*; 3) abordagem da sociedade.

A abordagem que liga a responsabilidade social corporativa ao desempenho econômico, conhecida como abordagem do *shareholder* ou Paradigma Ortodoxo da Responsabilidade Social Corporativa, segundo Grohmann *et al* (2012), tem como principais autores Milton Friedman e, posteriormente, Donna J. Wood. Para Friedman, a única responsabilidade social da organização é a da ampliação do lucro e qualquer inserção na arena social é um desvio dos fundos dos acionistas (ou *shareholders*), que enfraquece a posição competitiva da empresa e dilui o esforço de seus gerentes que deveriam estar focados na produtividade. Já Wood possui uma visão mais ampla, direcionando as ações sociais para três caminhos: a utilização do poder de forma responsável; o envolvimento responsável com a sociedade; a prudência do processo de tomada de decisões (CINTRA, 2011).

Já na abordagem do *stakeholder*, a organização não é responsável somente perante seus *shareholders*, mas precisa balancear os múltiplos interesses dos indivíduos ou grupos que podem afetar, ou serem afetados, pela consecução dos objetivos da empresa (FREEMAN *apud* CINTRA, 2011). Pode-se afirmar que a teoria dos *Stakeholders* amplia a noção de responsabilidade da empresa, até então voltada somente para o seus funcionários e acionistas, para qualquer grupo que possa afetar ou ser afetado pela atuação da organização (FREEMAN *apud* GROHMANN *et al*, 2012).

Dentro da abordagem do *stakeholder*, Clarkson (1995) propõe que os *stakeholders* sejam classificados em um grupo primário e outro secundário.

Stakeholders primários seriam as partes sem as quais a empresa não conseguiria manter um negócio existindo. Seriam os investidores, acionistas, empregados, clientes e fornecedores, além dos *stakeholders* públicos tais como governos e comunidades. Os *stakeholders* secundários seriam aqueles que influenciam ou são influenciados pela companhia, porém, não realizam transações diretas com a organização e também não afetariam a sobrevivência desta.

Numa outra classificação, os *stakeholders* são definidos por Elkington (1997), como tradicionais e emergentes. São enquadrados como *Stakeholders* tradicionais, os acionistas, as fontes de financiamento e o governo, ao passo que *stakeholders* emergentes incluem empregados, consumidores e clientes, organizações profissionais e comunidade.

Portanto, constata-se que a abordagem do *stakeholder* representou uma evolução em relação à abordagem do *shareholder*. Como explicado por Carroll (1991), a palavra “social” da responsabilidade social corporativa, que sempre foi vaga, agora possuiria um sentido, delimitando a quem de fato a responsabilidade se destina, visto que o *stakeholder* delineia as pessoas e grupos aos quais as organizações devem considerar em sua orientação quando buscarem a Responsabilidade Social Corporativa. De acordo com CINTRA (2011), a teoria dos *stakeholders* trata a empresa como envolvida numa complexa rede de relacionamentos, exigindo que aborde os organismos não somente como objetos gerenciáveis, mas como sujeitos com seus próprios objetivos e propósitos.

Com o aprimoramento do modelo de gerenciamento de *stakeholders*, surge o modelo de compromisso ou *engagement* com os *stakeholders*, que entende que, os acionistas, além de não serem considerados os mais importantes em um negócio, tampouco considera a criação de riqueza do acionista como o único critério para avaliar o desempenho da empresa (ANDRIOFF et al, 2002). Essa concepção foi fortemente influenciada pela abordagem sistêmica da organização, que reconhece a existência de diferentes segmentos e interesses, mergulhados em uma natureza complexa e dinâmica de interações (GRAY ET AL., 1996; BARBIERI E CAJAZEIRA, 2009).

Essa nova perspectiva introduz a terceira tipologia proposta por Marrewijk (2003), chamada de abordagem da sociedade, na qual as companhias são responsáveis pela sociedade como um todo e operam por consenso público para servir, construtivamente, às necessidades da sociedade. Evidentemente, este

conceito não é observado na prática, haja vista o paradigma econômico vigente. A abordagem da sociedade, que leva em conta a noção de direitos dos *stakeholders* e da sociedade, concatena-se ao conceito de *accountability*. De acordo com Ethos (2014c), o conceito de *accountability* está relacionado ao dever de se prestar contas, não necessariamente de forma financeira, e tornar informações relevantes conhecidas para aqueles aos quais se têm responsabilidade. O termo não apresenta um significado preciso, tendo em conta a abrangência de abordagens e seus multiusos. Segundo Sinclair (1995, *apud* Cintra, 2011), apesar do caráter multifacetado, *accountability*, em uma abordagem mais simples, significa a exigência de que as pessoas devem se explicar e serem responsáveis por suas ações.

Segundo Cintra (2011), uma vez que o termo *accountability* levanta a questão de responsabilidade, é importante a reflexão acerca da identificação do responsável que presta contas, e a quem se prestam contas. Conforme Einsenhardt (1989, *apud* Cintra, 2011), o modelo de *accountability*, proposto por Gray *et al.* (1996) entende a sociedade como composta por múltiplas interações entre *stakeholders*, não existindo posição fixa entre principais e o agente. Já a Teoria da Agência entende a existência de duas partes, sendo um principal e um agente, ao qual o agente, que toma decisões que podem afetar o bem-estar do principal, pode não agir de acordo com os interesses deste (JENSEN; MECKLING, 1976 *apud* SAITO; SILVEIRA, 2008).

Tendo em vista a ideia de caráter multifacetado, Cintra (2011) sugere o conceito de *accountability* corporativa para definir os mecanismos institucionais que determinam, aos líderes corporativos, prestarem contas de forma contínua à sociedade como um todo, aos *stakeholders* tradicionais e aos emergentes.

De acordo com a autora, para a sua efetivação e realização, os mecanismos institucionais devem garantir o controle público de ações-chave das corporações, permitindo aos *stakeholders*, além de serem informados sobre as ações realizadas, influírem na definição de metas que apresentem impactos econômicos, sociais e ambientais sobre aquele público, garantindo a responsabilização das organizações (CINTRA, 2011). São esses conceitos que sustentam a ideia de que uma organização deve desenvolver um documento que tenha por objetivo, relatar à sociedade as suas ações. Todavia, o relato deve ser não apenas numa perspectiva contábil e financeira, mas, também, em uma perspectiva socioeconômica e ambiental.

1.4. Responsabilidade Socioambiental e Indicadores

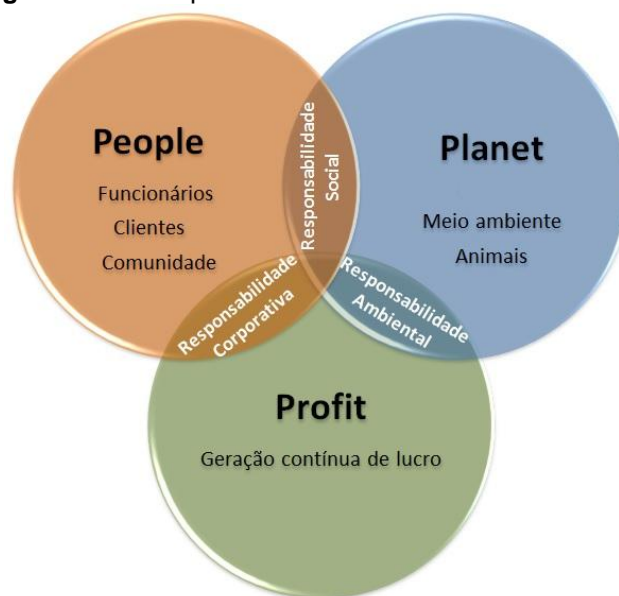
Com o surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, a partir do Relatório Brundtland, em 1987, alguns consultores de negócios e acadêmicos deduziram que, para sensibilizar as empresas e demais organizações, essa concepção deveria se relacionar com a linguagem dos negócios. Nesse contexto, de acordo com Cintra (2011), atribui-se à consultoria britânica *SustainAbility*, na figura de seu sócio e fundador, John Elkington, a criação do termo *triple bottom line* (TBL).

Para Elkington (1997, p.20), a sustentabilidade é “o princípio de assegurar que nossas ações hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as gerações futuras”. Dessa maneira, o conceito de *Triple Bottom Line* sugere que o sucesso de uma organização não pode ser medido somente pelo lucro gerado no negócio, mas, também, pela possibilidade de associação do negócio com as dimensões econômicas, sociais e ambientais, ao qual organização está sujeita, como parte integrante e atuante de uma sociedade.

O *Triple Bottom Line*, segundo Elkington (1997), possui três pilares – *People*, *Planet* e *Profits*. O termo foi criado a partir de uma alusão ao *bottom line* ou o resultado líquido da demonstração do resultado do exercício de uma empresa (CINTRA, 2001). Vale ressaltar que *People*, *Planet* e *Profits* são, respectivamente, correlacionados ao social, ambiental e econômico, sendo estes, contudo, tripés da sustentabilidade adaptados para o contexto do ambiente corporativo. A Figura 1 demonstra como os três pilares, com seus elementos, são responsáveis por serem os norteadores da Responsabilidade Socioambiental de uma organização.

Na literatura surgiram, posteriormente, conforme Cintra (2011), outras denominações além de *Triple Bottom Line*, tais como Empreendedorismo Sustentável, Sustentabilidade Empresarial entre outros para denominar o conceito de forma mais ampla, já com a associação do desenvolvimento sustentável ao tema social.

Figura 1. Os três pilares do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Vértice (2014)

Nessa conjuntura, para tornar a sustentabilidade uma realidade nas organizações, modelos de diretrizes de gestão surgiram para o aperfeiçoamento das práticas que buscam a sustentabilidade nas organizações. Como efeito da adoção dessas diretrizes de gestão, houve a necessidade das organizações medirem e coletarem informações sobre seus desempenhos e investimentos socioambientais, além de criarem meios de comunicação para seus *stakeholders*, mediante indicadores de sustentabilidade e, também, por intermédio de documentos elaborados contendo informações sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais denominados, frequentemente, de relatório socioambiental, relatórios social corporativo ou relatório de sustentabilidade (CALIXTO, 2011).

O termo indicador, por definição, segundo Meira (2009), origina-se do latim *indicare*, verbo que significa apontar. Em português, indicador significa “o que indica”, torna patente, revela, propõe, sugere, expõe, menciona, aconselha, lembra. Os indicadores são sinais transformados em informações úteis que podem fornecer, portanto, a dimensão das atividades realizadas, proporcionando uma visão do futuro conectada aos objetivos e metas, simplificando as informações sobre fenômenos complexos para melhorar o processo de comunicação e transmissão destas para o público. Assim sendo, conforme Deponti & Almeida (2005), um indicador de sustentabilidade pode ser entendido como um instrumento que permite avaliar um

sistema, verificando-se, portanto, o seu nível ou condição, permitindo a sua operacionalização a fim de que se mantenha sustentável.

Segundo Tinoco & Kraemer (2011), os indicadores de sustentabilidade estão estreitamente associados aos métodos de produção e de consumo, refletindo a intensidade de emissões ou de utilização de recursos, além de suas tendências e evoluções e um determinado intervalo de tempo. De acordo com os autores, servem também para evidenciar os progressos realizados, objetivando dissociar as atividades econômicas das pressões ambientais correspondentes.

Conforme *Sustainable Measures* (2014), algumas características são determinantes para qualificar como eficientes os indicadores de sustentabilidade: devem ter relevância mostrando algo sobre o determinado sistema que está em estudo; precisam ser de fácil compreensão, tornando-se uniformes e claros para todos; precisam ser confiáveis quanto às informações resultantes do processo, ou seja, um indicador é somente útil se a pessoa souber que pode acreditar naquilo que está sendo mostrado; os dados precisam ser acessíveis, de maneira que a informação tem de estar disponível para ser utilizada em qualquer momento.

No mundo corporativo, a consolidação do uso de indicadores de sustentabilidade surgiu em diversas iniciativas e em vários mercados. Surgiu, por exemplo, no âmbito de mercados de capitais com a criação do Índice Dow Jones de Sustentabilidade – DJSI e o Índice de Desempenho Social das Empresas (*Corporate Social Performance*) ou ISE-Bovespa. Conforme De Martini Jr (2013), em 1999, houve o lançamento do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (em inglês, *Dow Jones Sustainability Index* - DJSI), na Bolsa da Nova Iorque, sendo a primeira referência mundial no mercado de ações a monitorar o desempenho financeiro em termos de critérios econômico, ambiental e social.

Segundo De Martini Jr (2013), o DJSI é administrado pela *Sustainable Asset Management Group* (SAM), empresa de consultoria em investimentos sediada em Zurique, na Suíça. De acordo com SAM (2014), o DJSI Mundial - em inglês, *DJSI World*, convida para participar da avaliação, anualmente, as 2500 maiores empresas do *Dow Jones Total Globe Stock Market Index*, selecionando 250 empresas pertencentes a 58 setores de atividades (SAM, 2014).

Em linhas gerais, para a elaboração do *ranking* com os índices das empresas, De Martini Jr (2013) explica que a empresa convidada deve responder um questionário com critérios gerais, abrangendo de 40 a 50% da avaliação,

dependendo do segmento, e pelo menos 50% com perguntas para avaliar os critérios de riscos e oportunidades específicos do setor que enfocam as dimensões econômica, ambiental e social. Cada uma destas dimensões contém, em média, de 6 a 10 critérios, e cada critério com 2 a 10 questões, totalizando cerca de 80 a 120 perguntas, dependendo do setor.

Assim sendo, conforme De Martini Jr (2013), dentre os critérios avaliados, incluem-se estratégias de mudança climática, consumo de energia, desenvolvimento de recursos humanos, relações das partes interessadas, governança corporativa, etc. Cada empresa é avaliada com base em pesos estabelecidos para cada pergunta, podendo atingir uma pontuação de sustentabilidade de até 100 pontos. Esta pontuação é que classifica a empresa, dentro do seu grupo. Posteriormente, o processo de avaliação para a elaboração do *ranking* é auditado por uma organização independente.

No Brasil, em 2005, foi lançado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O ISE-Bovespa foi o quarto índice de ações no mundo a monitorar o desempenho de mercado de empresas que adotam os princípios da sustentabilidade (DE MARTINI JR, 2013). Para o processo de avaliação, as empresas com as 200 ações mais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, em termos de liquidez, e que tenham participado em pelo menos 50% dos pregões realizados nos 12 meses anteriores ao início da avaliação da carteira, são convidadas anualmente para participar do processo de seleção gerido pela Bolsa (DE MARTINI JR, 2013).

As empresas são avaliadas por meio de um questionário que abrange sete dimensões, sendo elas: Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa, Econômico-Financeira, Ambiental, Social e Mudanças Climáticas. Conforme De Martini Jr (2013), as sete dimensões possuem a mesma importância e pesos idênticos, sendo que cada dimensão é subdividida em critérios de avaliação, com pesos diferenciados, em função da relevância da atividade do setor, no contexto da gestão da empresa, e das demandas da sociedade. Cada critério, por sua vez, possui indicadores que se desdobram em perguntas com respostas padronizadas, de múltipla escolha, para obtenção de informações de práticas da empresa.

Contudo, O DJSI e o ISE-Bovespa, bem como outros índices utilizados pelo mercado enfrentam uma série de dificuldades, como explica Paiva *apud* Godoi-de-Souza et al (2003). Durante o processo de avaliação a partir dos indicadores, pode

não ocorrer uma definição clara acerca de custos ambientais, dificuldade de se calcular um efetivo passivo ambiental e, também, um alto grau de subjetividade na análise desses indicadores. Além disso, podem ocorrer diferenças de enfoque em cada abordagem, ora voltando-se mais à competitividade, com forte base em fatores econômicos e operacionais, ou mais à sustentabilidade, com base em fatores econômicos, sociais e ecológicos (CORAL, STROBEL & SELIG, 2004).

Todavia, até o momento, a temática da responsabilidade socioambiental tem sido limitada às ações desenvolvidas por organizações privadas (empresas), referindo-se, em particular, aos efeitos e aos impactos que as atividades realizadas possam ter sobre o ambiente. Contudo, a administração pública também é influenciada pelas novas perspectivas, muito embora não sofra a mesma contundência, no quesito exigências e adequações que as empresas inseridas no ambiente de mercado. Na administração pública, ressalta-se que, ao longo da última década, diversos programas e projetos surgiram com o intuito de se integrar as ações da administração pública na agenda da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

1.5. Gestão Ambiental e Responsabilidade Ambiental no Setor Público

Na esteira das reformas promovidas na administração pública brasileira desde a década de 1990, diversos processos de modernização têm sido incorporados e modernizados, levando a importantes mudanças nas estruturas de governança da administração pública, afim de que as demandas sociais por cidadania, serviços de qualidade e melhoria da eficiência sejam razoavelmente atendidas. Entre as demandas contempladas pelas políticas públicas, vale destacar as exigências por uma postura mais efetiva no tocante às questões relativas à sustentabilidade, incorporadas ou praticadas pela administração pública, por meio da atuação de seus órgãos e demais organismos vinculados indiretamente.

Para tanto, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou em 1999, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), um programa governamental que tem, por objetivo, a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental, no âmbito da administração pública (BRASIL, 2014). No ano de 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio ambiente, a A3P passou a ser uma das principais ações para

proposição e estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas na gestão pública e privada.

De acordo com Brasil (2014), a A3P tem o objetivo de estimular os gestores públicos a incorporarem princípios e critérios de gestão ambiental nas atividades rotineiras da gestão pública, buscando a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais, por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos. Entre os desafios, a A3P pretende promover a Responsabilidade Socioambiental na gestão pública, como política governamental, auxiliando na integração da agenda de crescimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2014).

Como relatado por Brasil (2014), a A3P tem como fundamento as recomendações do Capítulo IV da Agenda 21 que indica, aos países, o estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo, e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças desses padrões. Além disso, também possui, como referência, o Princípio 8 da Declaração do Rio, que afirma que os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo, promovendo políticas demográficas adequadas e, ainda, na Declaração de Johannesburgo, que institui a adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2014).

Para a real efetivação dessa agenda, o Ministério do Meio Ambiente apoia tecnicamente as instituições interessadas em desenvolver a A3P propondo, aos parceiros interessados, a sua institucionalização por meio da assinatura do Termo de Adesão e o seu cadastro na Rede A3P (BRASIL, 2014). O Termo de Adesão é o instrumento de compromisso para implantação da A3P nas instituições públicas, celebrado entre os interessados e o MMA, visando unir esforços para aperfeiçoar os projetos destinados ao desenvolvimento da A3P na administração pública (BRASIL, 2014). A Rede A3P é um canal de comunicação que tem, por objetivo, o intercâmbio técnico-científico, difundindo as informações relativas à agenda, sistematizando dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições. Dessa maneira, contribui-se para incentivar a criação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos diversos programas de formação que levam à mudança organizacional por meio de troca de experiências (BRASIL, 2014).

Conforme Brasil (2014), a A3P também busca monitorar e avaliar os projetos promovidos pelas instituições públicas. Desde 2010, a avaliação da adoção A3P, pela instituição que aderiu à agenda, baseia-se em um Relatório de Monitoramento, elaborado anualmente, e que tem, por referência, um Plano de Trabalho desenvolvido pela instituição participante. A partir de 2012, com vistas a aperfeiçoar os resultados, a equipe do Ministério do Meio Ambiente responsável pela A3P, passou a realizar monitoramentos específicos acerca dos temas constantes dos Eixos Temáticos, sendo estes, em específico, o tema Gestão de Resíduos Sólidos e as Licitações Sustentáveis. O monitoramento temático é realizado a partir de um questionário próprio, as informações são compiladas e um *ranking* é elaborado, por meio de uma gradação de nota aferida em cada categoria. O *ranking* dos que participam desse monitoramento é enviado para os participantes, de forma a subsidiá-los sobre a implantação de suas ações em cada eixo.

Esse monitoramento se dá por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, que permitem subsidiar a elaboração de uma série histórica de consumo permitindo, assim, que metas sejam traçadas para o uso racional dos recursos (BRASIL, 2014). Os indicadores, de acordo com Brasil (2014) são: uso racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos; gestão adequada dos Resíduos Gerados; contratações Sustentáveis; qualidade de Vida no Trabalho; sensibilização e Capacitação.

Tendo em vista os avanços que a A3P promove, diversos mecanismos legais para a tutela da gestão ambiental na administração pública foram estabelecidos, a fim de que as ações sejam subsidiadas de forma mais completa. Como exemplo dessas novas normatizações legais, no ano de 2006, foi editado pela presidência da república o Decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2014).

Outro exemplo importante de dispositivo legal criado foi a Lei nº 12.349/2010, que alterou a o Art. 3º Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), incluindo a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das licitações. A nova redação do artigo diz (BRASIL, 2014):

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Além de licitações com caráter sustentável, outras leis e regulamentos foram construídos na esteira da agenda da sustentabilidade na administração pública, sendo elas (BRASIL, 2014): Lei 12.187/2009 – Política Nacional de Mudanças Climáticas; Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei 12.462/2011 – Regime Diferenciado de Contratações Públicas; a recomendação CONAMA Nº 12/2011, que indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), a adoção de normas e padrões de sustentabilidade; o Decreto nº 7.746/2012, que determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas; a Instrução Normativa Nº 10/2012 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas.

Ademais aos dispositivos legais já criados, a Administração Pública Federal lançou, em 2012, o Projeto Esplanada Sustentável (PES). O projeto é uma iniciativa conjunta dos Ministérios do Planejamento, do Meio Ambiente, de Minas e Energia e da Secretaria-Geral da Presidência da República que tem, por objetivo principal, incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem o modelo de gestão organizacional estruturado na execução de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal (BRASIL, 2014).

O Programa Esplanada Sustentável busca integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos, e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho, articulando a Agenda A3P com as seguintes iniciativas (BRASIL, 2014): Programa de Eficiência do Gasto – PEG; Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL (Eficiência Energética em Prédios Públicos); Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEF; Coleta Seletiva Solidária.

Os mecanismos legais e as iniciativas por parte da Administração Pública Federal demonstram como a sustentabilidade é uma realidade, ainda que os projetos não caminhem de forma ágil ou não cativem os responsáveis pela gestão pública. De maneira geral, pode-se considerar que a gestão ambiental na Administração Pública Federal, ainda que incorpore os princípios do desenvolvimento sustentável, e a noção de mensuração com o uso de indicadores, ainda carece de maneiras de se relatar para a sociedade como se dão os impactos que as suas atividades exercem.

A utilização de indicadores utilizados na A3P, por mais que seja uma importante iniciativa para que a Administração Pública Federal exerça a responsabilidade de identificar e relatar os impactos das organizações abrangidas pela Agenda, não se faz por completa à medida que outras formas de relatar esses impactos sejam mais efetivas. No setor privado, em contraposição aos índices de sustentabilidade, tais como os do mercado de capitais, os Relatórios de Sustentabilidade se estabeleceram como vanguarda da maneira de relatar os impactos exercidos pelas organizações.

1.6. Relatórios de Sustentabilidade

Em comparação aos índices utilizados pelo mercado de capitais, conforme GRI (2006), o Relatório de Sustentabilidade, ou conhecido por Balanço Social – em sua versão mais antiga-, ou ainda como Relatório Socioambiental, divulga às partes interessadas, internas e externas, como está o desempenho de uma organização, em um determinado período de tempo, visando alcançar o desenvolvimento sustentável no contexto dos compromissos assumidos, estratégia e abordagem de gerenciamento, fornecendo uma explanação equilibrada deste desempenho, com os resultados benéficos e adversos.

Conforme Cunha e Ribeiro (2008), a divulgação de um Relatório de Sustentabilidade, por parte de uma dada organização tem, por objetivo, evidenciar se os discursos de Responsabilidade Socioambiental divulgados pelas organizações, por meio de suas propagandas, possam ser comparados com a prática. Como a sociedade passou a exigir a responsabilização social pelas organizações, chegou-se, assim, ao ponto de se tornar necessária a divulgação periódica desses relatórios (IGALENS, 2004).

Historicamente, esse tipo de divulgação se iniciou na Europa e nos Estados Unidos. De acordo com Siqueira (2003), foi na Europa Ocidental que surgiram as primeiras iniciativas de publicação dessas demonstrações, tendo ocorrida na França, em 1972, a publicação do primeiro Balanço Social. Todavia, o Balanço Social, apesar de ser uma grande iniciativa, ainda não respondia de forma adequada às exigências haja vista que, para a uma verdadeira prestação de contas, fazia-se necessária à ampliação das informações (SIQUEIRA, 2009).

O desenvolvimento do Balanço Social, como instrumento, não ficou restrito a países desenvolvidos. No Brasil, os principais modelos desenvolvidos e utilizados para o Balanço Social foram os do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e o do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. De acordo com Reis & Medeiros (2007), em 1997, o IBASE desenvolveu o primeiro modelo de Balanço Social no Brasil e em 1998, passou a conceder um selo às organizações que seguissem sua metodologia na elaboração de seus relatórios. O modelo IBASE, de acordo com Reis & Medeiros (2007), apresenta sete categorias de indicadores abrangendo dados quantitativos e qualitativos. As sete categorias são: base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, indicadores relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações.

Conforme ETHOS (2014b), o modelo proposto pelo Instituto Ethos possui indicadores que objetivam identificar o potencial de melhoria do desempenho social da entidade, considerando valores, transparência e governança, relacionados ao público interno, ao meio ambiente, aos fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo e sociedade.

De acordo com ETHOS (2014c), os Indicadores Ethos são organizados em questões de profundidade, binárias e quantitativas. As questões de profundidade visam uma avaliação do nível atual de gestão de uma dada organização, apresentando o estágio de cada prática de gestão, em quadros. São quatro estágios, em escala: básico, intermediário, avançado e proativo. Os estágios são determinados conforme orientações do modelo, escolhendo-se aquela definição que melhor corresponde à realidade da empresa, para cada indicador. As questões binárias, que são do tipo “sim” ou “não”, são qualitativas, mostrando aprofundamento do estágio de responsabilidade social da empresa, uma vez que identifica as práticas de gestão indicadas que são adotadas e as que ainda devem ser

incorporadas pela empresa. Já as questões quantitativas refletem um levantamento sistemático de dados especificados pelo modelo, seja através da apresentação de séries anuais ou cruzamento com outros dados do mesmo relatório, ressaltando-se que são usadas por alguns indicadores (ETHOS, 2014).

Segundo Tinoco (2006), diante da evolução do conceito de Balanço Social, em cujo leque de itens, analisados e relatados, ampliou-se e passou a evidenciar questões econômicas, ambientais e de cidadania, pode-se dizer que o termo Relatório de Sustentabilidade se tornou mais adequado. De acordo com Adams & Evans (2004), analisando o *triple bottom line* como ferramenta de reporte verifica-se que, na maioria dos países, a divulgação é voluntária e não há padrões mandatórios para a elaboração de relatórios. Todavia, há modelos bem estruturados em evolução, como os padrões desenvolvidos pela organização *Global Reporting Initiative* (GRI, 2006).

Conforme GRI (2011), a *Global Reporting Initiative* é uma organização cujo principal trabalho consiste na criação de diretrizes e indicadores para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. As diretrizes da GRI são, na atualidade, a principal referência para a elaboração destas publicações, não só devido ao processo compartilhado de desenvolvimento e gestão, mas também aos fundamentos de seu conteúdo, que dialoga com as principais referências internacionais em sustentabilidade, tais como a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, o Pacto Global da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, quais sejam: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (PNUD, 2014).

Diversas organizações, principalmente empresas, têm optado em desenvolver Relatórios de Sustentabilidade, com base no modelo de diretrizes criado pela *Global Reporting Initiative*, devido a diversos fatores tais como a padronização bem como a possibilidade de adaptação que a estrutura oferece para os mais diversos segmentos.

2. GLOBAL REPORTING INITIATIVE: DETALHAMENTOS OPERACIONAIS E PANORAMA DE SUA ADOÇÃO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS E EMPRESAS

Este capítulo tem, por objetivo, apresentar a *Global Reporting Initiative* descrevendo seu histórico, desde a sua concepção até a atualidade, evidenciando as suas diretrizes de elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, bem como mostrando um panorama da atual da adoção do Relatório de Sustentabilidade GRI pelas mais variadas organizações, principalmente as Instituições de Ensino Superior – IES.

2.1. A *Global Reporting Initiative*

A GRI – *Global Reporting Initiative*, de acordo com Greenpedia (2013), foi criada em 1997 pela ONG norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics* - CERES, na cidade de Boston - EUA, tendo como missão, o desenvolvimento e a disseminação global de diretrizes mais adequadas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Segundo GRI (2013), a primeira versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, no modelo da *Global Reporting Initiative*, foi lançada no ano 2000 e desenvolvida dentro de um processo de engajamento voluntário de representantes do setor empresarial, ONGs, organizações trabalhistas, investidores institucionais, ativistas de direitos humanos, firmas de auditoria e consultoria, agências da ONU, entre outras. A segunda geração de Orientações, conhecido como G2, foi lançada em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo - África do Sul. Nesse momento, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) abraçou GRI e convidou os Estados membros da ONU para hospedá-lo, sendo que a Holanda foi escolhida para ser país anfitrião.

Em 2002, a GRI foi formalmente estruturada como uma organização, mudando-se para Amsterdã, sendo que a PNUMA passou a ser oficialmente uma colaboradora. Em 2006 foi lançada a terceira geração de diretrizes, sendo que sua elaboração teve a participação de mais de 3.000 especialistas de empresas, sociedade civil e do movimento sindical (GRI, 2013).

Após o lançamento da versão G3, a GRI expandiu sua estratégia construindo alianças tais como as firmadas com o Pacto Global das Nações Unidas, a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, dentre outros. A presença regional da GRI foi estabelecida por meio de seus Pontos Focais - escritórios regionais - em uma série de "territórios-chave" (GRI, 2013). Em 2011, a GRI publicou as Diretrizes G3.1, sendo esta uma atualização e conclusão do G3, com orientações reportando desempenhos relacionados à questões de gênero, comunidade e direitos humanos.

Segundo GRI (2011, p. 5), o Relatório de Sustentabilidade visa “oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo informações tanto positivas como negativas”. Um relatório de sustentabilidade, baseado nas diretrizes estabelecidas da GRI, pode permitir a divulgação dos resultados obtidos dentro de um determinado período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização, podendo ser usado também para (GRI, 2011): padrão de referência (*benchmarking*) e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias; demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável; comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo.

De acordo com GRI (2011), as Diretrizes para o Relatório de Sustentabilidade possuem como referência uma série de documentos, acordos e normas internacionais, podendo-se destacar, entre outras: Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e seus Protocolos; Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, 1998; Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais.

Oficialmente, o Relatório de Sustentabilidade visa “oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo informações tanto positivas como negativas” (GRI, 2011, p. 5). De acordo com a empresa Ecossistemas (2013), são inúmeros os benefícios para as organizações que elaboram e divulgam seu relatório GRI. Para a gestão corporativa

da organização, o relatório pode representar o diagnóstico das principais fortalezas e debilidades no que tange o seu desempenho socioambiental. Para a imagem pública, o relatório GRI é a oportunidade de transparência, melhoria da reputação e o aumento da fidelidade, motivação e compromisso de seus diferentes *stakeholders* (funcionários, colaboradores, fornecedores, acionistas e investidores).

Para que a organização elabore o documento, a GRI desenvolveu a Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade, visando proporcionar uma linguagem comum que pudesse ser aplicada por todos os tipos de organizações, colocando-as em um mesmo nível, auxiliando na discussão e comparação de seus desempenhos de sustentabilidade. A Estrutura de Relatórios da GRI possui quatro elementos, documentados, que direcionam a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, sendo elas:

1) Diretrizes para a Elaboração de Relatório de Sustentabilidade: princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre a elaboração do relatório. As Diretrizes da GRI são desenvolvidas com a participação de grupos de trabalho internacionais, partes interessadas e consulta pública;

2) Protocolos de Indicadores: fornecem definições, orientações para compilação e outras informações para assegurar a coerência dos indicadores de desempenho;

3) Suplementos Setoriais: são publicações com interpretações e orientações sobre a aplicação, dos indicadores, em setores específicos;

4) Protocolos Técnicos: orientam na elaboração do relatório incluindo o estabelecimento de limites do relatório.

Com base nesses quatro documentos, elabora-se o Relatório propriamente dito, tendo-se em vista as Diretrizes para a Elaboração do Relatório de Sustentabilidade como o documento base para a realização dessa atividade.

De maneira resumida, um relatório de sustentabilidade, no modelo GRI, deve constar em seu corpo: o Perfil da organização, onde são relatadas Informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança; Informações sobre a Forma de Gestão, em que são relatados os dados que objetivam explicitar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização, numa área específica; e os Indicadores de Desempenho, que são essenciais para demonstração de informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social. A dimensão social se subdivide nas categorias práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Para a elaboração do relatório, a organização pode optar por um dos três níveis de aplicação propostos pela GRI. Cada Nível de Aplicação estabelece um número de itens do perfil da organização, estabelecidos pelas Diretrizes, e pelos suplementos setoriais, se houver, a serem relatados, bem como o número de indicadores de desempenho que deverão ser respondidos.

Segundo GRI (2011), existem os níveis de aplicação C (iniciante), B (intermediário) e A (avançado), sendo que, uma organização poderá, também, autodeclarar-se um ponto a mais (+) em cada nível (por exemplo, C+, B+, A+), demandando para este caso, a realização de uma auditoria externa à organização, após a criação do relatório, para a devida certificação. O Quadro 3, apresenta os níveis de aplicação, de maneira resumida, com suas respectivas exigências. O nível C, por exemplo, estabelece um mínimo de 10 indicadores que devem ser respondidos, enquanto o nível B exige um mínimo de 20 indicadores. Na tabela não estão detalhados os itens do perfil, da gestão e os indicadores haja vista a complexidade das informações.

As Diretrizes informam sobre a necessidade dos responsáveis seguirem uma série de princípios e orientações para a sua consecução. Ou seja, na definição do conteúdo do relatório, os itens do perfil que devem ser respondidos, as informações relatadas sobre a forma de gestão e os indicadores de desempenho escolhidos e demonstrados no relatório devem respeitar as orientações e princípios informados pelas Diretrizes e pelos Protocolos Técnicos.

Quadro 3. Itens do Perfil da Organização, da Forma de Gestão e Indicadores de Desempenho que devem ser relatados, conforme o Nível de Aplicação previamente estabelecido.

Nível de Aplicação	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da Organização	Devem ser respondidos os seguintes itens das Diretrizes: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 a 4.15.	Idem ao nível de aplicação C, contudo deve ser realizada verificação externa.	Todos os critérios elencados para o Nível C devem ser respondidos, acrescidos dos itens: 1.2; 3.9 a 3.13; 4.5 a 4.13; 4.16 a 4.17.	Idem ao nível de aplicação B, contudo deve ser realizada verificação externa.	Todos os critérios elencados para o nível B.	Idem ao nível de aplicação A, contudo deve ser realizada verificação externa.
Informações sobre a forma de Gestão	Informações não exigidas.		Informações sobre a Forma de Gestão para cada categoria do indicador.		Forma de Gestão divulgada para cada categoria do indicador.	
Indicadores de Desempenho	Responder a no mínimo 10 indicadores de desempenho estabelecidos pelas diretrizes, sendo pelo menos um indicador da área econômica, social e ambiental.		Responder a no mínimo 20 indicadores de desempenho estabelecido pelas diretrizes, incluindo pelo menos um indicador da área econômica, social, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade e responsabilidade e pelo produto.		Responder a cada Indicador Essencial estabelecido o pelas Diretrizes ou ainda pelos Suplementos Setoriais, se houver. Se não for possível responder ao Indicador Essencial, deve ser explicado o motivo de sua omissão.	

Fonte: Adaptado de GRI, 2011.

Para a elaboração do Relatório, conforme a *Global Reporting Initiative*, as orientações são que na identificação dos temas e dos respectivos indicadores, que estes sejam relevantes e que devam ser relatados por meio de um processo interativo compatível com os princípios de materialidade, de inclusão dos *stakeholders*, de contexto da sustentabilidade e com as orientações para o estabelecimento do limite do relatório; na identificação dos temas, deve-se

considerar a relevância de todos os aspectos do indicador suscitados nas Diretrizes da GRI e nos suplementos setoriais, observando-se também, outros temas que sejam importantes para o relatório, se houver.

Com relação aos princípios, conforme GRI (2011), as Diretrizes informam que cada um deles compreende uma definição, uma explicação e um conjunto de testes para orientar seu uso. Os testes devem ser utilizados como ferramentas de autodiagnóstico e não como itens específicos de divulgação a serem relatados. Os princípios são de dois tipos: os que definem o conteúdo do relatório e os que asseguram a sua qualidade.

De acordo com GRI (2011), os princípios que definem o conteúdo são: Materialidade - os temas e os indicadores devem ser escolhidos para reportar os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; Inclusão de *Stakeholders* - identificação dos *stakeholders* e explicação sobre as medidas que foram tomadas em resposta a seus interesses e expectativas procedentes; Contexto de Sustentabilidade - desempenho da organização no contexto dos limites e demandas relativos aos recursos ambientais ou sociais em níveis setorial, local, regional e global; Abrangência - cobertura dos temas e indicadores relevantes refletindo os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos, permitindo que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização no período analisado;

Já os princípios que buscam assegurar a qualidade do relatório são (GRI, 2011): Equilíbrio - o relatório deverá refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral; Comparabilidade - as questões e informações deverão ser selecionadas, compiladas e relatadas de forma consistente. As informações relatadas deverão ser apresentadas de modo que permitam aos *stakeholders* analisarem mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises sobre outras organizações; Exatidão - as informações deverão ser suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização relatora; Periodicidade - o relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentadas; Clareza - as informações deverão estar disponíveis de uma forma compreensível e acessível aos *stakeholders* que fizerem uso do relatório; Confiabilidade - as informações e processos usados na preparação do relatório deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e

divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e a materialidade das informações.

No Quadro 4, encontra-se uma breve descrição dos princípios que norteiam a definição de conteúdo e de qualidade do Relatório GRI.

Quadro 4. Princípios de conteúdo e qualidade estabelecidos nas Diretrizes

Princípios do GRI	
Conteúdo	Qualidade
Materialidade: Temas e indicadores devem ser escolhidos para reportar os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização.	Equilíbrio: Aspectos positivos e negativos do desempenho da organização são ressaltados de modo a permitir uma avaliação equilibrada.
Inclusão de Stakeholders: Identificação dos <i>stakeholders</i> e explicação sobre as medidas que foram tomadas em resposta a seus interesses e expectativas procedentes.	Comparabilidade: as questões e informações deverão ser selecionadas, compiladas e relatadas de forma consistente, permitindo comparações ao longo do tempo com outras corporações.
Contexto da Sustentabilidade: desempenho da organização no contexto dos limites e demandas relativos aos recursos ambientais ou sociais em nível setorial, local, regional ou global.	Exatidão: informações precisas e detalhadas para que seja possível a avaliação do desempenho pelos <i>stakeholders</i> .
Abrangência: cobertura dos temas e indicadores relevantes refletindo os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitindo que os <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização no período analisado.	Periodicidade: publicação regular e informações disponibilizadas a tempo.
	Clareza: informação compreensível e acessível aos <i>stakeholders</i> .
	Confiabilidade: coleta, registro, compilação, análise e divulgação das informações devem permitir sua revisão e a avaliação da sua qualidade e materialidade.

Fonte: Adaptado de NOVIENTAL, 2011.

As diretrizes baseadas na GRI já são utilizadas por diversas empresas e organizações, para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, em todo o mundo. O item seguinte aborda a adoção do Relatório de Sustentabilidade GRI por diversas organizações, na atualidade.

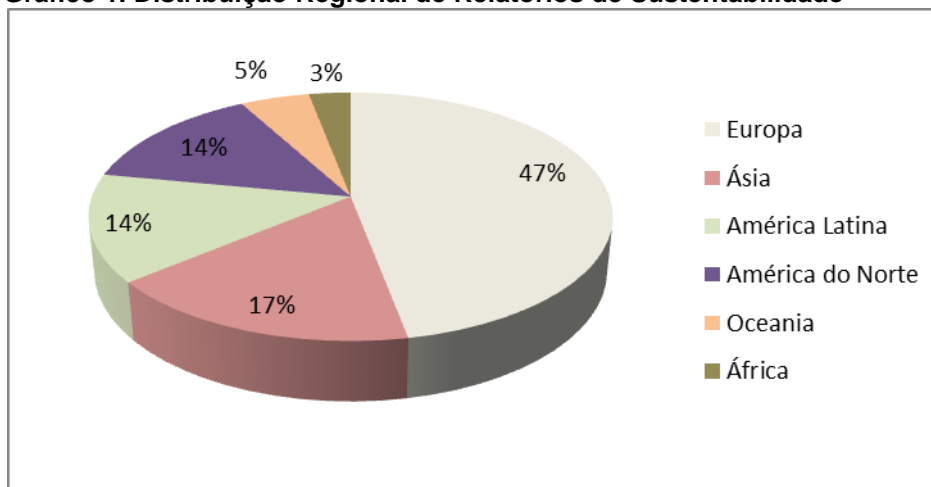
2.2. Panorama Nacional e Internacional de Adoção da GRI

O modelo de Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* é, atualmente, adotado pelas mais diversas organizações, tanto em nível internacional ou nacional (GRI, 2011).

De acordo com GRI (2014a), até o ano de 2014, ao todo 6.250 organizações divulgaram 18.387 Relatórios de Sustentabilidade, com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative*. O *website* da GRI possui o *Sustainability Disclosure Database*, um banco de dados que mantém todos os relatórios de sustentabilidade divulgados pelas mais diversas organizações. Para que o documento seja parte do banco de dados da GRI, faz-se necessário que a organização se cadastre na instituição, de maneira que o relatório possa se tornar visível e passe a ser fonte de consulta para outros grupos.

De acordo com um relatório da *Global Reporting Initiative*, até o ano de 2012, 47% dos Relatórios divulgados eram originários de países da Europa, 17% de países asiáticos, 14% de origem Norte-americana e outros 14% de organizações latino-americanas. A Oceania e África eram responsáveis por outros 5% e 3%, respectivamente. Essa estatística pode ser visualizada no Gráfico 1 (GRI, 2014b).

Gráfico 1. Distribuição Regional de Relatórios de Sustentabilidade



Fonte: GRI, 2014b.

Em relação ao crescimento do número de publicações, por organizações sediadas em cada continente, a Europa e Ásia tiveram um crescimento de 3% em 2012, em comparativo ao ano de 2010. As Américas Latina e do Norte registraram um decréscimo de 1% nesse período, ao passo que África e Oceania não registraram variação (GRI, 2014b).

De acordo com GRI (2014b), em 2011, da totalidade de relatórios registrados na *Sustainability Disclosure Database*, os Estados Unidos possuía o maior número de relatórios publicados e registrados na GRI, com 11% do total, seguidas da

Espanha com 8%. Suécia e Brasil apareciam na terceira colocação, empatadas, com 6% do total. Em relação à atividade da organização relatora, o setor financeiro é a área que possui o maior número de relatórios publicados, com 2.108 publicações, incluindo todas as versões do modelo GRI, inclusive os relatórios que, apesar de não seguirem totalmente as diretrizes propostas pela organização, possuem o GRI como referência.

No âmbito da iniciativa privada, no Brasil, algumas grandes companhias já produzem, regularmente, Relatórios de Sustentabilidade com base nas diretrizes propostas pela GRI. De acordo com Dias, Siqueira e Rossi (2006), destaca-se como elaboradores de relatórios GRI, empresas tais como a Natura, a CPFL Energia, a Samarco Mineração, a Petrobrás, entre outras.

Para o setor público, na data base da GRI estão disponibilizados 308 Relatórios de Sustentabilidade, de diversas organizações, em todo mundo. No Brasil, de acordo com a data base da *Global Reporting Initiative*, as únicas instituições que publicaram relatórios de sustentabilidade foram: Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais, que publicou um único relatório no ano de 2009; a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Tocantins, que publicou um único relatório que cobriu os anos de 2010 a 2012; e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, que publicou no ano de 2011 um único relatório.

Para o setor das universidades, seguindo os mesmos parâmetros conforme GRI (2014b) estão disponibilizados na data base da GRI, até o ano de 2014, 96 relatórios de sustentabilidade, em todo mundo. Em relação às Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, na referida data base, estão disponibilizados 07 relatórios de sustentabilidade publicados, sendo originários de instituições privadas de ensino superior: Anhanguera Educacional, com publicações de 2009, 2011 e 2012; Fundação Dom Cabral, com publicação de 2011; Universidade Feevale, com publicações de 2010, 2011 e 2012.

Outras universidades brasileiras, que não estão listadas na data base, também já publicaram relatórios de sustentabilidade. A Universidade São Francisco, de Bragança Paulista, interior do estado de São Paulo, já publicou relatórios de sustentabilidade para o ano de 2011, 2012 e 2013 publicando, anteriormente a estes relatórios, Balanços Sociais relativos aos anos de 2009 e 2010. A Universidade Mackenzie publicou Balanços Sociais do ano de 2002 a 2010, e em 2011 e 2012,

publicou os primeiros Relatórios de Sustentabilidade com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative*.

A Faculdade Estácio de Sá é outra instituição de ensino superior que já publicou, no ano de 2012, o seu primeiro relatório. Cabe ressaltar que, todas as instituições de ensino superior citadas, são organizações de capital privado. Assim sendo, verifica-se a completa ausência de informações que possam evidenciar a elaboração de relatórios de sustentabilidade por universidades públicas, no Brasil. O Quadro 5 ilustra o panorama de publicação das Instituições relacionadas.

Quadro 5. Instituições de Ensino Superior e anos de publicação de Relatórios

Instituição de Ensino Superior	Anos em que houve Publicação de Balanços Sociais e/ou Relatórios de Sustentabilidade
Anhanguera Educacional	2009, 2011 e 2012
Fundação Dom Cabral	2011
Faculdade Estácio de Sá	2012
Universidade Feevale	2010, 2011 e 2012
Universidade Mackenzie	2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012
Universidade São Francisco	2011, 2012 e 2013

Fonte: Elaboração própria, com base em GRI (2014a)

Entretanto, apesar da ampla aceitação do modelo da *Global Reporting Initiative* como referência para o desenvolvimento de relatórios, encontra-se na literatura acadêmica, críticas referentes ao processo de elaboração dos relatórios, por parte das organizações, principalmente quanto à qualidade, periodicidade e outros quesitos essenciais para a legitimação do modelo GRI.

2.3. Problemas com o Relatório de Sustentabilidade GRI

Apesar de um aumento significativo na quantidade de relatórios produzidos nos últimos anos, questionamentos têm sido levantados acerca da qualidade desses relatórios. Segundo Castro *et al.* (2010), os relatórios publicados vêm apresentando uma série de problemas, como por exemplo, a abrangência limitada, a falta de evidenciação de externalidades negativas e a dificuldade de comparabilidade entre relatórios, diminuindo assim, a possibilidade de se gerar informações úteis.

A falta de uniformidade entre relatórios de um mesmo seguimento tem dificultado o uso dos relatórios de sustentabilidade como *benchmarking*. Conforme Costa e Marion *apud* Paris (2012), ao estudarem as informações ambientais

divulgadas por empresas do ramo de celulose e papel, identificaram dificuldades em analisá-las e em identificar as empresas mais comprometidas em preservar e recuperar o meio ambiente, observando a falta de uniformidade da apresentação das informações, dentro dos relatórios analisados, além de uma prolixidade na abordagem das questões ambientais.

Com relação ao modelo GRI, em específico, apesar de ser indicado como o padrão para a elaboração de relatórios de sustentabilidades, observa-se que muitos relatórios, efetivamente publicados, distanciam-se do preconizado pelas diretrizes. Muitos autores, por exemplo, criticam o fato de empresas poderem optar pelos indicadores que reportarão, de forma que se faz possível esconder temas polêmicos em que a organização pode estar envolvida. Outra questão muito criticada é a não obrigatoriedade de submissão dos relatórios à auditoria independente (PARIS, 2012). Muitas organizações se aproveitam do prestígio que o modelo GRI possui, ainda que não tenham aderido plena e efetivamente, a todos os indicadores essenciais do modelo, ou sem evoluir um nível de aderência ao longo do tempo. Conforme reportado por Paris (2012), evidencia-se a ausência de semelhança, no nível de aderência aos indicadores, entre as diversas empresas relatoras, prejudicando a comparabilidade, princípio este vital para que o relatório de sustentabilidade seja referência.

A aderência pode ser entendida como o grau de relato de um indicador, conforme proposto pelas diretrizes. Pode ser entender que um indicador, cujas informações solicitadas nas diretrizes da GRI são amplamente atendidas, possui um alto grau de aderência, enquanto que, à medida que este indicador não tem seu relato completo, esta aderência tende a deixar as informações do indicador inconsistentes.

Dias, Siqueira e Rossi (2006) desenvolveram o índice GAPIE (grau de aderência plena aos indicadores essenciais). Para o cálculo do grau de aderência plena (GAPIE), devem-se analisar as apresentações no Relatório de Sustentabilidade de uma empresa, em relação a cada indicador essencial proposto pela GRI, verificando-se, primeiramente, se o indicador foi divulgado ou não e, em seguida, devendo ser subclassificados conforme as observações sumarizadas, consoante ao Quadro 6.

Quadro 6. Quadro referência para Análise da apresentação de um Relatório de Sustentabilidade de uma organização, em relação às informações solicitadas por cada indicador essencial proposto pela GRI

Observação	Classificação	Subclassificações	Observação
O indicador foi divulgado	Apresentado	Aderência Plena	Todas as informações foram fornecidas.
		Aderência Parcial	Apenas parte das informações foi fornecida.
		Dúbio	Não são fornecidas informações suficientes que permitam perceber se houve aderência plena ou parcial.
		Inconsistente	As informações fornecidas diferem do que é solicitado pela GRI.
O indicador não foi divulgado	Não Apresentado	Não disponível	A organização reconhece que a informação é pertinente às suas atividades, porém ainda não tem condições de fornecê-la.
		Não aplicável	A organização informa não dispor da informação por não se relacionar com o setor ou suas atividades.
		Omitido com justificativa	A organização omite a informação, porém emite alguma justificativa que embase tal decisão.
		Omitido	Nada é comentado sobre o indicador, como se o mesmo não existisse.

Fonte: Paris (2012)

Posteriormente às ações de classificação, segundo Paris (2012), realiza-se o cálculo do GAPIE, somando-se o total de indicadores com aderência plena, com os omitidos com justificativa e, dividindo-se este somatório total, pelo total de indicadores essenciais (exceto os classificados como não aplicáveis, que são subtraídos):

$$\text{GAPIE} = \frac{\text{Total dos indicadores apresentados com APL} + \text{Total de indicadores OJ}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores não aplicáveis}}$$

Onde,

APL: Aderência Plena

OJ: Omitidos com Justificativa

Fonte: Adaptado de Dias *et al.* (2006 *apud* PARIS, 2012).

Com explicado por Dias, Siqueira e Rossi (2006), a soma dos indicadores omitidos com justificativa, aos indicadores essenciais com aderência plena, ocorre

porque a *Global Reporting Initiative* autoriza a opção de omissão de um indicador essencial, mediante justificativa, orientando que as organizações informem quais não são aplicáveis à sua realidade. Isso é importante também pelo fato de que esses indicadores omitidos são subtraídos do Total de Indicadores Essenciais, utilizados no numerador da fórmula em questão.

Penteado e Aquino (2011 *apud* Paris, 2012), além de analisarem a evolução da aderência de relatórios de sustentabilidade pelo cálculo do GAPIE, levaram em conta também os indicadores adicionais da GRI, criando o GAPIA ou grau de aderência plena aos indicadores adicionais e, além desse índice, somando os indicadores essenciais aos adicionais, criaram o índice GAPIT, ou grau de aderência plena aos indicadores totais, conforme fórmulas a seguir:

$$\text{GAPIA} = \frac{\text{Total de indicadores adicionais com aderência plena} + \text{Total de indicadores adicionais omitidos com justificativa}}{\text{Total dos indicadores adicionais} - \text{Total dos indicadores adicionais não aplicáveis}}$$

$$\text{GAPIT} = \frac{\text{Total de indicadores com aderência plena} + \text{Total de indicadores omitidos com justificativa}}{\text{Total dos indicadores} - \text{Total dos indicadores não aplicáveis}}$$

Fonte: Penteado e Aquino (2011, *apud* PARIS 2012).

Paris (2012) informa que outro cálculo de grau de aderência foi desenvolvido por Carvalho e Siqueira. O GEE, ou Grau de Evidenciação Efetiva, distingue-se do GAPIE pelo fato de desconsiderar os indicadores omitidos pela empresa com justificativa, de forma a apresentar o percentual de informação efetivamente externalizada pela relatora, em relação ao potencial informacional total do modelo GRI. O quadro de classificações utilizado é o mesmo que o utilizado pelas outros índices, porém, o cálculo se dá da seguinte fórmula:

$$\text{GEE} = \frac{\text{Total dos indicadores com aderência plena}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores não aplicáveis}}$$

Fonte: Adaptado de Carvalho e Siqueira (2007 *apud* PARIS, 2012).

Para todos os índices relatados foi utilizada, como parâmetro da classificação dos níveis de divulgação, a escala proposta por Castro, Siqueira e Macedo (2010

apud PARIS, 2012). A escala classifica a aderência do relatório em baixo, quando apresenta percentagens de 0% a 25%; médio quando possuem 25% a 62% de aderência; e alto, apresentando porcentagens 62% a 100%.

Em relatórios que utilizaram a segunda versão (G2) das diretrizes da *Global Reporting Initiative*, conforme Paris (2012), os autores Dias, Siqueira e Rossi, criadores do índice GAPIE, identificaram duas empresas em sua amostra que obtiveram GAPIE inferior a 50%. Já Carvalho e Siqueira (2007) ao examinarem uma amostra de oito empresas, seis empresas tiveram GAPIE igual ou inferior a 50%, sendo também identificada uma queda no GEE para duas corporações.

Castro, Siqueira e Macedo (2010) analisaram os relatórios publicados por empresas do setor elétrico sul americano, referenciados com as diretrizes da terceira versão (G3) da GRI, identificando que nenhuma das empresas apresentou alto GAPIE, nem GEE, demonstrando existir um quadro alarmante quanto à aderência desses relatórios. Outro dado preocupante dessa pesquisa é a de que as empresas apresentaram diferentes graus de aderência às Diretrizes da GRI entre si, mesmo sendo estas do mesmo setor elétrico.

Em outro estudo realizado por Nascimento *et al.* (2011), foram analisados os relatórios publicados por cinco bancos brasileiros, calculando seus respectivos GAPIE e GEE, encontrando-se, majoritariamente, níveis medianos de aplicação, refletindo, assim, omissão de dados, inconsistências ou parcialidade na aderência por parte dos bancos.

Pereira e Silva (2008) analisaram a utilização dos indicadores essenciais da GRI em relatórios de sustentabilidade, dos anos de 2006 e 2007, das empresas Natura, Petrobrás e Bradesco. Todas as três empresas relataram com Nível de Aplicação A+, sendo que a empresa que foi considerada como a possuidora do melhor reporte dos indicadores essenciais foi a Petrobrás.

Apesar disso, Leite Filho *et al.* (2009) analisaram o nível de evidenciação de informações em relatórios de sustentabilidade de 2007, e identificaram divergências entre as empresas da amostra, tanto em aspectos qualitativos como quantitativos. Vale ressaltar que os resultados apontaram, também, para um não atendimento real do nível de evidenciação proposto pelas Diretrizes GRI. Esses resultados indicam que, na prática, os relatórios de sustentabilidade elaborados por muitas organizações ainda não atendem às expectativas, haja vista a baixa aderência ao que é proposto pelas diretrizes da *Global Reporting Initiative*.

Os critérios de materialidade, confiabilidade, comparabilidade e transparência, conforme defendidos por Plot (*apud* Paris, 2012), são referências essenciais para que uma informação possa ser considerada como utilizável pelo usuário da informação. Diante do exposto, depreende-se que, ainda que exista uma ampla difusão do modelo GRI como padrão internacional para divulgação de relatórios de sustentabilidade, sua adoção não pode ser encarada como garantia de um comportamento organizacional plenamente responsável (PARIS, 2012). Contudo, a despeito dos problemas relatados, Acquier (*apud* Paris, 2012) defende a superioridade da proposta da GRI e ressalta a importância decorrente da sua crescente adoção no mundo, como a necessidade de se incluir mais participantes, no processo de revisão de novas versões da GRI.

Verifica-se, portanto, que os esforços em prol da evidenciação socioambiental precisam ser contínuos e, de fato, a *Global Reporting Initiative* busca o desenvolvimento de diretrizes mais consistentes. Foram lançadas, ao final de 2013, as diretrizes G4, com atualizações quanto aos indicadores e outras informações, entretanto, estas não estão sendo utilizadas nesse trabalho visto que não existem ainda publicações que utilizem as novas diretrizes como referência.

Ainda que em contínua evolução e não sendo ferramentas perfeitas, as diretrizes da GRI podem ser úteis para o desenvolvimento de Relatórios tendo em vista o fato da universidade ainda não possuir um instrumento de reporte para a sociedade de suas ações enquanto organização. Com o intuito de se buscar a possibilidade de elaboração pela UFES, no capítulo seguinte está organizado a metodologia de desenvolvimento deste trabalho.

3. METODOLOGIA

Este capítulo objetiva apresentar e descrever, de forma fundamentada, os instrumentos e os procedimentos utilizados para a coleta e análise das informações, com vistas a analisar a possibilidade de adoção de "Relatório de Sustentabilidade", tendo como base as diretrizes da GRI - *Global Reporting Initiative*, na sua versão 3.1, pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

3.1. Tipo de Pesquisa

A utilização dos instrumentos e procedimentos possui, por fundamento, o arcabouço teórico que orienta o estabelecimento da metodologia correta a ser desenvolvida, bem como o marco teórico conceitual que baseia a pesquisa. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 83), entende-se o método como o “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Segundo Gil (2008), para que um dado conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e as técnicas que possibilitem a sua verificação, ou seja, deve-se determinar o método que permitiu chegar a esse conhecimento. Assim sendo, pode-se definir método como o caminho para se chegar a determinado fim e, método científico, “como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2008, p. 9).

Para o desenvolvimento do método científico, conforme Lehfeld & Barros (1991), faz-se necessário que seja realizada a atividade de pesquisa e, sendo esta conceituada como sendo a inquisição com procedimento sistemático e intensivo que tem, por objetivo, descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade. Segundo Gil (2008), a pesquisa pode ser conceituada como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico cujo escopo fundamental é o de descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos.

Inserida nesse universo, essa pesquisa pode ser caracterizada quanto à sua natureza ou, ainda, classificada quanto à abordagem, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos adotados. Em relação à sua natureza, conforme Silva (2005), este estudo pode ser considerado como uma pesquisa aplicada, uma vez que visa gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos que, no caso, seria a realização de um estudo prospectivo buscando verificar as possibilidades de elaboração de um Relatório de Sustentabilidade.

Quanto à abordagem do problema, esse estudo deve ser classificado como uma Pesquisa Qualitativa. Conforme Oliveira (2009), na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza as ciências humanas e subjetivas, considerando fatores que dificilmente seriam possíveis serializar. De acordo com Oliveira (2009), a pesquisa qualitativa possui algumas características tais como: tem o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; a pesquisa qualitativa é descritiva; os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Quanto aos objetivos, conforme Gil (2008), esta pesquisa pode ser classificada como do tipo exploratória por ter, como meta, verificar e coletar informações sobre o tema da sustentabilidade, no âmbito da universidade, e identificar outras informações que seriam importantes na possível elaboração de um Relatório de Sustentabilidade para a UFES, tendo em vista o enquadramento do possível Relatório em um Nível de Aplicação C, conforme estabelecido pela *Global Reporting Initiative*. Vale ressaltar que as pesquisas exploratórias são as que apresentam menor rigidez no planejamento e, normalmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Quanto aos procedimentos, considerando-se a classificação de Gil (2008), este trabalho possui três tipos de procedimentos técnicos, sendo eles a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso. Cada procedimento teve importância para o desenvolvimento deste trabalho, desde a construção do referencial teórico ao levantamento de informações, bem como da proposição do plano de intervenção.

3.2. Materiais e Métodos

Foram realizadas, para a consecução deste trabalho, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e *web sites*. Vale ressaltar que, embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas, exclusivamente, a partir de fontes bibliográficas. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir, ao investigador, a cobertura de uma série de fenômenos muito além daqueles que poderiam ser pesquisados diretamente (GIL, 2008).

Para este trabalho, a pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de: leitura de artigos pesquisados na plataforma Periódicos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; plataforma *Scielo*; *website* de busca *Scholar Google*; *websites* institucionais governamentais, de empresas e de organizações não governamentais (ONGs); *websites* de notícias; leitura de trabalhos acadêmicos pesquisados na plataforma da BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da universidade e da IBICIT - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia; livros e outras publicações relativas ao Desenvolvimento Sustentável e à Responsabilidade Socioambiental. Ressalta-se que a pesquisa bibliográfica é muito semelhante à pesquisa documental, não sendo fácil, por vezes, distingui-las, visto que a pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, sendo estes, basicamente, livros e artigos científicos localizados em bibliotecas, enquanto que a pesquisa documental recorre a fontes sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, etc. (Gil, 2008).

Neste trabalho, a pesquisa documental buscou analisar os diversos Relatórios de Sustentabilidade publicados, pelas mais variadas instituições, que serviram como *benchmarking*. Os documentos pesquisados foram: as publicações da GRI - *Global Reporting Initiative*, sendo estas, as Diretrizes para a Elaboração de Relatório de Sustentabilidade, os Protocolos de Indicadores e os Protocolos Técnicos; Relatórios de Gestão de 2005 a 2012 da Universidade Federal do Espírito Santo, elaborados pela Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade

Federal do Espírito Santo – Proplan; Os relatórios da Autoavaliação Institucional dos biênios da Comissão Permanente de Avaliação; Relatórios de Sustentabilidade de determinadas instituições de ensino superior, nacionais e internacionais.

De acordo com Yin (2001), existem seis formas principais de se levantar evidências em um estudo de caso: a documentação, o registro em arquivos, observações diretas, observação participante, artefatos físicos e entrevistas. Considerando o objetivo dessa pesquisa, escolheu-se a entrevista do tipo semiestruturada que, de acordo com Manzini (1991), é aquela que possui um roteiro de perguntas básicas previamente estabelecidas e que fariam referência aos interesses da pesquisa. Boni e Quaresma (2005) explicam que a principal vantagem da pesquisa semiestruturada é a de combinar perguntas abertas e fechadas, a partir das quais ao se perceber que algum assunto necessita de mais atenção ou uma explicação mais detalhada, o pesquisador pode intervir e conseguir mais informações.

Assim sendo, objetivando a busca pelo entendimento da atual situação de planos e programas relativos ao desenvolvimento sustentável no âmbito da universidade, em uma perspectiva institucional, e visando se discutir, tendo como referência as diretrizes da GRI, como seriam relatados o Perfil da Organização e os Indicadores de Desempenho, observando-se as sugestões pertinentes, foi conduzida uma consulta a especialista por meio de entrevistas semiestruturadas com a equipe da Pró-reitora Planejamento e Desenvolvimento Institucional da UFES, responsável pelo planejamento e gestão da sustentabilidade (APÊNDICE A) e com os docentes selecionados após análise da Plataforma Lattes, tendo, como norteador dessa seleção, a titulação e produção acadêmica relevantes no campo do desenvolvimento sustentável (APÊNDICE B).

A equipe da Proplan, que participou da entrevista, é formada pelo pró-reitor e por quatro técnicos-administrativos lotados na referida Pró-reitoria. Quanto ao grupo de especialistas da universidade, foram entrevistados cinco docentes, aqui chamados pelo termo “especialista”, visando garantir o anonimato, sendo eles: Especialista nº 01 lotado no Departamento de Ciências Contábeis; Especialista nº 02 lotada no departamento de Engenharia Ambiental; Especialista nº 03 lotado no Departamento de Engenharia Civil; Especialista nº 04 lotado no Departamento de Engenharia Ambiental; Especialista nº 05, lotada no Departamento de Ciências Biológicas.

As entrevistas foram realizadas nos ambientes de trabalho dos entrevistados e gravadas, sendo que todas as entrevistas foram conduzidas de maneira que os participantes respondessem às perguntas previamente elaboradas, opinando sobre o tema e, ainda, sugerindo a inclusão de outros indicadores, assegurando assim, a semiestruturalidade das entrevistas.

Na entrevista com a equipe da Proplan e com os docentes, conforme roteiro descrito no Apêndice A e B, respectivamente, perguntou-se sobre: o conhecimento que os técnicos possuíam sobre a atual situação da universidade no que se refere ao desenvolvimento sustentável e quais programas ou projetos de iniciativa institucional que a universidade desenvolvia; quais as principais dificuldades que a UFES enfrenta para a implantação ou desenvolvimentos de programas, projetos e outras iniciativas na área; se tinham conhecimento de outros programas em paralelo às iniciativas institucionais, desenvolvidas dentro da UFES; se conheciam o modelo de Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*; o que achavam da iniciativa de se elaborar um relatório no modelo proposto e quais seriam as vantagens e desvantagens desse relatório para a UFES; quais seriam as principais dificuldades para se elaborar um Relatório de Sustentabilidade GRI para a UFES.

À equipe da Proplan, em específico, haja vista as atribuições da Pró-reitoria, questionou-se para quais subitens do tópico Perfil da Organização, um dos componentes do Relatório de Sustentabilidade GRI, conforme descrito no Quadro 7, a universidade já possuía dados e para quais deles haveria a necessidade de se levantar as informações, considerando, evidentemente, o Nível de Aplicação C, sugerido para instituições iniciantes (GRI, 2011).

Quadro 7. Subitens do Perfil da Organização relatados em um Relatório de Sustentabilidade

Item	Subitem	Descrição
1. Estratégia e Análise	1.1.	Declaração do detentor do cargo de maior poder na organização.
2. Perfil Organizacional	2.1	Nome da Organização.
	2.2.	Principais Marcas, Produtos e Serviços.
	2.3.	Estrutura operacional da organização, incluindo as principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e joint ventures.
	2.4.	Localização da sede da organização.
	2.5.	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que as principais operações estão localizadas.
	2.6.	Tipo e natureza jurídica da propriedade.
	2.7.	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes beneficiários).
	2.8.	Porte da Organização relatando o número de empregados, número de organizações e quantidade de produtos ou serviços oferecidos.
	2.9.	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório, referentes a porte, estrutura ou participação acionária.
	2.10.	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.

3. Parâmetros para o relatório	3.1.	Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas.
	3.2.	Data do relatório anterior mais recente (se houver).
	3.3.	Ciclo de Emissão de Relatórios.
	3.4.	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou ao seu conteúdo.
	3.5.	Processo para definição do conteúdo do relatório.
	3.6.	Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores).
	3.7.	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.
	3.8.	Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações.
	3.10.	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações.
	3.11.	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.
	3.12.	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.
4. Governança, compromisso e Engajamento	4.1.	Estrutura de governança da organização incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.
	4.2.	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).
	4.3.	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número e gênero de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança.
	4.4.	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança.
	4.14.	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.
	4.15.	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar.

Fonte: Elaboração própria, com base em GRI (2011).

Buscou-se verificar, também, tanto com a equipe da Proplan quanto com os docentes, quais seriam os indicadores das dimensões ambiental, econômico e social, considerados essenciais, conforme definidos pelas diretrizes da GRI, que poderiam ser relatados em um Relatório de Sustentabilidade. Vale ressaltar que, como este trabalho utilizou como metodologia a entrevista semiestruturada, foi dada liberdade para que os entrevistados pudessem, ao visualizar o quadro, escolher mais ou menos indicadores a critério de seus respectivos entendimentos, a possibilidade não estabelecer uma ordem, necessariamente e, ainda, a alternativa de se adaptar o indicador ao contexto da Universidade. Para a escolha dos indicadores, sugeriu-se, discricionariamente a escolha de um certo número de indicadores, assim como a atribuição de uma possível ordem de importância. Em relação aos indicadores da Dimensão Ambiental (Quadro 8), foi sugerida a escolha

de até oito indicadores, observando-se uma ordem de importância entre eles durante a escolha.

Quadro 8. Relação dos Indicadores Ambientais

Aspectos	Código	Indicador
Material	En1	Materiais usados por peso e volume.
	En2	Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem.
Energia	En3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
	En4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária
Água	En8	Total de retirada de água por fonte.
Biodiversidade	En11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
	En12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
Emissões, Efluentes e Resíduos	En16	Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso.
	En17	Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.
	En19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
	En20	NOx, SOx, e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.
	En21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
	En22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
	En23	Número e volume total de derramamentos significativos.
	En26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
Produtos e Serviços	En27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
Conformidade	En28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Fonte: Elaboração própria, com base em GRI (2011).

Para os indicadores da Dimensão Econômica (Quadro 9), sugeriu-se a escolha de até quatro indicadores, observando-se uma ordem de importância do 1º (primeiro) ao 4º (quarto).

Quadro 9. Relação dos Indicadores Econômicos

Aspectos	Código	Indicador
Desempenho Econômico	Ec1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.
	Ec2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades, para a universidade, devido às mudanças climáticas.
	Ec3	Cobertura das obrigações dos planos de pensão que a organização oferece.
	Ec4	Ajuda financeira significativa recebida do governo.
Presença no Mercado	Ec6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.

	Ec7	Procedimentos para contratação de mão-obra-local e proporção de membros de alta gerência e trabalhadores recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.
Impactos Econômicos Indiretos	Ec8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades voluntárias.

Fonte: Elaboração própria, com base em GRI (2011)

Foram apresentados aos entrevistados os indicadores de desempenho social. Os indicadores de desempenho social estão subdivididos em quatro composições específicas, sendo estas: Relações Trabalhistas, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade Social pelo Produto. Os indicadores do campo Relações Trabalhistas foram exibidos, conforme o Quadro 10, sendo solicitado a escolha de pelo menos quatro indicadores, definindo-se uma ordem de importância do 1º (primeiro) ao 4º (quarto).

Quadro 10. Relação dos Indicadores Sociais – Relações Trabalhistas

Aspectos	Código	Indicador
Emprego	La1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminados por gênero.
	La2	Número total e taxa de novos empregados contratados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.
	La15	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero.
Relações Trabalhistas	La4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.
	La5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.
Saúde e Segurança no Trabalho	La7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por gênero.
	La8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
Treinamento e Educação	La10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por gênero e por categoria funcional.
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	La13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.
Igualdade de Remuneração para mulheres e homens	La14	Proporção de salário base e remuneração entre mulheres e homens, discriminados por categoria funcional e por operações em locais significativos.

Fonte: Elaboração própria, com base em GRI (2011).

Em relação aos indicadores de Direitos Humanos, foi apresentado aos entrevistados o Quadro 11. Foi solicitado que escolhessem ao menos três

indicadores, determinando a ordem de importância do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro), se possível.

Quadro 11. Relação dos Indicadores Sociais – Direitos Humanos

Aspectos	Código	Indicador
Emprego	Hr1	Percentual e número total de acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a preocupações com direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.
	Hr2	Percentual de empresas contratadas, fornecedores e outros parceiros de negócios que incluam cláusulas referentes a preocupações com direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.
	Hr3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.
Não discriminação	Hr4	Número total de casos de discriminação, e as medidas corretivas tomadas, discriminados por gênero.
Liberdade de Associação e Negociação coletiva	Hr5	Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar sendo violado ou estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.
Trabalho Infantil	Hr6	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.
Trabalho forçado ou análogo ao Escravo	Hr7	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.
Avaliação	Hr10	Percentual e número total de operações que foram submetidas a análises e/ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos.
Reparação	Hr11	Número de queixas relacionadas a direitos humanos protocoladas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismo formal de queixas.

Fonte: Elaboração Própria, com base em GRI (2011).

No que se refere aos indicadores do campo Sociedade, foi exposto aos entrevistados o Quadro 12, onde foi sugerida a escolha de pelo menos três indicadores, estabelecendo-se, se possível, uma ordem de importância do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro).

Quadro 12. Relação dos Indicadores Sociais – Sociedade

Aspectos	Código	Indicador
Comunidades Locais	So1	Percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento.
	So9	Operações com impactos negativos significativos, potenciais ou reais, nas comunidades locais.
	So10	Medidas de prevenção e mitigação, implementadas em operações com impactos negativos significativos, potenciais ou reais, em comunidades locais.
Corrupção	So2	Percentual e número total de unidades da avaliação submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.
	So3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.

	So4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
Políticas Públicas	So5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.
Conformidade	So8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.

Fonte: Elaboração própria, com base em GRI (2011).

Foi sugerido aos entrevistados que escolhessem até três indicadores entre os quatro indicadores de Responsabilidade Social pelo Produto, estabelecendo-se uma ordem de importância do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro) conforme Quadro 13.

Quadro 13. Indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade Social pelo Produto

Aspectos	Código	Indicador
Saúde e Segurança do Cliente	Pr1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.
Rotulagem de Produtos e Serviços	Pr3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.
Comunicações de Marketing	Pr6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
Conformidade	Pr9	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Fonte: Elaboração própria, conforme GRI (2011).

Com a metodologia explicitada, procurou-se desenvolver o trabalho, caracterizando-se o campo de estudo (UFES) quanto ao seu tamanho e sua organização, o levantamento das informações relativas ao histórico da universidade, relativo ao tema, e a organização das informações obtidas nas entrevistas.

4. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: HISTÓRICO, ESTRUTURA E AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE ADOTADAS

O objetivo deste capítulo é de apresentar as informações levantadas que subsidiaram o estudo prospectivo objeto dessa dissertação. Seguindo a metodologia estabelecida, procurou-se caracterizar o campo de estudo (UFES) quanto ao seu tamanho e sua organização, o levantamento das informações relativas ao histórico da universidade, concernente ao tema, e a organização das informações obtidas nas entrevistas.

4.1. Caracterização da Universidade Federal do Espírito Santo

Conforme Ufes (2014a), a Universidade Federal do Espírito Santo é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), possuindo autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, possuindo por base, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A UFES foi fundada em 05 de maio de 1954 como Universidade do Espírito Santo, por meio da Lei Estadual nº 806, sancionada pelo então governador Jones dos Santos Neves. Posteriormente, o então Presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961, incluindo a Universidade Federal do Espírito Santo no sistema federal de ensino (UFES, 2014b).

A universidade possui, segundo Ufes (2014c), quatro *campi* universitários: dois na capital, sendo um no bairro de Goiabeiras e outro em Maruipé; um campus no município de Alegre – chamado Centro de Ciências Agrárias (CCA), no sul do Estado; e em São Mateus – chamado Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), no norte do estado. Essa estrutura é composta por 10 (dez) centros de ensino e mais 07 (sete) órgãos suplementares, incluindo a Biblioteca Central, o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, a Prefeitura Universitária, o Núcleo de Tecnologia da Informação, o Instituto de Tecnologia, o Instituto de Odontologia e o Instituto de Inovação Tecnológica. A sua área territorial total é de 4,3 milhões de metros quadrados e sua infraestrutura física global é de 292 mil metros quadrados de área construída.

Em relação ao quadro de recursos humanos, em 2012, a universidade possuía, em seu corpo técnico, 1.596 professores, sendo 1.040 doutores, 401

mestres, 75 especialistas e 80 professores com apenas a graduação, além de possuir uma totalidade de 2.989 servidores técnico-administrativos. Quanto à totalidade de alunos atendidos, em 2012, nos cursos de graduação e pós-graduação, 20.727 alunos haviam sido matriculados, sendo 18.225 nos 94 cursos de graduação e 2.502 matriculados nos 52 cursos de pós-graduação (UFES, 2014a).

Quanto à sua estrutura de governança e autocontrole da gestão, a UFES possui uma reitoria e três conselhos superiores: O conselho Universitário (Consuni); o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe); o Conselho de Curadores. O Conselho Universitário é o órgão superior deliberativo e consultivo da universidade em matéria de política universitária, administrativa, financeira, estudantil e de planejamento (UFES, 2014c). Segundo Ufes (2014c), o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão é o órgão central da universidade em matéria de supervisão de ensino, de pesquisa e de extensão, com funções deliberativas e consultivas. O Conselho de Curadores é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira e atua acompanhando e fiscalizando a execução orçamentária da Ufes. Este conselho tem a responsabilidade de aprovar os balancetes financeiros mensais e a prestação anual de contas da Universidade que são apresentadas à Secretaria Federal de Controle da Controladoria Geral da União (CGU).

Atuando em conjunto com o Conselho de Curadores, para o controle interno da universidade, tem-se também, a Auditoria Interna (Audin) da universidade, que é o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações preventivas no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos administrativos da instituição. Completando o quadro de órgãos atuantes, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD) tem, por competência, apurar irregularidades administrativas e funcionais e suas responsabilidades ocorridas na Instituição, por meio de Sindicância Administrativa e Processo Administrativo Disciplinar, além de atuar no auxílio às Comissões de Inquérito Administrativo, instauradas para apuração de responsabilidades do corpo discente da UFES, observando o regimento interno da Instituição, bem como às Sindicâncias Administrativas, quando estas são realizadas no âmbito dos Centros Acadêmicos e Órgãos Suplementares.

Em paralelo e de forma autônoma, as universidades criaram, por força da Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –

SINAES, as Comissões Permanentes de Avaliação – CPA. A CPA, conforme Brasil (2014d) é responsável pela condução dos processos de avaliação interna da UFES, assim como pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP para fins de avaliação institucional. As avaliações devem abranger pelo menos as seguintes dimensões: a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, a prestação de serviços e as respectivas formas de operacionalização; a responsabilidade social da instituição; as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo; a organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; a Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional; as políticas de atendimento aos estudantes; a sustentabilidade financeira da instituição (UFES, 2014d).

De acordo com Ufes (2014b), ainda que inserida em um contexto democrático, onde os conselhos exercem substancial presença atuando de forma deliberativa, a universidade possui em sua estrutura de governança, como gerente principal, o Gabinete do Reitor, com sua chefia exercida por este, atuando nas questões diretamente relacionadas à administração e na interface com as distintas unidades da instituição. Em termos de estrutura organizacional, vinculadas ao Gabinete do Reitor, encontramos as Pró-reitorias, que são órgãos da administração geral da universidade, organizadas em 07 (sete): Pró-reitoria de Graduação (Prograd), Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG); Pró-reitoria de Extensão (ProEx); Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep); Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Cidadania (Proaeci); Pró-reitoria de Administração (PROAD); Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan).

A Pró-reitoria de Graduação é responsável pelo ingresso e gestão da graduação, cujo produto principal é o aluno diplomado, com formação capaz de desenvolver soluções para as demandas da sociedade, além de ser responsável pelo Registro e Controle Acadêmico (UFES, 2014b). A Pró-reitoria de Pós-graduação é responsável pela gestão do Ensino de Pós-Graduação, tendo como produto o aluno diplomado na pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, qualificados para

atuar na docência do ensino superior e do ensino médio, na pesquisa e nos diferentes setores da sociedade. Esta pró-reitoria é responsável, também, e pela gestão da Pesquisa Científica e Inovação, que tem, como produto, o profissional altamente qualificado, a produção de conhecimento, publicações científicas, patentes registradas e/ou comercializadas e transferência de tecnologia para o setor privado, preparando profissionais para que possam contribuir para o desenvolvimento nacional. Além dessas atribuições, a PRPPG encampa, também, o Registro e Controle acadêmico referente à pós-graduação (UFES, 2014b). A Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) é responsável por planejar, administrar, coordenar e fiscalizar as atividades extensionistas da universidade, que tem como produtos principais: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço, publicações, comunicações e palestras, que visam promover mudanças nas áreas sociais, tecnológicas, de saúde, educacionais e culturais, ancorados no intercâmbio entre a Instituição e a sociedade. (UFES, 2014b).

A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), antigo Departamento de Recursos Humanos, tem como principal atribuição aperfeiçoar o atendimento aos servidores, e integrar os diversos setores que prestam serviços à comunidade universitária nas áreas de gestão e desenvolvimento de pessoas e atenção à saúde (UFES, 2014a). A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci) possui, como principal função, a elaboração, a execução e avaliação de ações e projetos, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil e seus princípios norteadores (UFES, 2014a).

A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) busca tornar viáveis as ações de suporte à gestão, para que as missões finalísticas voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como demandas de interesse mútuo entre a instituição e a sociedade sejam realizadas com qualidade (UFES, 2014a). É responsável, entre outras atribuições, pelas contratações de bens e serviços, pelo recebimento, guarda e distribuição dos materiais adquiridos bem como do controle patrimonial dos bens móveis e imóveis da UFES, desempenhando, também, atividades de gestão, de orientação, de execução, de coordenação e de controle das operações de natureza orçamentária, financeira e contábil (UFES, 2014b).

A Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, conforme Ufes (2014b) responde pelas atividades de planejamento e desenvolvimento institucional, mantendo interface com os distintos Macroprocessos de Apoio e

Finalísticos desenvolvidos pela Instituição, uma vez que se articula com as diferentes Unidades para a adoção de ações estratégicas de planejamento e desenvolvimento institucional, sendo que tais proposições constituem o seu principal produto da sua atuação. É na Proplan que, em termos institucionais, os projetos de sustentabilidade são criados e coordenados, buscando-se uma articulação com os demais órgãos ou, ainda, com outros projetos desenvolvidos, em paralelo, na universidade.

4.2. Ações Institucionais voltadas para a Sustentabilidade

As iniciativas institucionais da Universidade Federal do Espírito Santo visando à construção de uma agenda sustentável surgiram, basicamente, de forma reativa, seguindo as orientações criadas para a Administração Federal. Com a publicação da A3P, as legislações decorrentes da nova Agenda e as ações da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Historicamente, a primeira iniciativa institucional, coordenado pela Proplan, visando o desenvolvimento sustentável na universidade, foi o Programa Campus Sustentável, criada para ter sua implantação a partir de 2009, objetivando desenvolver propostas que tornassem o cotidiano do Campus mais sustentável, estendendo suas ações para toda a comunidade educativa, incluindo alunos, professores, técnico-administrativos e demais colaboradores (PEZZOPANE, 2009).

De acordo com Pezzopane (2009), as ações internas para o desenvolvimento do Programa *Campus* Sustentável teriam, como estratégias: o Sistema de Gestão Ambiental da Universidade; a participação pública e a reponsabilidade social; pesquisa e ensino da sustentabilidade. Essas frentes abrigariam projetos que garantiriam sua efetivação ao longo do tempo, bem como sua ampliação, quando necessário. O programa teria, também, a finalidade de manter a mobilização na comunidade universitária, a partir de eventos culturais e acadêmicos que chamassem a atenção para o uso sustentável dos recursos naturais, buscando tornar a UFES como referência para a sociedade (PEZZOPANE, 2009).

O Programa Campus Sustentável seria subdividido em dois projetos: o Projeto Coleta Seletiva (Ecoletiva) e o Sistema de Informações sobre Sustentabilidade (SIMA). O Projeto Ecoletiva teria, por objetivo, a efetivação da coleta seletiva dos resíduos sólidos em todo Campus de Goiabeiras. Já o SIMA,

consistiria em centralizar as informações sobre todas as ações de caráter ambiental dentro da universidade (PEZZOPANE, 2009). O escopo do Programa, por meio das ações desenvolvidas nos projetos, estaria nas articulações de parcerias, internas e externas, que se comprometessem em fundamentar e disseminar a ideia principal do programa. Além disso, também atuaria na criação e construção de um sistema integrado de informações com dados relacionados aos projetos ativos, inativos e concluídos sobre a temática da sustentabilidade buscando: agregar iniciativas semelhantes; catalogar essas iniciativas; levantar as principais lições aprendidas em projetos anteriores; buscar parceiros internos para o programa (PEZZOPANE, 2009). Os esforços se concentrariam, também, na promoção da educação ambiental, a fim de gerar a mudança de comportamento dos indivíduos que circulariam pela universidade.

O programa definiu, inicialmente, que os parceiros seriam a Reitoria, as Pró-Reitorias, os técnico-administrativos, a Prefeitura Municipal de Vitória, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outros que pudessem surgir. O programa deveria ser iniciado em 2009 e seria de caráter permanente, porém, por questões internas, conforme o relatado na entrevista, não foi implantado e nem desenvolvido (PEZZOPANE, 2009).

Buscando atender a Instrução Normativa nº 10, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS, na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes, a Universidade Federal do Espírito Santo criou a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável cujas atribuições seriam a de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS da instituição. A Instrução normativa define o PLS como (BRASIL, 2014):

Art. 3º Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

De acordo com a Instrução, os PLS deverão conter, no mínimo (BRASIL, 2014): atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para a substituição; práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; ações de divulgação, conscientização e capacitação.

O art. 8º da Instrução define que, entre as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e de serviços, ao menos os seguintes temas devem ser adotados (BRASIL, 2014): material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Diante disso, a comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Universidade Federal do Espírito Santo, formada por técnicos-administrativos da Proplan, vem discutindo acerca de como esses temas devem ser desenvolvidos institucionalmente, considerando a necessidade de se integrar ações já existentes, no âmbito da universidade por diferentes setores, haja vista a fragmentação observada no tocante a projetos e ações.

Entre algumas ações da comissão, esta sugeriu à administração da universidade que o Plano de Capacitação de Servidores fosse ampliado, de maneira que assimilasse orientações sobre ações sustentáveis nos cursos oferecidos no plano, ou ainda, a criação de cursos que abordassem o tema. Outra proposição sugerida foi a de inserir o tema desenvolvimento sustentável nas provas de concursos públicos da universidade. Assim, previamente ao ingresso do postulante ao cargo, este deveria ter noções de práticas sustentáveis, de maneira que pudesse contribuir para o desenvolvimento dessa agenda na instituição como servidor. Também foi sugerido que os funcionários terceirizados fossem devidamente capacitados.

Ademais, a Universidade participa, também, do Programa Esplanada Sustentável. Lançado pela Portaria Interministerial nº 244 de 06/06/2012, o

Programa, articulado em vários ministérios da Administração Federal, tem por objetivos: melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos; incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas; estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos; garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho; reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais. A UFES, como entidade autárquica vinculada ao MEC, aderiu ao programa e sua participação se concentra na alimentação do banco de dados do sistema e-MEC – Sistema de Informações do Ministério da Educação, semestralmente, com informações acerca dos gastos relativos aos contratos celebrados entre a entidade e fornecedores, empresas prestadoras de serviços e outros parceiros.

Ainda em relação ao programa Esplanada Sustentável, a equipe da Proplan entende que se faz necessário uma ação mais contundente da universidade em relação à implementação dos projetos articulados por esse programa, tais como o Programa de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL/Plano Nacional de Eficiência Energética – Proenf e o projeto Coleta Seletiva Solidária.

Concretamente, compreende-se que a universidade ainda atua de forma muito tímida, numa perspectiva institucional, em relação às questões referentes à sustentabilidade. Alguns motivos citados para essa baixa atuação, com relação às práticas sustentáveis são a falta de pessoal e de estrutura próprias para realizar essas ações, além da dificuldade de se articular outras iniciativas dentro da instituição, caracterizando a fragmentação das ações pró-sustentabilidade, dentro da universidade.

Exemplo dessa fragmentação é a recente criação da Coordenação de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CMAS), subordinada à Gerência de Planejamento Físico da Prefeitura Universitária. Conforme Ufes (2014f), a CMAS tem, por objetivo: coordenar, apoiar e executar estudos ambientais, projetos paisagísticos e de arborização, recuperação de áreas degradadas e criação de espaços verdes de convivência e cidadania; realização de todos os estudos necessários para a obtenção das licenças necessárias e que tenham importância para o funcionamento da Universidade; apoiar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

desenvolvidas pelos Departamentos Acadêmicos nas áreas de meio ambiente e sustentabilidade.

Vale ressaltar que a Universidade Federal do Espírito Santo, apesar de possuir iniciativas institucionais baseadas na Agenda A3P, nos dispositivos legais e em outros documentos decorrentes da nova perspectiva para a sustentabilidade na Administração Pública, não assinou, até o momento, o Termo de Adesão conforme sugere o Ministério do Meio Ambiente, para que a instituição assuma o compromisso agindo de maneira que ocorra o monitoramento e a correção tendo em vista o aperfeiçoamento das ações.

Outrossim, os órgãos de controle – CGU e TCU, exigem da universidade o relato de todas as ações solicitadas, inclusive aquelas relacionadas às práticas sustentáveis. O CGU realiza as auditorias das ações da universidade, e o TCU exige a elaboração de relatórios de gestão, sendo que ambos já exigem dados a respeito de ações sustentáveis.

4.3. A sustentabilidade nos Relatórios de Gestão da UFES

A Universidade Federal do Espírito Santo, por exigência legal que prevê a prestação de contas por meio da divulgação das ações executadas e avaliação dos resultados obtidos ao longo de um exercício, publica o Relatório de Gestão Anual. Os relatórios de gestão têm, por finalidade, facilitar a auditoria dos órgãos de fiscalização do Governo Federal, bem como permitir ao público de uma forma geral, conhecer os resultados, através da publicidade e transparência dos atos.

Conforme Ufes (2014e), os Relatórios de Gestão podem sofrer alterações anuais, tanto na forma como no conteúdo, uma vez que são regulamentadas por Decisões Normativas, específicas para cada exercício, que emanam do TCU, por Portarias anuais da Controladoria Geral da União e por Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional. O Relatório de Gestão é elaborado por equipe da Proplan e apresenta, entre outras, as seguintes informações: identificação da Instituição; resumo do Desempenho da Universidade no Exercício; avaliação qualitativa das ações desenvolvidas pela UFES; cálculo dos Indicadores de Gestão.

O TCU definiu indicadores cuja finalidade é a de acompanhar a evolução de aspectos relevantes do desempenho das IFES, através de séries históricas que permitam a comparação de informações que poderão indicar, ao longo dos anos, a

necessidade de aperfeiçoamento em áreas específicas ou mesmo correção de eventuais disfunções (UFES, 2014e).

Do Relatório de Gestão de 2005 até o de 2009, não havia indicadores que demonstrassem a adoção de programas ou levantamento de dados específicos relativos a ações sustentáveis na universidade. A partir do Relatório de Gestão de 2010, as iniciativas institucionais sobre sustentabilidade passaram a ser relatadas, informando quais eram os critérios de sustentabilidade ambiental para as licitações públicas (licitações sustentáveis), tanto para a UFES quanto para o HUCAM. Foi criada uma tabela, elaborada a partir de um questionário, respondido por técnicos da Prefeitura Universitária, responsável pelos controles de licitações de diversos matizes pela UFES, em que são relacionadas 13 (treze) afirmativas que sugerem a adoção e assimilação de práticas sustentáveis pela universidade, com seu nível de avaliação correspondente (UFES, 2011). O Quadro 14 demonstra como as ações relativas as licitações sustentáveis foram demonstradas no Relatório de Gestão 2010, da UFES, em específico.

Quadro 14. Avaliação dos critérios de sustentabilidade resultantes do questionário, aplicado à Prefeitura Universitária da UFES, no Relatório de Gestão 2010.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Inclusão, nos projetos básicos destinados a licitação, da necessidade de cumprimento da instrução normativa 001/2010.			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se referência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4.			X		

7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					X
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: UFES (2011).

Para aquela conjuntura, verificou-se: um único critério cuja avaliação era totalmente inválida (Critério 12); um critério era Parcialmente Inválido (Critério 13), cinco critérios eram Neutros (Critérios 1, 3, 6, 7 e 10), nenhum critério se adequava como Parcialmente Válido; seis critérios eram Totalmente Válidos (Critérios 2, 4, 5, 8, 9 e 11). Esses dados indicam que, em 2010, a universidade já havia adotado práticas sustentáveis para a aquisição de materiais, tais como privilegiar materiais passíveis de reuso (cartuchos de impressão) ou materiais que reduzissem o consumo de água e energia (torneiras automáticas e lâmpadas de baixo consumo). Todavia, verificou-se que não havia, até o momento, um direcionamento para realização de projetos de obras sustentáveis, compra de papel reciclado, ou ainda, a contratação de frota que utilizasse combustíveis menos poluentes. Também não se

verificou a existência de campanhas de conscientização para servidores, no intuito de se promover a sustentabilidade nas ações diárias.

No mesmo Relatório, essa avaliação foi aplicada ao Hospital Cassiano Antônio de Moraes. Os resultados obtidos foram diferentes do restante da UFES a medida que as atividades do hospital são mais complexas e bem diferentes das realizadas nos outros *campi*. Os resultados foram (UFES, 2011): um único Totalmente Inválido (Critério 7); um único Parcialmente Inválido (Critério 4); dois identificados como Neutros (Critérios 2 e 3); seis identificados como Parcialmente Válidos (Critérios 1, 5, 6, 8, 12 e 13); três classificados como Totalmente Válidos (9, 10 e 11). Foram encontrados menos indicadores Totalmente Válidos, mas havia mais indicadores Parcialmente Válidos, do que indicadores Neutros, Parcialmente Inválidos ou Totalmente Inválidos, em relação ao resultado obtido com a Prefeitura Universitária.

No Relatório de Gestão de 2011, não houve alteração dos itens avaliados, contudo, observou-se uma diminuição da sustentabilidade como norteador das licitações e de outras atividades, consoante demonstrado no Quadro 15 (UFES, 2012).

Quadro 15. Avaliação dos critérios de sustentabilidade resultantes do questionário, aplicado à Prefeitura Universitária da UFES, no Relatório de Gestão 2011.

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Inclusão, nos projetos básicos destinados a licitação, da necessidade de cumprimento da instrução normativa 001/2010.				X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se referência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X			

6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4.		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: UFES (2012).

Os resultados para a UFES foram (UFES, 2012): oito itens Totalmente Inválidos (Critérios 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12 e 13); quatro Parcialmente Inválidos (Critérios 1, 5, 6 e 9); um Parcialmente Válido (Critério 10). Para o HUCAM, também foi observada uma queda da sustentabilidade como referência para as atividades, uma vez que nenhum critério foi classificado como Totalmente Válido. Não obstante, os resultados se mantiveram estáveis, de maneira geral. Os resultados foram: um único Totalmente Inválido (Critério 7); um único Parcialmente Inválido (Critério 4); quatro identificados como Neutros (Critérios 2, 3, 6 e 8); seis identificados como Parcialmente Válidos (Critérios 1, 5, 9, 10, 11, 12 e 13); três classificados como Totalmente Válidos (9, 10 e 11).

O Relatório de Gestão de 2012 apresentou uma inovação em relação aos Relatórios anteriores. Nos anos anteriores, somente as licitações promovidas pela Prefeitura Universitária e o HUCAM, relativas às suas atividades, foram colocadas no relatório. Para o Relatório de 2012, as licitações cujas origens são provenientes do CEUNES e o CCA, foram evidenciados e a avaliação se deu da mesma forma como nos relatórios anteriores, isto é, utilizando-se dos mesmos indicadores.

Para a UFES, conforme o Quadro 16, os resultados foram os seguintes (UFES, 2013): cinco critérios Totalmente Inválidos (Critérios 2, 3, 5, 7 e 8); sete Parcialmente Inválidos (Critérios 1, 4, 6, 9, 11, 12 e 13); um único identificado como Parcialmente Válidos (Critério 10). Observou-se, portanto, que a sustentabilidade, para o referido relatório, apresentou uma queda em relação ao ano anterior. Para o CCA, os resultados foram os seguintes (UFES, 2013): três critérios Totalmente Inválidos (Critérios 1, 4 e 7); sete Parcialmente Inválidos (Critérios 2, 5, 6, 8, 10, 11 e 13); um único identificado como Parcialmente Válidos (Critério 3); dois identificados como Totalmente Válido (Critérios 9 e 12).

Quadro 16. Avaliação dos critérios de sustentabilidade resultantes do questionário, aplicado à Prefeitura Universitária da UFES, no Relatório de Gestão 2012.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Inclusão, nos projetos básicos destinados a licitação, da necessidade de cumprimento da instrução normativa 001/2010.	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se referência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4.		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a		X			

afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: UFES (2013).

Para o CEUNES, os resultados foram (UFES, 2013): quatro critérios Totalmente Inválidos (Critérios 6, 8, 12 e 13); três Parcialmente Inválidos (Critérios 2, 3, e 7); quatro critérios avaliados como Neutros (Critérios 1, 4, 5 e 9); um único identificado como Parcialmente Válidos (Critério 10); um único identificado como Totalmente Válido (Critério 11). Os resultados do HUCAM não se alteraram significativamente, em relação ao ano anterior (UFES, 2014): um único Totalmente Inválido (Critério 7); um único Parcialmente Inválido (Critério 4); três identificados como Neutros (Critérios 2, 3 e 6); seis identificados como Parcialmente Válidos (Critérios 1, 5, 8, 9, 10, 11, 12 e 13). Em relação a outros projetos, tanto o CEUNES quanto o CCA vem desenvolvendo projetos, além das licitações sustentáveis. de acordo com Ufes (2013) o CEUNES lançou, no âmbito do referido Centro, o Projeto de Coleta Seletiva, promovendo a gestão compartilhada dos resíduos sólidos. O CCA, conforme Ufes (2014), tem adotado medidas no sentido de aderir a ações de sustentabilidade, tais como a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), o Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e o Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP). No âmbito do CCA, tem-se buscado medidas, tais

como: inserção de requisitos nos processos licitatórios visando à sustentabilidade; solicitação aos departamentos que informem a quantidade mínima necessária de reagentes químicos para um ano letivo, para evitar desperdícios no prazo de validade e facilitar no armazenamento dos mesmos; estudo no sentido de colocação de lâmpadas inteligentes nas salas de aulas e nos corredores, eliminação em vazamentos de água nas dependências das unidades e minimizar o gasto de papel (UFES, 2013).

A elaboração desses relatórios é determinada por portarias e instruções normativas emitidas pelo TCU e do CGU, sendo estas a Instrução Normativa nº 63, de 06 de setembro de 2010, a Decisão Normativa nº 119, de 13 de fevereiro de 2012, a Decisão Normativa nº 121, de 20 de junho de 2012 e Portaria nº 150, de 03 de julho de 2012 do Tribunal de Contas da União, bem como a Portaria nº 133, de 18 de janeiro de 2013, da Controladoria Geral da União.

Assim sendo, entende-se que a postura da universidade de relatar impactos ou ações sustentáveis se dá de maneira reativa, ou seja, ocorre tão somente porque há uma determinação supralegal de órgãos de controle, não ocorrendo uma voluntariedade em ações de relatar esses impactos. Diante disso, entrevistou-se a equipe da Proplan e, os pesquisadores da universidade versados no tema sustentabilidade, verificando a opinião destes sobre o atual estágio institucional quanto ao desenvolvimento sustentável, se conheciam a *Global Reporting Initiative* e visando, também, o levantamento de informações necessárias para a composição de um Relatório de Sustentabilidade, no modelo da *GRI*. Tendo em vista as competências e a atuação da Proplan, as questões levantadas abordaram o Perfil da Organização e os Indicadores de Desempenho, dentro do contexto do Nível de Aplicação C, como sugerido pela *Global Reporting Initiative* para organizações que se iniciam no uso de relatórios. Aos pesquisadores, as questões foram concernentes aos Indicadores de Desempenho, tão somente, considerando-se que as informações sobre Perfil da Organização são mais específicas à Proplan, tendo em conta a suas competências.

4.4. Consulta aos Membros selecionados da Comunidade Universitária sobre as ações de sustentabilidade na UFES e análise dos dados levantados

Foi realizada consulta aos técnicos da Proplan e aos docentes especialistas, conforme detalhado na metodologia, por meio das entrevistas semiestruturadas, explicitados nos roteiros descritos nos Apêndices A e B deste trabalho. O subcapítulo 4.4.1., a seguir, apresenta os resultados da consulta realizada com os Técnicos da Pró-reitoria e, o subcapítulo 4.4.2., os resultados da consulta realizada com os docentes especialistas.

4.3.1. Consulta aos Técnicos da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFES

Nas entrevistas, conforme Apêndice A deste trabalho, questionou-se aos participantes se estes conheciam a atual situação da universidade, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, e se conheciam algum programa ou projeto de iniciativa institucional que a universidade desenvolve relativo ao tema. A equipe da Proplan relatou a criação da Comissão de Sustentabilidade, dentro da própria Pró-reitoria, além da inserção de pontos relativos a desenvolvimento sustentável e meio ambiente nos relatórios de gestão elaborados por ela. Relatou, também, o histórico de iniciativas institucionais como explicados no subcapítulo “4.2.” deste trabalho.

Perguntou-se à equipe quais seriam as principais dificuldades de se implantar, do ponto de vista institucional, programas e projetos de iniciativa institucional. A equipe foi franca em responder a necessidade de a direção central abraçar as iniciativas e os programas, sendo a falta desta atitude como um dos principais problemas. Em seguida, perguntou-se aos entrevistados se conheciam programas ou projeto em paralelo às iniciativas institucionais, dentro da UFES. A equipe da Proplan entende como iniciativa a existência do curso de Engenharia Ambiental do Departamento de Engenharia Ambiental, e seus programas de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Engenharia Ambiental e Programa de Mestrado em Desenvolvimentos Sustentável e Engenharia de Saúde Pública.

A próxima pergunta questionou à equipe se estes conheciam o Modelo de Relatório de Sustentabilidade desenvolvido pela *Global Reporting Initiative* e nenhum deles informou que conhecia o modelo de diretrizes proposto pela GRI. Em seguida, questionou-se aos entrevistados o que eles achavam da iniciativa de se

elaborar um Relatório de Sustentabilidade no modelo da *Global Reporting Initiative*, para a Universidade Federal do Espírito Santo e quais seriam, de acordo com as suas opiniões, os benefícios e as desvantagens que o desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade poderia proporcionar à universidade. A equipe da Proplan considerou de positiva a iniciativa, haja vista a necessidade da universidade se inserir nas ações de sustentabilidade e estar em sintonia com a responsabilidade socioambiental, entendendo que, futuramente, um documento do tipo pode se tornar legalmente obrigatório. Além disso, entendem que essas ações só trazem vantagens tendo em vista a importância da divulgação das ações da universidade dentro desse tema.

Perguntou-se aos entrevistados quais seriam, na opinião deles, as principais dificuldades para se elaborar um Relatório de Sustentabilidade para a Universidade. A equipe da Proplan entende que as principais dificuldades estão relacionadas à fragmentação das ações pró-sustentabilidade, dentro da UFES, a quase inexistente institucionalização e a resistência da comunidade acadêmica com o novo. Em seguida a estas perguntas, questionou-se à equipe da Proplan se a UFES já teria as informações acerca dos subitens do Perfil da Organização, conforme demonstrados no Quadro 4 da Metodologia deste trabalho.

Para o Item “1. Estratégia e Análise”, subdividido no único subitem “1.1. Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização (como diretor-presidente, presidente do conselho de administração ou cargo equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia”, a equipe da Proplan entende que esta informação deveria ser elaborada pela figura do reitor, demonstrando que a administração central abraçaria a perspectiva da sustentabilidade na instituição.

Quanto ao Item “2. Perfil Organizacional”, para boa parte dos subitens, segundo a equipe da Proplan, a universidade já possui as informações necessárias, tais como: subitens “2.1 Nome da Organização”; “2.4. Localização da Sede da Organização”; “2.6. Tipo de Natureza Jurídica da Propriedade”; “2.8. Porte da Organização relatando o número de empregados, número de organizações e quantidade de produtos ou serviços oferecidos”. Estes itens já são de conhecimento público e estão relatadas nos Relatórios de Gestão publicados anualmente pela universidade.

Em relação ao subitem “2.2. Principais Marcas, Produtos e Serviços”, a equipe da Proplan entende que os serviços são o ensino a pesquisa e a extensão, estabelecendo como produto principal o aluno formado, preparado para exercer o papel consciente e crítico de cidadão. Já o subitem “2.5. Número de Países em que a organização opera e nome dos países em que as principais operações estão localizadas”, no caso específico da universidade, podem ser elaborados na perspectiva de se relatar os projetos internacionais os quais a universidade participa, em conjunto com outras universidades ou institutos de nível superior estrangeiras.

O subitem “2.7. Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes beneficiários)”, o entendimento é que este é um item muito relacionado a empresas e outros grupos, passível de melhor investigação acerca do que poderia ser relatado. Em relação ao subitem “2.9. Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório, referentes a porte, estrutura ou participação acionária”, seria relatado caso houvesse alguma mudança significativa na estrutura organizacional da universidade, sendo aqui, no caso, alterações no Estatuto da UFES. Quanto ao subitem “2.10 Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório” seria necessária a realização de um levantamento de todas as premiações recebidas por projetos que ocorrem no âmbito da UFES.

Para o item “3. Parâmetro do Relatório”, os seguintes subitens não poderiam ser relatados, inicialmente, pois dependeriam da emissão de um relatório prévio: “3.1. Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas”; “3.2. Data do relatório anterior mais recente (se houver)”; “3.7. Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório”; “3.10. Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações”, “3.11. Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório”; “3.12. Tabela que identifica a localização das informações no relatório”.

No subitem “3.3. Ciclo de Emissão de Relatórios”, ocorrendo a elaboração de relatório, deve ser informado o período de emissão de relatórios de sustentabilidade (ex.: anual, bianual, etc.). Assim, nesse caso, essa periodicidade deve ser mais bem estudada. O subitem “3.4. Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou ao seu conteúdo” solicita a quem deveria se solicitar informações relativas ao relatório. Neste caso a responsável pela elaboração seria a Proplan,

sendo esta, naturalmente, a quem qualquer um se direcionaria para sanar dúvidas relativas ao relatório.

Para o subitem “3.5. Processo para definição do conteúdo do relatório” deve-se explicar como foram utilizados os princípios que definem o conteúdo e a qualidade do relatório. Assim sendo, as informações deste subitem só estariam disponíveis quando o relatório estivesse pronto. No subitem “3.6. Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores)” deveria ser informado quais são as unidades administrativas que compõe a universidade, isto é, os centros, departamentos, pró-reitorias, etc. Estas informações já se encontram disponíveis nas resoluções nº 01/1992 e nº 08/2014, que definem a nova estrutura organizacional da UFES.

O subitem “3.8. Base para a elaboração do relatório no que se refere à *joint ventures*, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações” não se aplicaria para a UFES visto que a natureza de pessoa jurídica de direito público não permite a organização da universidade de maneira que tivesse unidades subsidiárias, instalações arrendadas ou, ainda, operações terceirizadas da sua atividade fim.

Para o item “4. Governança, compromisso e Engajamento”, deve-se descrever no subitem “4.1. Estrutura de governança da organização incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização”, o mandato e do mais alto órgão de governança e seus comitês, indicando o cargo de cada indivíduo e as suas responsabilidades. Para a universidade, essas informações já se encontram disponíveis haja vista que os conselhos Universitário, Ensino Pesquisa e Extensão e o de Curadores, são os conselhos de mais alto grau de governança.

Quanto ao subitem “4.2. Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição)” seria a de informar se o reitor, liderança maior da instituição, também é presidente dos Conselhos Superiores. No caso, o reitor é presidente do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Sobre o subitem “4.3. Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número e gênero de membros, independentes ou não,

executivos do mais alto órgão de governança”, este não se aplica, tendo em vista que a UFES não é uma organização unitária, conforme Resoluções nº 01/1992 e nº 08/2014. Acerca do subitem “4.4. Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança”, o entendimento é que esse canal não existe atualmente, sugerindo-se uma maneira desse mecanismo ser construído na universidade.

Sobre o subitem “4.14. Relação de grupos de *stakeholders* engajados pela organização” refere-se a todos os interessados e parceiros da universidade. O espectro de parceiros da universidade é bem amplo: a comunidade interna, formada por alunos, técnico-administrativos e docentes; Ministério da Educação - MEC; as agências fomentadoras de recursos tais como a Coordenação de Aperfeiçoamento do Nível Superior - CAPES, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Fundo de Apoio a Ciência e Tecnologia - FACITEC; os Ministérios da Cultura, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Justiça, Agricultura, Integração Nacional, Comunicações e Secretarias de Governo; em nível estadual as Secretarias Estaduais de Justiça e Cidadania, Ação Social, Saúde; as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Cultura e Educação da Prefeitura Municipal de Vitória; Prefeitura Municipal de São Mateus; o Terceiro Setor e entidades privadas que financiam as atividades extensionistas.

No subitem “4.15. Base para a identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar”, de acordo com a equipe da Proplan, precisam ser criados critérios para o estabelecimento dos parceiros da universidade. Os critérios deveriam ser desenvolvidos, de modo que coadunem com os princípios de elaboração do relatório. Conforme o relatado pela equipe da Proplan, os principais norteadores para o estabelecimento dos *stakeholders* seriam as possibilidades de cooperação mútua entre os diversos parceiros da organização, visando a troca de conhecimento e tecnologias. Além do Perfil da Organização, foi investigado, por meio das entrevistas, quais Indicadores de Desempenho poderiam ser adotados pela universidade na elaboração de um relatório de sustentabilidade, aos moldes estabelecidos pela GRI.

Após os questionamentos sobre o Perfil da Organização, perguntou-se à equipe da Proplan quais seriam os indicadores de desempenho, dentre os essenciais listados nas diretrizes da *Global Reporting Initiative*, das dimensões

Ambiental, Econômico e Social, que a universidade poderia utilizar para a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade.

Quanto aos indicadores da dimensão Ambiental, conforme Quadro 5 da metodologia, a equipe da Proplan selecionou 08 (oito) indicadores estabelecendo, na ordem de importância, os indicadores: En4, En22, En11, En23, En1, En2, En21 e En8. A equipe da Proplan sugeriu que o indicador En1 fosse desmembrado em dois indicadores, sendo um que relatasse os “materiais de consumo utilizados em obras e em manutenção de equipamentos” e outros que mostrasse “materiais de consumo interno”, onde seriam evidenciados, especificamente, materiais utilizados no cotidiano operacional da universidade. Assim, no Quadro 17, estão relacionados os indicadores selecionados pela equipe.

Quadro 17. Indicadores de Desempenho Ambiental escolhidos pela equipe da Proplan.

Aspectos	Código	Indicador
Material	En1	Materiais usados por peso ou volume.
	En2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem .
	En4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.
Água	En8	Total de retirada de água por fonte.
Biodiversidade	En11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
Emissões, Efluentes e Resíduos	En21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
	En22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
	En23	Número e volume total de derramamentos significativos.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos indicadores da dimensão Econômica (Quadro 6 da metodologia), a equipe da Proplan selecionou 03 (três) indicadores estabelecendo, na ordem de importância, os indicadores: Ec7, Ec6 e Ec8. A equipe da Pró-reitoria relatou que, para os indicadores Ec6 e Ec7, a Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, já estabelece a preferência por contratação de empresas de pequeno porte durante processos licitatórios, levando à contratação de empresas e de mão-de-obra local, permitindo-se assim, que esses indicadores possam ser utilizados como instrumentos de controle legal para a universidade. No Quadro 18 estão relacionados os indicadores Econômicos escolhidos pela equipe.

Quadro 18. Indicadores de Desempenho Econômico escolhidos pela equipe da Proplan.

Aspectos	Código	Indicador
Presença no Mercado	Ec6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.
	Ec7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência e trabalhadores recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.
Impactos Econômicos Indiretos	Ec8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> .

Fonte: Elaboração própria.

Quanto os indicadores da dimensão Social, considerando a subdivisão destes em Relações Trabalhistas, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade Social pelo Produto (respectivamente, Quadros 10, 11, 12 e 13 da metodologia), procedeu-se da mesma forma, questionando-se à equipe quais seriam os indicadores por ele sugeridos, de acordo com a metodologia. Em relação aos indicadores relativos ao campo Relações Trabalhistas, a equipe da Proplan escolheu os quatro indicadores possíveis e entendeu que os indicadores selecionados, em ordem de importância, seriam: La8, La7, La10 e La13. Os indicadores selecionados estão relacionados no Quadro 19, a seguir.

Quadro 19. Indicadores do campo Relações Trabalhistas escolhidos pela equipe da Proplan.

Aspectos	Código	Indicador
Saúde e Segurança no Trabalho	La7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmos e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por gênero.
	La8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
Treinamento e Educação	La10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por gênero e por categoria funcional.
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	La13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos indicadores do campo Direitos Humanos, a equipe da Proplan escolheu os três indicadores e entendeu que os indicadores selecionados, em ordem de importância, seriam: Hr4, Hr6 e Hr7. Ressalta-se que, em relação ao indicador Hr7, a equipe informou que a universidade pode exigir das empresas terceirizadas melhores salários e condições de trabalho. Os indicadores selecionados estão relacionados, a seguir, no Quadro 20.

Quadro 20. Indicadores do campo Direitos Humanos escolhidos pela equipe da Proplan.

Aspectos	Código	Indicador
Não Discriminação	Hr4	Número total de casos de discriminação, e as medidas corretivas tomadas, discriminados por gênero.
Trabalho Infantil	Hr6	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.
Trabalho forçado ou análogo ao Escravo	Hr7	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Fonte: Elaboração própria.

Acerca dos indicadores relacionados ao campo Sociedade, a equipe escolheu quatro indicadores, estabelecendo a seguinte ordem e importância: So1, So4, So3 e So8. A equipe aproveitou para informar que o indicador So4 já é informado nos Relatórios de Gestão. Os indicadores selecionados pela equipe estão relacionados no Quadro 21.

Quadro 21. Indicadores do campo Sociedade escolhidos pela equipe da Proplan.

Aspectos	Código	Indicador
Comunidades Locais	So1	Percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento.
Corrupção	So3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.
	So4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
Conformidade	So8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos indicadores do campo Responsabilidade Social pelo Produto, a equipe da Proplan escolheu por três indicadores, estabelecendo a seguinte ordem de importância: Pr1, Pr3 e Pr6. Os indicadores selecionados estão relacionados no Quadro 22, a seguir.

Quadro 22. Indicadores do campo Responsabilidade Social pelo produto escolhidos pela equipe da Proplan.

Aspectos	Código	Indicador
Saúde e Segurança do Cliente	Pr1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.
Rotulagem de Produtos e Serviços	Pr3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.

Comunicações de Marketing	Pr6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
---------------------------	-----	---

Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, perguntou-se aos entrevistados se estes sugeririam a inclusão de algum indicador. A equipe da Proplan sugeriu que os indicadores Responsabilidade Social pelo Produto fossem adaptados, de maneira que pudessem demonstrar a situação em que se encontram socioeconomicamente, e como cidadãos, os egressos dos cursos de graduação e pós-graduação. Assim sendo, poderia ser verificado se os cursos estão sendo efetivos na formação do aluno, na perspectiva de que o egresso está alocado em sua área de formação, seguindo motivado no desejo de se consolidar no mercado de trabalho ou, ainda, verificar o grau de participação política, como cidadão, desse ex-aluno.

4.3.2. Consulta aos Docentes Especialistas da UFES

Foi realizada a consulta aos docentes especialistas, conforme o roteiro do Apêndice B deste trabalho. Da mesma forma como feito para os técnicos da Proplan, nas entrevistas com os docentes especialistas da universidade, questionou-se aos participantes se estes conheciam a atual situação da universidade, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, e se conheciam algum programa ou projeto de iniciativa institucional que a universidade desenvolve relativo ao tema. O Especialista nº 01 e a Especialista nº 02 informaram desconhecer as ações da administração central. O Especialista nº 03 disse conhecer algumas iniciativas pontuais, mas não conhece ações efetivas de gestão relativas ao tema. O Especialista nº 04 informou que soube da criação de uma coordenadoria de meio ambiente dentro da Prefeitura Universitária. A Especialista nº 05 disse que, a única iniciativa que tinha conhecimento, era a comissão de sustentabilidade que foi criada para elaborar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, ao qual é participante.

Em seguida, perguntou-se aos entrevistados se conheciam programas ou projetos em paralelo às iniciativas institucionais, dentro da UFES. O Especialista nº 01 relatou que conhecia, como únicas iniciativas, os programas de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia Ambiental. A Especialista nº 02 disse não conhecer todos, contudo, entende como iniciativas no tema, além do curso de graduação e

programas de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, o curso de graduação em Oceanografia e seus Programas de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado. O Especialista nº 03 informou conhecer os Programas de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia Ambiental e algumas linhas de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. O Especialista nº 04 conhece o Programa de Pós-Graduação em Engenharia ambiental e, também, o projeto de extensão da UFES que busca elaborar os Planos Municipais de Saneamento, em parceria com algumas prefeituras do estado. A Especialista nº 05 entende, como iniciativa, os Programas de Pós-Graduação do Departamento em Engenharia Ambiental e iniciativas pontuais, tais como os aproveitamentos de chapas de raios-x, no Centro de Ciências da Saúde, os Ecopostos (que não estão sendo usados no momento) e a separação de resíduos que ocorre no Restaurante Universitário.

Na próxima pergunta, questionou-se aos entrevistados se estes conheciam o Modelo de Relatório de Sustentabilidade desenvolvido pela *Global Reporting Initiative*. Com exceção do Especialista nº 01, nenhum outro entrevistado conhecia a referida Organização Não Governamental e, tampouco, sabia acerca do modelo da GRI.

Em seguida, questionou-se aos entrevistados o que eles achavam da iniciativa de se elaborar um Relatório de Sustentabilidade no modelo da *Global Reporting Initiative*, para a Universidade Federal do Espírito Santo e quais seriam, de acordo com as suas opiniões, os benefícios e as desvantagens que o desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade poderia proporcionar à UFES. O Especialista nº 01 entende que a iniciativa é interessante pois permite fornecer informações à comunidade acadêmica, e à comunidade externa em geral, o que a universidade vem fazendo do ponto de vista da sustentabilidade. Em sua opinião, o relatório de sustentabilidade, por convergir informações em um único documento, pode facilitar o processo de institucionalização de conjuntos de práticas. Todavia, por ser um documento que visa à padronização, pode deixar de fora as iniciativas que não seguem o padrão, gerando certo engessamento, inibindo a questão da criatividade. O professor entende, também, que a universidade é grande, possuindo diversas áreas de atuação e, possivelmente, os indicadores não conseguiriam abranger todas essas áreas.

Na opinião da Especialista nº 02, a iniciativa é válida e interessante, principalmente se a metodologia para o desenvolvimento desse relatório for

reconhecida. O Especialista nº 03 compreende ser urgente a universidade realizar algum tipo de relatório ou diagnóstico, independente do modelo, para dar suporte decisório às ações da universidade, bem como servir de exemplo para a comunidade externa. O Especialista nº 04 entende ser de grande relevância a iniciativa e não vê desvantagens na elaboração de um relatório. A Especialista nº 05 tem, por opinião, que a iniciativa é válida, visto que para a UFES, por não possuir um relatório já feito com essa abrangência, ter como referência um modelo padrão é importante para a organização que está começando.

Perguntou-se aos entrevistados quais seriam, na opinião deles, as principais dificuldades para se elaborar um Relatório de Sustentabilidade para a Universidade. O Especialista nº 01 acredita que as principais dificuldades seriam o fato de a Universidade ser uma organização complexa e com processos muito burocratizados, necessitando-se assim de uma ampla discussão com toda a Comunidade Acadêmica. A Especialista nº 02 entende que talvez possa não haver grande dificuldade para elaboração. O Especialista nº 03 entende que a dificuldade estaria relacionada com a falta de iniciativa política e a necessidade de uma comissão permanente, como um órgão ou secretaria de Gestão Ambiental, para ser responsável pela elaboração. O Especialista nº 04 considerou a falta de disposição política pela administração central como principal dificuldade para se elaborar um relatório desse tipo. A Especialista nº 05 tem a opinião que a principal dificuldade está relacionada ao fato da universidade necessitar de diretrizes e indicadores próprios, tendo em vista a sua particularidade.

Após as perguntas relativas ao desenvolvimento sustentável, perguntou-se aos entrevistados acerca dos indicadores de sustentabilidade, qualificados como essenciais pela GRI, que seriam viáveis para compor um relatório desenvolvido pela UFES. Os indicadores de desempenho essenciais, estabelecidos pelas diretrizes, foram apresentados aos pesquisadores da universidade sendo sugerida a escolha de um determinado número específico, dentro das dimensões ambiental, econômica e social, sendo que, durante a escolha, solicitou-se o estabelecimento de uma ordem de importância pelo entrevistado.

Quanto aos Indicadores Ambientais, estes foram mostrados, conforme o Quadro 8 da metodologia. Dentre os indicadores mostrados, solicitou-se que fossem escolhidos pelo menos oito indicadores, sendo observada na escolha uma ordem de importância do 1º ao 8º indicador, se possível.

O Especialista nº 01 selecionou oito indicadores, sendo eles, em ordem de importância: En8, En3, En4, En1, En2, En16, En17 e En19. A Especialista nº 02 escolheu, também, os oito indicadores, sendo em ordem de importância: En23, En8, En3, En22, En21, En2, En12 e En20. No entendimento do Especialista nº 03, todos os indicadores ambientais relatados no quadro eram importantes, contudo, escolheu 08 (oito) indicadores e estabeleceu a seguinte ordem: En1, En2, En3, En4, En8, En11, En12 e En22. Os indicadores da Dimensão Ambiental foram os únicos aos quais o Especialista nº 03 atribuiu ordem de importância. O Especialista nº 04 optou pelos indicadores: En21, En22, En8, En3, En11, En20, En2 e En26. A Especialista nº 05 escolheu os indicadores, em ordem: En4, En8, En22, En27, En1, En12, En2 e En11. No Quadro 23, a seguir, estão elencados os indicadores de desempenho Ambiental e o número de vezes em que foram citados.

Quadro 23. Indicadores de desempenho ambiental e número de vezes em que foram citados.

Aspectos	Código	Indicador	Nº de Vezes em que foram citados
Material	En1	Materiais usados por peso ou volume.	3
	En2	Percentual de materiais utilizados para obras e manutenção de equipamentos, provenientes de reciclagem.	5
Energia	En3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	4
	En4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	3
Água	En8	Total de retirada de água por fonte.	5
Biodiversidade	En11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	3
	En12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	3
Emissões, Efluentes e Resíduos	En16	Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso.	0
	En17	Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	0
	En20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	2
	En21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	2
	En22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	4
	En23	Número e volume total de derramamentos significativos.	1
Produtos e Serviços	En26	Relato das Iniciativas da universidade que atenuam os impactos ambientais gerados	1

		pela instituição.	
	En27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	1
Conformidade	En28	Relato de multas e outras sanções resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	0

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto aos indicadores de desempenho econômico, foram apresentados os sete indicadores essenciais, como mostrado no Quadro 9 da metodologia, sendo solicitados aos entrevistados que escolhessem pelo menos quatro indicadores, observando-se na escolha, uma ordem de importância do 1º ao 4º indicador. O Especialista nº 01 selecionou 04 (quatro) indicadores, sendo eles, em ordem de importância: Ec8, Ec6, Ec4 e Ec1. A Especialista nº 02 escolheu os quatro indicadores, sendo em ordem de importância: Ec1, Ec7, Ec6 e Ec4. O Especialista nº 03, preferiu não atribuir ordem de importância e selecionou, ao todo, três indicadores: Ec6, Ec7 e Ec8. O Especialista nº 04 optou por quatro indicadores, considerando a ordem de importância: Ec6, Ec7, Ec8 e Ec1. A Especialista nº 05 escolheu os quatro indicadores na seguinte ordem: Ec1, Ec8, Ec6 e Ec2. O Quadro 24 relaciona os indicadores econômicos e o número de vezes em que foram citados pelos entrevistados.

Quadro 24. Indicadores de desempenho econômico e número de vezes em que foram citados.

Aspectos	Código	Indicador	Nº de Vezes em que foram citados
Desempenho Econômico	Ec1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	3
	Ec2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades, para a universidade, devido às mudanças climáticas.	1
	Ec3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	0
	Ec4	Ajuda financeira significativa recebida pelo governo.	2
Presença no Mercado	Ec6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	5
	Ec7	Procedimentos para contratação de	3

		mão-obra-local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade.	
Impactos Econômicos Indiretos	Ec8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> .	4

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto os indicadores da dimensão Social, considerando a subdivisão destes em Relações Trabalhistas (Quadro 10), Direitos Humanos (Quadro 11), Sociedade (Quadro 12) e Responsabilidade Social pelo Produto (Quadro 13), procedeu-se da mesma forma, questionando-se aos especialistas quais seriam os indicadores por ele sugeridos, de acordo com a metodologia. Em relação aos indicadores do campo Relações Trabalhistas, o Especialista nº 01 selecionou quatro indicadores, sendo eles, em ordem de importância: La7, La10, La13 e La1. A Especialista nº 02 escolheu quatro indicadores, também, sendo em ordem de importância: La7, La8, La10 e La13. O Especialista nº 03, preferiu não atribuir ordem de importância e selecionou, ao todo, quatro indicadores, sendo eles: La7, La8, La10 e La13. O Especialista nº 04 optou por quatro indicadores, considerando a ordem de importância: La8, La7, La10 e La13. A Especialista nº 05 escolheu os quatro indicadores na seguinte ordem: La14, La13, La1 e La7. No Quadro 25 verificam-se os indicadores do campo Relações Trabalhistas e o número de vezes em que foram citados pelos entrevistados.

Quadro 25. Indicadores do campo Relações Trabalhistas e número de vezes em que foram citados.

Aspectos	Código	Indicador	Nº de Vezes em que foram citados
Emprego	La1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminados por gênero.	2
	La2	Número total e taxa de novos empregados contratados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.	0
	La15	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero.	0
Relações Trabalhistas	La4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	0
	La5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	0

Saúde e Segurança no Trabalho	La7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmos e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por gênero.	5
	La8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	3
Treinamento e Educação	La10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por gênero e por categoria funcional.	4
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	La13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	5
Igualdade de Remuneração para mulheres e homens	La14	Proporção de salário base e remuneração entre mulheres e homens, discriminados por categoria funcional e por operações em locais significativos.	1

Fonte: Elaboração Própria.

Em relação ao campo Direitos Humanos, o Especialista nº 01 selecionou três indicadores, sendo eles, em ordem de importância: Hr10, Hr11 e Hr6. A Especialista nº 02 escolheu três indicadores, também, sendo em ordem de importância: Hr10, Hr11 e Hr4. O Especialista nº 03 preferiu não atribuir ordem de importância e selecionou, ao todo, dois indicadores, opinando que este aspecto, em sua perspectiva, possuía pouquíssimos indicadores para o contexto da universidade. Os indicadores escolhidos foram: Hr4 e Hr10. O Especialista nº 04 escolheu o três indicadores, na seguinte a ordem de importância: Hr2, Hr4 e Hr11. A Especialista nº 05 escolheu os quatro indicadores na seguinte ordem: Hr6, Hr2 e Hr7. O Quadro 26 demonstra o número de vezes, em que foram escolhidos, cada um dos indicadores do campo Direitos Humanos.

Quadro 26. Indicadores do campo Direitos Humanos e número de vezes em que foram citados.

Aspectos	Código	Indicador	Nº de Vezes em que foram citados
Emprego	Hr1	Percentual e número total de acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a preocupações com direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	0
	Hr2	Percentual de empresas contratadas, fornecedores e outros parceiros de negócio significativos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e a medidas tomadas.	2

	Hr3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.	0
Não Discriminação	Hr4	Número total de casos de discriminação, e as medidas corretivas tomadas, discriminados por gênero.	3
Liberdade de Associação e Negociação coletiva	Hr5	Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar sendo violado ou estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	0
Trabalho Infantil	Hr6	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.	2
Trabalho forçado ou análogo ao Escravo	Hr7	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	1
Avaliação	Hr10	Percentual e número total de operações que foram submetidas a análises e/ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos.	1
Reparação	Hr11	Número de queixas relacionadas a direitos humanos protocoladas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismo formal de queixas.	3

Fonte: Elaboração própria.

Acerca dos indicadores do campo Sociedade, o Especialista nº 01 selecionou três indicadores, sendo eles, em ordem de importância: So3, So10 e So1. A Especialista nº 02 escolheu quatro indicadores, sendo em ordem de importância: So5, So4, So1 e So9. O Especialista nº 03, não atribuiu ordem de importância e sugeriu, ao todo, cinco indicadores: So1, So9, So3, So5 e So8. O Especialista nº 04 escolheu três indicadores, na seguinte ordem de importância: So1, So9 e So5. A Especialista nº 05 escolheu três indicadores, na seguinte ordem: So3, So1 e So10. O Quadro 27 relaciona os indicadores do campo Sociedade e o número de vezes em que foram citados.

Quadro 27. Indicadores do campo Sociedade e número de vezes em que foram citados.

Aspectos	Código	Indicador	Nº de Vezes em que foram citados
Comunidades Locais	So1	Percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento.	5
	So9	Operações com impactos negativos significativos, potenciais ou reais nas comunidades locais.	3
	So10	Medidas de prevenção e mitigação, implementadas em operações com impactos negativos significativos, potenciais ou reais, em comunidades locais.	2
Corrupção	So2	Percentual e número total de unidades da avaliação submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	0
	So3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	3
	So4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	1
Políticas Públicas	So5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .	3
Conformidade	So8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.	1

Fonte: Elaboração própria.

Sobre os indicadores do campo Responsabilidade pelo Produto, estes foram o que apresentaram alguma controvérsia diante de alguns entrevistados. A controvérsia está na questão sobre qual seria o produto que a universidade oferece à sociedade. Alguns entrevistados entendem que o “produto” seria o estudante formado, consciente de seu papel transformador, como cidadão, enquanto outros entrevistados depreendem que o produto seria o conhecimento e tecnologias, percebendo-se, portanto, que os indicadores são de difícil adaptação, não havendo, assim, um consenso sobre como estes indicadores poderiam ser relatados.

Todavia, apesar de não se haver consenso acerca de uma maneira de se adaptar esses indicadores para o contexto da universidade, os especialistas escolheram os indicadores, conforme a metodologia. O Especialista nº 01 selecionou três indicadores, sendo eles, em ordem de importância: Pr6, Pr3 e Pr9. A Especialista nº 02 escolheu três indicadores, sendo em ordem de importância: Pr6, Pr1 e Pr3. O Especialista nº 03 não atribuiu ordem de importância e sugeriu três indicadores: Pr1, Pr6 e Pr9. O Especialista nº 04 escolheu dois indicadores, na seguinte ordem de importância: Pr1 e Pr6. A Especialista nº 05 escolheu três

indicadores, na seguinte ordem: Pr1, Pr2 e Pr9. Os indicadores escolhidos e o número de vezes em que foram escolhidos estão relacionados no Quadro 28, a seguir.

Quadro 28. Indicadores do campo Responsabilidade Social pelo Produto e número de vezes em que foram citados.

Aspectos	Código	Indicador	Nº de Vezes em que foram citados
Saúde e Segurança do Cliente	Pr1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	4
Rotulagem de Produtos e Serviços	Pr3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	2
Comunicações de Marketing	Pr6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	4
Conformidade	Pr9	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	3

Fonte: Elaboração própria.

Dentre outros indicadores sugeridos, o Especialista nº 01 sugeriu que fossem criados indicadores educacionais, possivelmente inseridos dentro da Dimensão Econômica, que evidenciassem a eficiência e eficácia dos investimentos destinados ao ensino, pesquisa e à extensão. Para o pesquisador, a universidade carece de indicadores que demonstrem como os cursos de graduação e programas de pós-graduação utilizam os recursos públicos.

A Especialista nº 02 sugeriu a criação de um indicador, no campo da Dimensão Econômica, que relatasse o custo da formação de cada aluno. Para a Dimensão Social, mais especificamente para o campo das Relações Trabalhistas, sugeriu a criação de um indicador que aponte a relação aluno por técnico-administrativo/técnico de laboratório. Em relação à Responsabilidade Social pelo Produto, considerando o aluno formado como “produto”, manifestou opinião semelhante à Proplan. Entende como necessário a formulação de indicadores que relatem a condição dos alunos egressos, tanto de nível de graduação como de pós-graduação, verificando se estão alocados em postos de trabalho relacionados com a

sua formação, seu nível salarial ou, ainda, se ocupam cargos de governança corporativa.

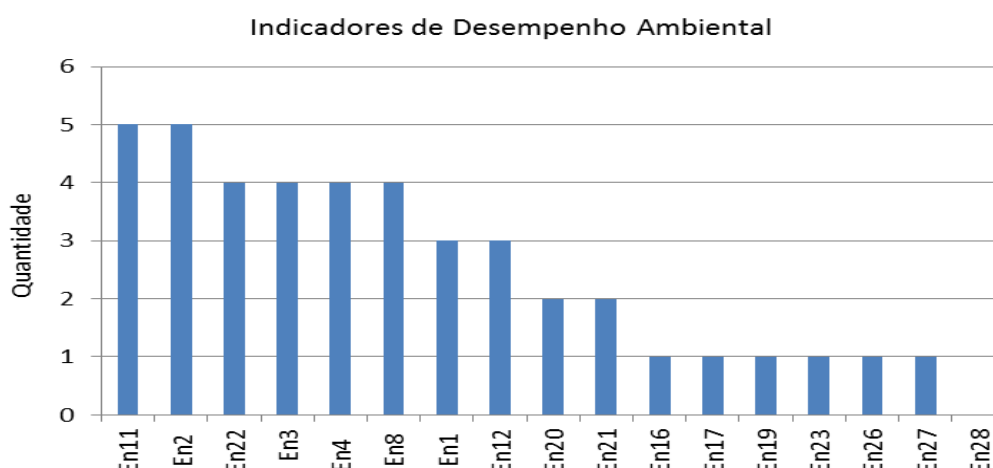
O Especialista nº 03 sugeriu, no âmbito da Dimensão Ambiental, a inclusão de indicadores de qualidade do ar e indicadores de mobilidade urbana, dentro da universidade. Também sugeriu a possibilidade da criação de indicadores de inovação tecnológica, dentro da Dimensão Econômica, que relatem a produção intelectual na universidade. Os Especialistas nº 04 e nº 05 não sugeriram a inclusão de novos indicadores.

Depois das entrevistas, buscou-se analisar os indicadores sugeridos pelos técnicos da Proplan e pelos docentes, verificando-se, quantitativamente, os indicadores de desempenho escolhidos.

4.3.3. Análise das sugestões relativas aos indicadores

Assim sendo, foi feita soma das escolhas da equipe da Proplan com as escolhas feitas com os especialistas. Para os indicadores de Desempenho Ambiental, foi obtido o seguinte resultado, como ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Relação dos Indicadores Ambientais e o número de vezes em que foram citados nas entrevistas.



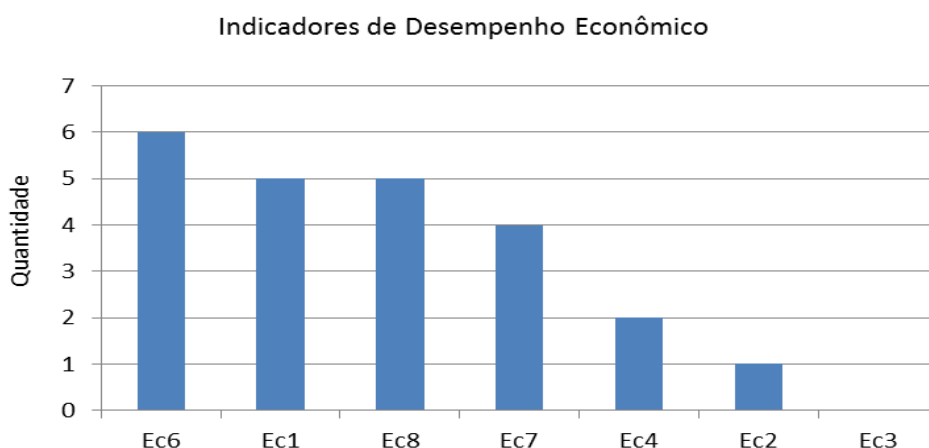
Fonte: Elaboração própria.

Verificou-se, assim, que os indicadores En11 e En2 foram o mais citados, sendo cinco vezes no total. Os indicadores En22, En3, En4 e En8 foram citados quatro vezes, En1 e En12 foram citados três vezes e En20 e En21 foram citados

duas vezes. Os indicadores En16, En17, En19, En23, En36 e En27 foram citados uma única vez cada um, enquanto En28 não foi citado.

Para os indicadores de Desempenho Econômico, o resultado se encontra explicitado, a seguir, no Gráfico 3.

Gráfico 3. Relação dos Indicadores Econômicos e o número de vezes em que foram citados

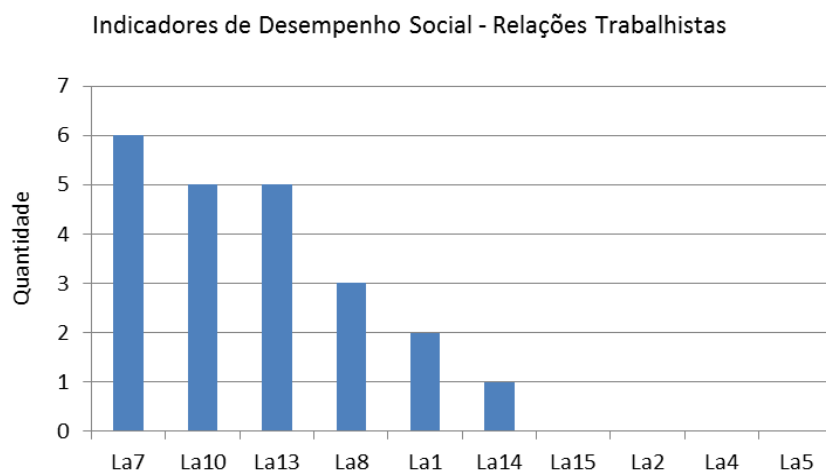


Fonte: Elaboração própria.

O indicador mais citado foi o Ec6, sendo seis vezes no total. Ec1 e Ec8 foram citados cinco vezes, Ec7 quatro vezes, Ec4 duas vezes e Ec2 uma única vez. Já o indicador Ec3 não foi citado por nenhum entrevistado.

Para os indicadores de Desempenho Social – Relações Trabalhistas, quantitativo de vezes em que foram citados cada um dos indicadores estão ilustrados no Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4. Relação dos Indicadores Sociais – Relações Trabalhistas e o número de vezes em que foram citados



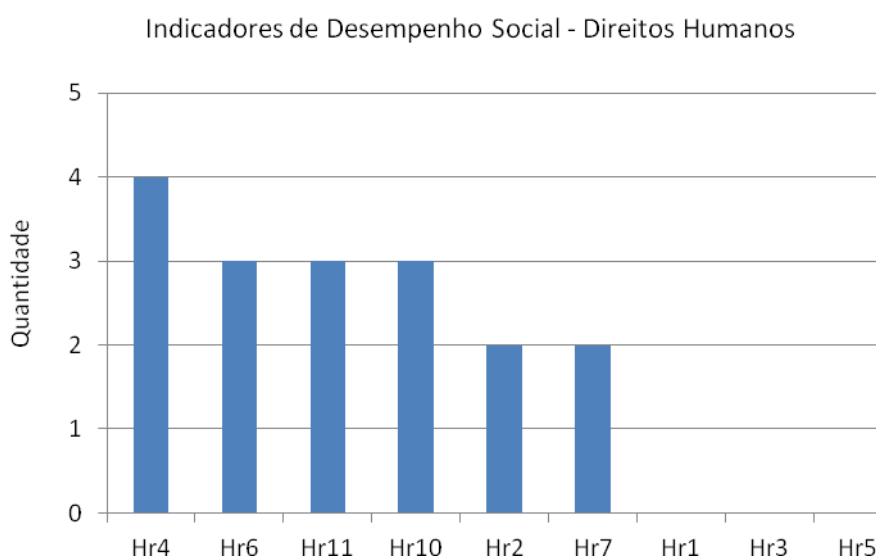
Fonte: Elaboração própria.

Para esse campo, o indicador mais citados foi o La7 com seis citações no total. O indicador La10 e La13 foram citados cinco vezes, enquanto La8 e La1 foram citados três e duas vezes, respectivamente. O indicador La14 foi citado um única vez. Já os indicadores La15, La2, La4 e La5 não foram citados.

Em relação aos indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos, o número de vezes em que foram citados segue no Gráfico 5, abaixo.

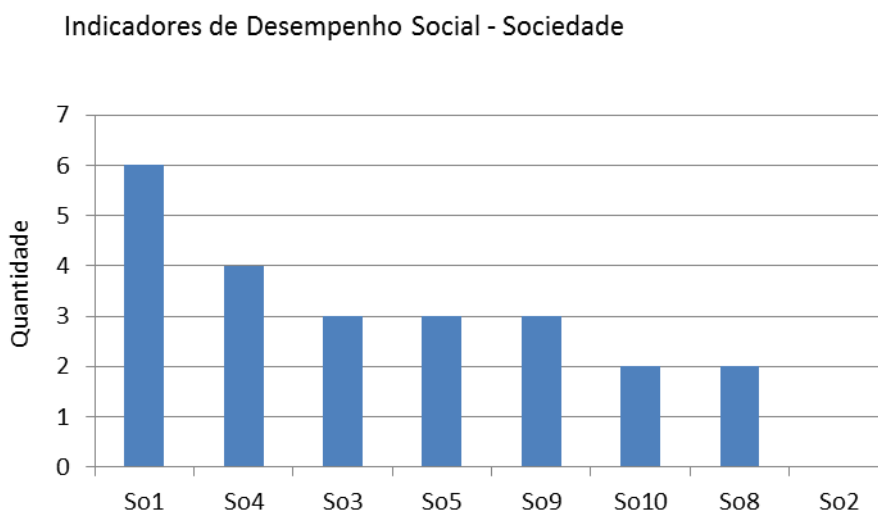
O indicador mais citado foi o Hr4, quatro vezes ao todo. Os indicadores Hr6, Hr11 e Hr10 foram citados três vezes e Hr2 e Hr7 foram citados duas vezes. Hr1, Hr3 e Hr5 não foram citados.

Gráfico 5. Relação dos Indicadores Sociais – Direitos Humanos e o número de vezes em que foram citados



Fonte: Elaboração própria.

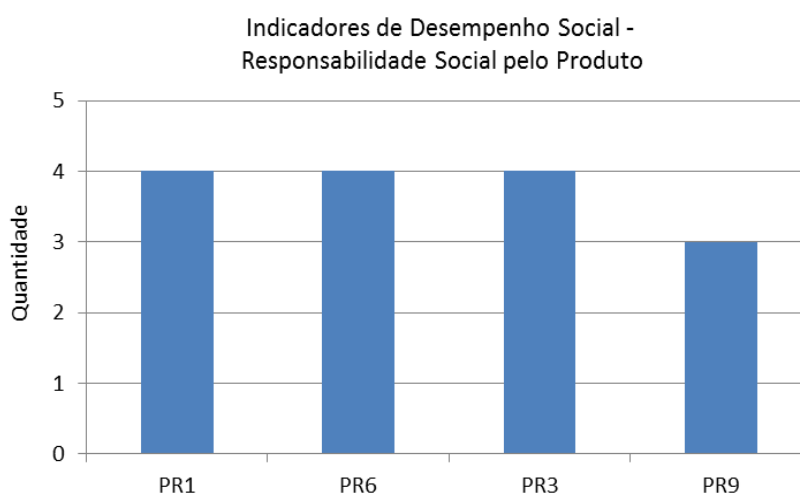
Acerca dos indicadores de Desempenho Social – Sociedade, o Gráfico 6, a seguir, relaciona o número de vezes em que eles foram citados.

Gráfico 6. Relação dos Indicadores Sociais – Sociedade e o número de vezes em que foram citados

Fonte: Elaboração própria.

O indicador mais citado foi o So1, citado cinco vezes ao todo. O indicador So4 foi citado quatro vezes, enquanto So3, So5 e So9 foram citados três vezes. Os indicadores So10 e So8 foram citados duas vezes no total e So2 não foi citado.

Sobre os indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade Social pelo Produto, o número de vezes que os indicadores foram selecionados estão elencados no Gráfico 7, abaixo.

Gráfico 7. Relação dos Indicadores Sociais – Responsabilidade Social pelo Produto e o número de vezes em que foram citados

Fonte: Elaboração própria.

Os indicadores Pr1, Pr6 e Pr3 foram citados quatro vezes e Pr9 foi citado três vezes.

Assim sendo, a partir do levantamento das informações necessárias, da verificação dos indicadores selecionados e das análises dos relatórios realizados por outras instituições de nível superior, sugere-se a elaboração de um relatório de sustentabilidade, conforme as diretrizes da *Global Reporting Initiative* tal como apresentado no Plano de Intervenção este trabalho. Assim sendo, com base no exposto, segue-se, no próximo capítulo, o Plano de Intervenção, propondo a organização estrutural e de informações para a composição um Relatório de Sustentabilidade no modelo GRI para a UFES.

5. PLANO DE INTERVENÇÃO: PROPOSIÇÃO DE ESTRUTURA DE “RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE PARA A UFES”

O objetivo deste capítulo é apresentar como poderia ser estruturado o primeiro Relatório de Sustentabilidade no modelo das diretrizes da *Global Reporting Initiative*, para a Universidade Federal do Espírito Santo. Essa estruturação tem, por base, a análise dos dados e informações verificadas nos documentos pesquisados, bem como das informações levantadas nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os técnicos da Proplan com os especialistas da universidade. A sistematização das informações, e a composição da forma que o relatório, seguiu, conforme estabelecido pelas diretrizes da *Global Reporting Initiative*, subdivididos em Perfil da Organização e Indicadores de Desempenho.

5.1. Perfil da Organização

O objetivo do Perfil da Organização é a de fornecer uma visão estratégica da organização com a sustentabilidade, subsidiando o contexto para relatos subsequentes e mais detalhados em outras seções das Diretrizes. Para o Relatório de Sustentabilidade da Universidade Federal do Espírito Santo, o Perfil poderia, tal como demonstrado no Quadro 29, ser estruturado da seguinte forma:

Quadro 29. Perfil da Organização para Relatório de Sustentabilidade da UFES.

Item	Subitem	Descrição
1. Estratégia e Análise	1.1.	Mensagem do Reitor.
2. Perfil Organizacional	2.1.	Nome da Organização.
	2.2.	Dados sobre o ensino, a pesquisa e a extensão.
	2.3.	Estrutura operacional da organização
	2.4.	Localização da sede da organização.
	2.5.	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que as principais operações estão localizadas.
	2.6.	Tipo e natureza jurídica da propriedade.
	2.7.	Porte da Organização relatando o número de empregados, número de organizações e quantidade de produtos ou serviços oferecidos.
	2.8.	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório
3. Parâmetros para o relatório	3.1.	Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas
	3.2.	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou ao seu conteúdo
	3.3.	Processo para definição do conteúdo do relatório
	3.4.	Limite do relatório de abrangência do Relatório, em termos de estrutura organizacional.
	3.5.	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.
	4.1.	Estrutura de governança da organização incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas,

Governança, compromisso e Engajamento		tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.
	4.2.	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.
	4.3.	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar.

Fonte: Elaboração própria.

A apresentação desse item do Relatório pode ser feito de maneira criativa, apresentando-se com infográficos que demonstrem, com clareza, as informações pertinentes.

5.2. Indicadores de Desempenho

Os indicadores essenciais, desenvolvidos pela *Global Reporting Initiative*, foram desenvolvidos com o objetivo de serem aplicáveis à maioria das organizações e são definidos em três grupos: indicadores de Desempenho Ambiental, Econômico e Ambiental. Para a Universidade Federal do Espírito Santo, os indicadores essenciais que fariam parte da composição do Relatório, selecionados dentre aqueles relacionados nas Diretrizes, definidos após a consulta aos entrevistados e, considerando-se os princípios de conteúdo e qualidade, estão arrolados nos tópicos a seguir.

5.2.1. Indicadores de Desempenho Ambiental

Os indicadores de Desempenho Ambiental utilizados para compor um Relatório estão relacionados conforme Quadro 30.

Quadro 30. Indicadores de Desempenho Ambiental para relatório de sustentabilidade da UFES.

Aspectos	Código	Indicador
Material	En1	Materiais usados por peso ou volume.
	En2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
Energia	En3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
	En4	Consumo de energia proveniente de fontes renováveis.
Água	En8	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.
Biodiversidade	En11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
	En12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
Emissões, Efluentes e	En20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.

Resíduos	En21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
	En22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.

Fonte: Elaboração própria.

5.2.2. Indicadores de Desempenho Econômico

Os indicadores de Desempenho Econômico utilizados para compor um Relatório estão relacionados conforme Quadro 31.

Quadro 31. Indicadores de Desempenho Econômico para relatório de sustentabilidade da UFES.

Aspectos	Código	Indicador
Desempenho Econômico	Ec1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.
Presença no Mercado	Ec6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.
	Ec7	Procedimentos para contratação de mão-obra-local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade.
Impactos Econômicos Indiretos	Ec8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> .

Fonte: Elaboração própria.

5.2.3. Indicadores de Desempenho Social

Os indicadores de Desempenho Social são subdivididos nos campos Relações Trabalhistas, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade Social pelo Produto. Para o campo Relações Trabalhistas, os indicadores essenciais a serem relatados estão elencados no Quadro 32.

Quadro 32. Indicadores de Desempenho Social – Relações Trabalhistas para relatório de sustentabilidade da UFES.

Aspectos	Código	Indicador
Saúde e Segurança no Trabalho	La7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmos e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por gênero.
	La8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
Treinamento e Educação	La10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por gênero e por categoria funcional.
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	La13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.

Fonte: Elaboração própria.

Os indicadores do campo Direitos Humanos estão elencados no Quadro 33, a seguir.

Quadro 33. Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos para relatório de sustentabilidade da UFES.

Aspectos	Código	Indicador
Não Discriminação	Hr4	Número total de casos de discriminação, e as medidas corretivas tomadas, discriminados por gênero.
Trabalho Infantil	Hr6	Operações e fornecedores significativos, identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.
Reparação	Hr11	Número de queixas relacionadas a direitos humanos protocoladas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismo formal de queixas.

Fonte: Elaboração Própria.

A seguir, no Quadro 34, estão elencados os indicadores do campo Sociedade a serem utilizados em Relatório GRI elaborado pela UFES.

Quadro 34. Indicadores de Desempenho Social – Sociedade para relatório de sustentabilidade da UFES.

Aspectos	Código	Indicador
Comunidades Locais	So1	Percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento.
	So10	Medidas de prevenção e mitigação, implementadas em operações com impactos negativos significativos, potenciais ou reais, em comunidades locais.
Corrupção	So4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.

Fonte: Elaboração própria.

Os indicadores do campo Responsabilidade Social pelo Produto, selecionados para compor o relatório, estão descritos no Quadro 35.

Quadro 35. Indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade Social pelo Produto para relatório de sustentabilidade da UFES.

Aspectos	Código	Indicador
Saúde e Segurança do Cliente	Pr1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.
Comunicações de Marketing	Pr6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.

Fonte: Elaboração própria.

Vale ressaltar que os itens e indicadores sugeridos neste Plano de Intervenção são resultados de entrevistas e análises com pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo, estando abertas a novas sugestões

propositivas, considerando-se, também, a possibilidade de consulta a outros grupos que façam parte do desenvolvimento científico e administrativo da universidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou efetuar um estudo prospectivo sobre a possibilidade de adoção de Relatório de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Para tanto, buscou-se diagnosticar a atual situação institucional relativa à condução da gestão pública de programas, projetos e ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Espírito Santo, em prol da sustentabilidade. A temática em que se insere é a do Desenvolvimento Sustentável (DS) com especial foco para o DS nas universidades. Ao longo do Referencial Teórico, foi apresentado o histórico da evolução do pensamento ambiental, principalmente a partir da década de 1960, que norteou a maneira como o ser humano lida com as inter-relações das questões ambientais, sociais e econômicas. Diante disso, apresentou-se o novo paradigma da sustentabilidade ao qual o homem, na condição de protagonista dos problemas e das soluções, busca novas maneira de se conciliar o desenvolvimento econômico frente às urgências socioambientais.

Foi apresentado o histórico da legislação ambiental no Brasil e o surgimento de mecanismo de mercado para o desenvolvimento sustentável. Além disso, evidenciou-se o desenvolvimento da Responsabilidade Social das organizações e do conceito de Responsabilidade Socioambiental, evidenciando-se como o processo abrange diversas áreas de estudo. A Responsabilidade Social desenvolve-se em quatro diferentes dimensões: econômico, legal, ético e filantrópico sendo organizado nas abordagens do *shareholder*, do *stakeholder* e abordagem da sociedade, em que pese, cada um transcende o anterior. Dentro desses conceitos, desenvolveu-se a ideia de *accountability* corporativa para definir os mecanismos institucionais que determinam ao líderes corporativos prestarem contas de forma contínua à sociedade como um todo. Esse dever de prestar contas à sociedade, aliadas ao novo paradigma de sustentabilidade emergente levou ao desenvolvimento de outro conceito, sendo este o de Responsabilidade Socioambiental.

No contexto da Responsabilidade Socioambiental, emerge-se o conceito de *Triple Bottom Line*, que define, entre outras ideias, que o sucesso de uma organização não pode ser medido somente pelo lucro gerado no negócio, mas, sobretudo, pela possibilidade de associação do negócio com as dimensões

econômicas, sociais e ambientais, ao qual organização está sujeita, como parte integrante e atuante de uma sociedade.

Considerando a Responsabilidade Socioambiental e a necessidade de se medir e relatar os impactos das organizações, houve a emergência de indicadores que mostrassem impactos sociais, econômicos e ambientais, além do surgimento de relatórios que exibissem esses impactos. Foram mostrados, no referencial teórico, os principais índices de sustentabilidade desenvolvidos, bem como outras formas de se relatar a sociedade os impactos socioeconômicos e ambientais.

Além disso, a revisão de literatura buscou relatar como se dá a gestão ambiental e a responsabilidade socioambiental no contexto da Administração Pública, mostrando os principais projetos e programas atualmente desenvolvidos. O principal eixo norteador no âmbito da Administração Pública é o programa A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, que realiza monitoramentos específicos sobre os temas Gestão de Resíduos Sólidos e as Licitações Sustentáveis. Os monitoramentos são realizados a partir de um questionário próprio, as informações são compiladas e um *ranking* é elaborado, por meio de uma graduação de nota aferida em cada categoria. O monitoramento se dá por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, que permitem subsidiar a elaboração de uma série histórica de consumo, permitindo que metas sejam traçadas para o uso racional dos recursos.

Contudo, na administração pública, relatar à sociedade o impacto das suas organizações não tem sido algo naturalmente manifesto, de forma que haja a emissão de relatórios de sustentabilidade, de forma rotineira, tanto pela baixa adesão ao dever de se relatar, quanto pela ausência de modelos. Nessa conjuntura, as diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* podem ser úteis para a universidade. Foi realizada, então, uma revisão bibliográfica sobre como é desenvolvido um relatório nos moldes da GRI, qual a atual situação da adesão deste modelo por diversas organizações no mundo inteiro e no Brasil, bem como as suas principais falhas.

As diretrizes são largamente utilizadas por organizações no mundo inteiro, públicas ou privadas. Evidentemente, o relatório de sustentabilidade está sendo muito utilizado pelo mercado, levando às organizações a construírem esses documentos, permitindo o acesso a informações relativas às atividades que a organização realiza, tornando-se, assim, modelo de evidenciação das ações

praticadas pelas organizações. Todavia, existem falhas encontradas que estão claramente evidenciados na bibliografia do assunto. Entre as principais, destaca-se: a abrangência limitada; a falta de evidenciação de externalidades negativas; falta de comparabilidade entre os relatórios prejudicando a comparabilidade e diminuindo, assim, a possibilidade de se gerar informações úteis; a falta de uniformidade entre relatórios de um mesmo seguimento tem dificultado o uso dos relatórios de sustentabilidade como *benchmarking*. Outro problema verificado foi a falta de adesão aos indicadores da maneira como são determinados pelas Diretrizes.

Em relação ao problema definido para este trabalho, inicialmente foi feita a caracterização organizacional da universidade, demonstrando-se todas as unidades que compõem a UFES. Posteriormente, diagnosticou-se como a sustentabilidade está sendo conduzida pela universidade. Verificou-se que a universidade agiu de forma reativa, seguindo as orientações da A3P e as ações de controle da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Seguindo uma linhagem histórica, a universidade criou o Programa *Campus Sustentável*, em 2009, que teria como estratégia: o Sistema de Gestão Ambiental da Universidade; a participação pública e responsabilidade social; e pesquisa e ensino da sustentabilidade sendo, ainda, subdividido em dois projetos: o Projeto Coleta Seletiva (Ecoletiva) e o Sistema de Informações sobre Sustentabilidade (SIMA). O Projeto Ecoletiva teria, por objetivo, a efetivação da coleta seletiva dos resíduos sólidos em todo Campus de Goiabeiras. Já o SIMA, consistiria em centralizar as informações sobre todas as ações de caráter ambiental dentro da universidade. Contudo, apesar da importante iniciativa, o programa não foi implementado.

Mais recentemente, a Universidade Federal do Espírito Santo criou a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável cujas atribuições seriam a de elaborar, monitorar, avaliar e revisar os Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS, atendendo a Instrução Normativa nº 10, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento. Ademais, a UFES também está participando do programa Esplanada Sustentável, sendo que este engloba o Programa de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL/Plano Nacional de Eficiência Energética – Proenf e o projeto Coleta Seletiva Solidária, ainda em fase de implantação.

Diante do exposto, entende-se que a universidade ainda atua de forma muito lenta, numa perspectiva institucional, em relação às questões referentes à

sustentabilidade. Alguns motivos dessa baixa atuação, com relação às práticas sustentáveis, estão à falta de pessoal e de estrutura própria para realizar essas ações, além da dificuldade de se articular outras iniciativas dentro da instituição, o que caracteriza a fragmentação das ações que buscam a sustentabilidade na universidade.

Ainda que não possua um mecanismo que fique caracterizado com um relatório de sustentabilidade, a UFES, em seus relatórios de gestão, tendo em conta a determinação legal de órgãos de controles, sendo estes o CGU e TCU, publica o Relatório de Gestão Anual, que possuem a finalidade de facilitar a auditoria dos órgãos de fiscalização, bem como permitir ao público de uma forma geral conhecer os resultados, através da publicidade e transparência dos atos.

A partir de 2010, os relatórios de gestão publicados começaram a ter informações acerca da adoção de critérios de sustentabilidade, para as licitações públicas promovidas pela Prefeitura Universitária e pelo HUCAM. Verificou-se que em 2010, a universidade já havia adotado práticas sustentáveis para a aquisição de materiais, tais como privilegiar materiais passíveis de reuso ou materiais que reduzissem o consumo de água e energia, porém, verificou-se que não havia, até o momento, um direcionamento para realização de projetos de obras sustentáveis, compra de papel reciclado, ou ainda, a contratação de frota que utilizasse combustíveis menos poluentes. Além de não se identificar a existência de campanhas de conscientização para servidores, no intuito de se promover a sustentabilidade nas ações diárias.

Para o relatório de 2011, os indicadores demonstraram uma redução da perspectiva sustentável para as licitações feitas pela universidade, tanto para a UFES quanto para o HUCAM. Essa queda se repetiu no relatório seguinte, levando à conclusão que não há, de fato, qualquer abordagem consistente objetivando a sustentabilidade, nas licitações. A novidade do relatório de 2012 foi a realização dessa avaliação para CCA e para o CEUNES, em específico. Para ambas, os resultados também indicaram a ausência de uso de critérios sustentáveis em suas práticas licitatórias.

Nesse contexto, este trabalho propôs à UFES a adoção de um Relatório de Sustentabilidade com base nas Diretrizes estabelecidas pela GRI. Para a proposta, seguiu-se a recomendação das Diretrizes, que sugere que a organização relatora elabore o seu primeiro relatório consoante ao Nível de Aplicação C. Para tanto, além

da pesquisa bibliográfica e documental, foi realizadas uma consulta a especialista por meio de entrevistas semiestruturadas com a equipe de técnicos da Proplan – Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e com pesquisadores da universidade que atuam na área do desenvolvimento sustentável.

Nas entrevistas procurou-se verificar o conhecimento dos participantes diante da temática apresentada, conforme os roteiros explicitados nos Apêndices A e B deste trabalho. Percebeu-se a fragmentação do conhecimento das ações institucionais ou, até mesmo, o desconhecimento de muitos acerca da questão da Sustentabilidade dentro da universidade. Também foi investigado, junto à Proplan, as informações necessárias, conforme os itens solicitados a se constar no Perfil da Organização, de acordo com o Quadro 4, verificando-se quais já estavam disponíveis, quais deveriam ser pesquisadas, e ainda, para quais itens não caberiam ser demonstrados. Alguns subitens, ainda que não possuam dados, poderiam ser adaptados ao contexto da universidade e suas informações levantadas. Já outros subitens, tais como os subitens 2.7 e 3.8, não deveriam ser relatados visto que são muito específicos de organizações privadas e que atuam no mercado, não cabendo a sua adaptação ao cenário da universidade.

Também foram averiguados quais os indicadores de desempenho ambiental econômico e social, padronizados pelas Diretrizes, adaptar-se-iam na conjectura da universidade. Entre os indicadores, considerados como essenciais, foi apresentado aos entrevistados 17 (dezessete) indicadores ambientais (Quadro 8), 7 (sete) indicadores econômicos (Quadro 9) e 30 (trinta) indicadores sociais, subdivididos em 10 (dez) indicadores nos campos Relações Trabalhistas (Quadro 10), 9 (nove) indicadores de Direitos Humanos (Quadro 11), oito (oito) indicadores de Sociedade (Quadro 12) e 4 (quatro) indicadores de Responsabilidade Social pelo Produto (Quadro 13). Sugeriu-se, discricionariamente, observando-se a quantidade de indicadores, a escolha de até 8 (oito) indicadores ambientais e 4 (quatro) indicadores econômicos, além de 4 (quatro) indicadores sociais do campo Relações trabalhistas, 3 (três) indicadores de Direitos Humanos, 3 (três) indicadores do campo Sociedade e 3 (três) indicadores relativos à Responsabilidade Social pelo Produto.

O resultado das entrevistas demonstrou que os indicadores mais escolhidos foram: os Indicadores ambientais En1, En2, En3, En4, E8, En11, En12 e En22; os indicadores econômicos Ec1, Ec6, Ec7 e Ec8. Para os indicadores sociais seriam escolhidos: La7, La8, La10 e La13 (Relações Trabalhistas); Hr4, Hr6 e Hr11 (Direitos

Humanos); indicadores So1, So4 e So3, este último empatado com So5 e So9 (Sociedade); indicadores Pr1, Pr6 e Pr3 (Responsabilidade Social pelo Produto). Vale ressaltar que os indicadores do campo Responsabilidade Social pelo Produto foram questionados quanto a sua adaptabilidade, haja vista a dificuldade de se enquadrar a ideia de "aluno formado" como produto. Foi sugerido, também, o desenvolvimento de indicadores educacionais que permitissem avaliar a eficiência dos investimentos em ensino, pesquisa e extensão.

Conclui-se assim que o desenvolvimento de um Relatório de Sustentabilidade baseado nas Diretrizes criados pela *Global Reporting Initiative* é viável, considerando-se algumas adaptações no relato do Perfil da Organização e dos Indicadores de Desempenho. Sugere-se, também, que para liderar a elaboração, a Proplan, ou outro setor criado para a Gestão Ambiental da universidade, seja o condutor desse processo, visto que a sua função na estrutura organizacional da UFES, respeitando, entretanto, a importância da participação de todos os parceiros, internos e externos e, considerando, sobretudo, os *stakeholders* e demais afetados pelas ações no contexto de atuação e desenvolvimento organizacional da universidade.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. A.; EVANS, R. **Accountability, completeness, credibility and the audit expectations gap**. Journal of Corporate Citizenship, v.14, p. 97-115, 2004.
- ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. (2008). **An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices**. Journal of Cleaner Production. 16(2008): 1777-1785.
- ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R. B. G.; TOMEI, P. A. **Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: uma análise conceitual corporativa**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD – ENANPAD, 24, 2000, Anais. Curitiba, 2000.
- AZEVEDO, A. L. V. **Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS**. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 5, p. 75-93, 2006.
- ANDRIOF, J.; WADDOCK, S.; HUSTED, B.; RAHMAN, S. S. **Unfolding stakeholder thinking: theory, responsibility and engagement**. Sheffield: Greenleaf Publishing, 2002.
- BARBOSA, P. R. A. **Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISE-BOVESPA): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa**. 2007. – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BATTESTIN, C. **Ética e educação ambiental: considerações filosóficas**. 44f. Monografia de Especialização. Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2008.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.68-80, jan.-jul., 2005.
- BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm>. Acesso em 13 Ago 2013.
- BRUNDTLAND, G. et al. **Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, FGV, 1988.
- BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Instituto de Pesquisas Sociais. Recife, 1994. 262p.153 Disponível

em:<<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em 11 jun. 2013.

CALIXTO, L. **Responsabilidade Socioambiental: A Divulgação de Relatórios na América Latina**. 2011. 316 f. Tese (Doutorado em Gestão Socioambiental e da Saúde) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

CARAMEZ R. B.; COOPER M.; Plano diretor para a gestão ambiental universitária: a experiência do campus “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (USP). In: LEME, P.C.S.; PAVESI, A.; ALBA, D.; GONZÁLEZ, M.J. (Org). **Visões e experiências Ibero-Americanas de Sustentabilidade nas Universidades: desdobramentos do 3º Seminário Internacional de Sustentabilidade na Universidade** (17 a 19 de novembro de 2011, São Carlos. SP, Brasil). Madrid: UAM, p. 97.

CARROLL, A. B. **The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders**. Business Horizons, v. 34, n. 4, Jul-Aug, 1991.

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais de empresas latino-americanas**. Pensar Contábil, v. 9, p. 14-22, 2007.

CASTRO, F. A. R. de; SIQUEIRA, J. R. M. de; MACEDO, Ma. A. S. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano**. Revista de Informação Contábil, v. 4, p. 83-102, 2010.

CINTRA, Y. C. **A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil** / Yara Consuelo Cintra. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2011. São Paulo, 2011.198 p.

CLARKSON, M.B.E. **A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance**. The Academy of Management Review, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

CORAL, E.; STROBEL, J. S.; SELIG, P. M. A. **Competitividade empresarial no contexto dos indicadores de sustentabilidade corporativa**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 24, 2004, Florianópolis. Anais do ENEGEP 2004. p. 5122-5129.

COTRIM G. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. São Paulo: Saraiva; 1998. p. 243-303.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. **Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo de caso nas empresas brasileiras**. Revista de Administração Eletrônica, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008.

CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística**. – 7. ed. rev. E ampl. – São Paulo: Atlas, 2000.

DALCOMUNI, Sonia Maria. **Dynamic capabilities for cleaner production innovation: the case of the market export pulp in Brazil**. Tese (Doutorado em Economia) – University of Sussex, UK, 1997.

_____. **Nanotecnologia, Inovação e Economia**. In: MARTINS, P.R. (org.). **Nanotecnologia, Sociedade e Meio ambiente**. São Paulo: Xamã, 2006.

DE MARTINI JUNIOR, L. C. **Análise da transparência corporativa através dos relatórios de sustentabilidade com base na Global Reporting Initiative de empresas do setor brasileiro de energia elétrica**. 176 p. 2013.

DE PAULA, J. A.; MONTE-MÓR, R. L. M. **Biodiversidade, população e economia: uma experiência interdisciplinar**. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloísa (Org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. 2ª ed. São Paulo: Senac, 2006. 342p.

DELAI, I.; TAKAHASHI, S. **Elementos fundamentais para escolha dos sistemas de mensuração do desenvolvimento sustentável**. 9º SEMEAD, 2006. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/31.pdf>. Acesso em: 11 jun 2013.

DEPONTI, C., ALMEIDAL, J. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/430.pdf>>. Acesso em: 13 de outubro. 2014.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, L. N. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; ROSSI, M. Z. G. **Balanço Social: a utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em empresas brasileiras**. XXX ENANPAD. Anais eletrônicos. Salvador, 2006.

ECOSSISTEMAS. **Relatório de Sustentabilidade GRI**. Disponível em: <http://www.ecossistemas.net/newsite/?option=com_content&view=article&id=16%253Arelatorio-de-sustentabilidade-gri&catid=16%253Asustentabilidade-empresarial&Itemid=18>. Acesso em: 12 ago 2013.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.

ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis: 2003. v. II.

Apresenta os indicadores de responsabilidade social nas empresas. São Paulo. 2014a. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/indicadores/>>. Acesso em: 21 Mar. 2014.

Incorporação dos princípios da responsabilidade social. 2014b. Disponível em <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/incorporacao-dos-principios-da-responsabilidade-social/#.VDncUjbfRV4>> Acesso em: 10 Abr 2014.

Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. 2014b. Disponível em <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.VDnaizbfRV4>>. Acesso em: 10 Abr 2014.

GADOTTI, M.. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GRAY, R.; OWEN, D.; ADAMS, C. **Accounting and accountability: changes and challenges in corporate social and environmental reporting.** Hertforshire: Prentice Hall, 1996.

GROHMANN, M. Z.; BATTISTELLA, F. L.; LÜTZ, C. **A ética no consumo: qual a percepção da juventude?** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 10 (2), pp. 913-925. 2012.

GREENPEACE. **Bhopal Disaster.** Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/usa/en/campaigns/toxics/justice-for-bhopal/>>. Acesso em: 12 nov 2013.

GREENPEDIA. **Global Reporting Initiative.** Disponível em: <<http://greenpedia.greenvana.com/termos/global-reporting-initiative-gri/175>>. Acesso em: 18 ago 2013.

GRI – Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade.** Versão 3.0. GRI. Amsterdã. 2000-2006.

Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade. Versão 3.1. GRI. Amsterdã. 2000-2011.

What is GRI? Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 02 Dez 2013.

Sustainability Disclosure Database. Disponível em: <<http://database.globalreporting.org/search>>. Acesso em: 04 Mai 2014a.

_____. **GRI Sustainability Reporting Statistics**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRI-Reporting-Trends-2011.pdf>>. Acesso em: 04 de Mai 2014b.

GODOI-DE-DOUZA, E; BUENO, J. M., ALVES, M. B. F. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 10, n. 13, p. 45-70, jan./jun. 2013 Disponível em: <<http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>>

GRÜN, M. **Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária**. Campinas, SP: Papirus 1996.

IGALENS, J. ***Comment évaluer les rapports de développement durable?***. Revue Française de Gestion, v. 30, n. 152, p. 151-166, 2004.

KRAEMER, M. E. P.; TINOCO, J. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N.. **Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 3, n. 7, p. 43-59, 2009.

LEHFELD, N.A.S.; BARROS, A.J.P. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARIMON, F. et al. **The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point?** Journal of Cleaner Production, v. 33, p. 132-144, 2012.

MARREWIJK, M. V. ***Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion***. Journal of Business Ethics, 44, may, p. 95-105, 2003.

MEIRA, A. M. **Apresentação dos indicadores de sustentabilidade da USP**. In: **Seminário USP de Sustentabilidade**. Outubro 2009. Anais.

MEIRA, J. C. **Origem do Direito Ambiental**. Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 19, n. 1, jan./jun. 2008.

MELO NETO, F. P de; FRÓES, C. **O Bem-feito: os novos desafios da gestão de responsabilidade socioambiental sustentável corporativa**. Rio de Janeiro. Qualitymark Editora. 2011. 188p.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 13 Ago 2013a.

_____. **Resolução CONAMA nº 01 de 1986.**
Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>;
Acesso em: 13 Ago 2013b.

NASCIMENTO, V. M.; PEREIRA, V. L. D. do V.; SILVA, S. L. da; BELLEN, H. M. V. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, do GRI, dos relatórios de empresas do setor bancário brasileiro.** 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Anais Eletrônicos. São Paulo, 2011.

NOVIENTAL. **Relatórios de Sustentabilidade GRI.** Disponível em:
<<http://noviental.wordpress.com/category/3-responsabilidade-social-empresarial-rse/3-4-guias-e-padroes-de-rse/3-4-6-gri-relatorios-de-sustentabilidade/>>. Acesso em: 20 nov 2013.

OLIVEIRA, D. A. **Evolução da Legislação Ambiental Brasileira. Do Império á República.** Disponível em:
<<http://drdao.jusbrasil.com.br/artigos/114762320/evolucao-da-legislacao-ambiental-brasileira>>. Acesso em: 20 out 2014.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção.** *apud* GODOI-DE-DOUZA, E; BUENO, J. M., ALVES, M. B. F. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, ano 10, n. 13, p. 45-70, jan./jun. 2013 Disponível em: <<http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>>. Acesso em: 20 nov 2013.

PALMISANO, A.; PEREIRA, R. S. **Sociedade e Meio Ambiente: história, problemas, desafios e possibilidades.** In: GUEVARA, A. J. de H. (org.). *Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 228p.

PARIS, P. K. S. **Um estudo de percepções de ONGs ambientalistas capixabas acerca da relevância de indicadores ambientais da GRI (Global Reporting Initiative).** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. 2012. 148 p.

PENTEADO, I. A. M.; AQUINO, C. B. **A divulgação voluntária de indicadores de desempenho econômicos, ambientais e sociais no setor de papel e celulose no Brasil. XIII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA.** Anais Eletrônicos. São Paulo, 2011.

PEREIRA, D. B.; SILVA, RAIMUNDO N. S. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da GRI nos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras.** *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 3, n. 2, 2008.

PEZZOPANE, J. E. M. **Memorando ao Presidente do Conselho Universitário Prof. Rubens Sérgio Rasseli.** Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 27 de maio de 2009.

PINTO, J. S.; CARLETTO, M. R. **Educação Ambiental no currículo escolar: algumas reflexões sobre o papel ativo do educador**. In: II Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia. Anais. 2010.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 18 out 2014

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. As **Normas ISO 14000**. Disponível em: <<http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/iso14000.html>>. Acesso em: 15 Ago 2013.

PRIMACK, R. B; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Ed. Efraim Rodrigues, 2001.

REIS, C. N.; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007.

SAITO, R.; SILVEIRA, A. M.; **Governança Corporativa: Custos de Agência e Estrutura de Propriedade**. RAE. Revista de Administração de Empresas, v. 48, p. 79-85, 2008.

SAM. *Sustainable Asset Management AG and S&P Dow Jones Indices LLC. The Dow Jones Sustainability World Index Guide. Version 12.0, 30 August 2012*. Disponível em: <<http://www.sustainability-indexes.com/library/guidebooks.jsp>>. Acesso: em 23 de jun. de 2014.

SCHEIN, H. Edgar. **Psicologia Organizacional**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1982.

SIQUEIRA, J. R. M. de. **Mensuração e avaliação do impacto social das organizações: uma análise crítica dos balanços sociais e propostas para um novo modelo**. 2003. 273f. Tese de Doutorado – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2003.

_____. **Balanço Social: Evidenciação da Responsabilidade Social**. In: FERREIRA, A. C. S.; SIQUEIRA, José R. M. de; GOMES, M. Z. (Orgs.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus. 1998.

SUSTAINABLE MEASURES. **Sustainable Measures: Characteristics of effective indicators**. Disponível em: < <http://www.sustainablemeasures.com/node/92>>. Acesso em: 13 de out. 2014.

TAVARES, D. A. C. **Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Resíduos Sólidos**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas (UESB), v. Ano 4, p. 141-157, 2007.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L.L. **A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário**. Gestão&Produção, v.13, n.3, p.503-515, set./dez. 2006.

TINOCO, J. E. P. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2006.

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. **Prestação de Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Vitória, Espírito Santo, março de 2011.

_____. **Prestação de Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2011**. Vitória, Espírito Santo, março de 2012.

_____. **Prestação de Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. Vitória, Espírito Santo, março de 2013.

_____. **Instituição**. Disponível em: <<http://www.ufes.br/instituicao>>. Acesso em: 20 de jun. 2014a.

_____. **História**. Disponível em: <<http://www.ufes.br/instituicao>>. Acesso em: 20 de jun. 2014b.

_____. **Como Funciona a UFES**. Disponível em: <<http://www.ufes.br/como-funciona-ufes>>. Acesso em: 20 de jun. 2014c.

_____. **Avaliação Institucional**. Disponível em: <<http://avaliacaoinstitucional.ufes.br/apresentacao>>. Acesso em: 22 de jun. 2014d.

_____. **Relatórios de Gestão e Prestação de Contas Anuais**. Disponível em: <<http://www.proplan.ufes.br/Materia.asp?CodMater=127>>. Acesso em: 28 de jun. 2014e.

_____. **Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.pu.ufes.br/sustentabilidade>>. Acesso em: 15 de out. 2014f.

VALLS, A. L. M. **O que é Ética**. Coleção Primeiros Passos - Nº 177. Ed. Brasiliense. Brasília, 1994.

VERTICE. **Responsabilidade Social e o conceito People, Planet e Profit**. Acesso em: <<http://verticeconsultores.com.br/blog/responsabilidade-social-e-o-conceito-people-planet-profit/>> Acesso em: 12/04/2014.

WAINER, A. H. **Legislação Ambiental Brasileira: Evolução Histórica do Direito Ambiental**. Revista de informação legislativa, v. 30, n. 118, p. 191-206, abr./jun. 1993, 04/1993.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICE A

Entrevista: Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e Equipe Proplan.

Esta entrevista semiestruturada é direcionada ao Pró-Reitor e à equipe da Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), com o objetivo de subsidiar a elaboração de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação de Gestão Pública – UFES, colhendo opiniões referentes à atual situação da sustentabilidade na Universidade Federal do Espírito Santo, e à possibilidade de elaboração de um Relatório de Sustentabilidade, no modelo das Diretrizes da *Global Reporting Initiative*, para esta universidade.

- 1) Qual é a atual situação da universidade no que se refere ao desenvolvimento sustentável? Quais são os programas e projetos de iniciativa institucional que a universidade desenvolve, visando o desenvolvimento sustentável?
- 2) Quais são as principais dificuldades que a UFES enfrenta para implantação ou desenvolvimento desses programas, projetos e/ou iniciativa?
- 3) A Proplan tem conhecimento de outros programas e em paralelo às iniciativas institucionais, que estão sendo desenvolvidas dentro da universidade?
- 4) Você conhece o Modelo de Relatório de Sustentabilidade desenvolvido pela *Global Reporting Initiative*?
- 5) O que acham da iniciativa de se elaborar um Relatório de Sustentabilidade, no modelo da *Global Reporting Initiative*, para a Universidade Federal do Espírito Santo? Em sua opinião, quais seriam os benefícios e as desvantagens que o desenvolvimento de um Relatório de Sustentabilidade poderia proporcionar à universidade?
- 6) Quais seriam as principais dificuldades para se elaborar um Relatório de Sustentabilidade para a Universidade?
- 7) A proposição sugerida neste trabalho é enquadrada, conforme as Diretrizes da *Global Reporting Initiative*, em sua versão G 3.1, no Nível de Aplicação C, sendo este o nível aplicação ao qual a GRI sugere para organizações que estão elaborando seus primeiros relatórios. Nesse nível são solicitados, para o relato do Perfil da Organização, os informes de uma série de subitens imprescindíveis para sua consecução. Para quais desses subitens, a seguir, a UFES já conta com informações disponíveis, e para quais seria necessário o levantamento de dados? As diretrizes da *Global Reporting Initiative* informam que, mediante justificativa, determinado subitem do Perfil da Organização não precisaria ser relatado. Estes são os subitens elencados pelas Diretrizes da GRI que são possíveis de serem relatados no Perfil da Organização, tendo em vista o nível de Aplicação C sugerido.

Item	Subitem	Descrição
1. Estratégia e Análise	1.1.	Declaração do detentor do cargo de maior poder na organização.
2. Perfil Organizacional	2.1	Nome da Organização.
	2.2.	Principais Marcas Produtos e Serviços.
	2.3.	Estrutura operacional da organização, incluindo as principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e <i>joint ventures</i> .
	2.4.	Localização da sede da organização.
	2.5.	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que as principais operações estão localizadas.
	2.6.	Tipo e natureza jurídica da propriedade.
	2.7.	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes beneficiários).
	2.8.	Porte da Organização relatando o número de empregados, número de organizações e quantidade de produtos ou serviços oferecidos.
	2.9.	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório, referentes a porte, estrutura ou participação acionária.
	2.10.	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório
3. Parâmetros para o relatório	3.1.	Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas.
	3.2.	Data do relatório anterior mais recente (se houver).
	3.3.	Ciclo de Emissão de Relatórios.
	3.4.	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou ao seu conteúdo.
	3.5.	Processo para definição do conteúdo do relatório.
	3.6.	Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, <i>joint ventures</i> , fornecedores).
	3.7.	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.
	3.8.	Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações.
	3.10.	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações.
	3.11.	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.
	3.12.	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.
7. Governança, compromisso e Engajamento	4.1.	Estrutura de governança da organização incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.
	4.2.	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).
	4.3.	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número e gênero de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança.
	4.4.	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança.
	4.14.	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.
	4.15.	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar.

8) Nos questionários a seguir, busca-se verificar a opinião dos participantes acerca dos indicadores que seriam utilizados em um possível relatório de sustentabilidade. Foram selecionados para a avaliação apenas indicadores essenciais, excluindo-se os indicadores adicionais. Assim sendo, de acordo com sua opinião, em se tratando da **dimensão ambiental**, quais dos seguintes indicadores dos referidos aspectos, a seguir, poderiam ser utilizados na composição de um relatório de sustentabilidade

para a universidade? Observando uma ordem de importância em que o 1º (primeiro) é o mais importante, e o 8º (oitavo) o menos importante, marque até 08 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Material	En1	Materiais usados por peso ou volume.	()
	En2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	()
Energia	En3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	()
	En4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	()
Água	En8	Total de retirada de água por fonte.	()
Biodiversidade	En11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	()
	En12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	()
Emissões, Efluentes e Resíduos	En16	Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso.	()
	En17	Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	()
	En19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio.	()
	En20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	()
	En21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	()
	En22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	()
	En23	Número e volume total de derramamentos significativos.	()
	En26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	()
Produtos e Serviços	En27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	()
Conformidade	En28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	()

9) Em se tratando da **Dimensão Econômica** da sustentabilidade, em sua opinião, quais dos seguintes indicadores dos referidos aspectos, a seguir, poderiam ser utilizados na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Observando uma ordem de importância em que o 1º (primeiro) é o mais importante, e o 4º (quarto) o menos importante, marque até 04 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Desempenho Econômico	Ec1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	()

	Ec2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades, para a universidade, devido às mudanças climáticas.	()
	Ec3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	()
	Ec4	Ajuda financeira significativa recebida pelo governo	()
Presença no Mercado	Ec6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	()
	Ec7	Procedimentos para contratação de mão-obra-local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade.	()
Impactos Econômicos Indiretos	Ec8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> .	()

10) Em sua opinião, dentro da **Dimensão Social**, algum indicador do campo **Relações Trabalhistas**, poderia ser utilizado na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Se houver, observando uma ordem de importância em que o primeiro (1º) é o mais importante, e o quarto (4º) o menos importante, marque até 04 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Emprego	La1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminados por gênero.	()
	La2	Número total e taxa de novos empregados contratados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.	()
	La15	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero.	()
Relações Trabalhistas	La4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	()
	La5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	()
Saúde e Segurança no Trabalho	La7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmos e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por gênero.	()
	La8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	()
Treinamento e Educação	La10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por gênero e por categoria funcional.	()
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	La13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	()
Igualdade de Remuneração para mulheres e homens	La14	Proporção de salário base e remuneração entre mulheres e homens, discriminados por categoria funcional e por operações em locais significativos.	()

11) Em sua opinião, dentro da **Dimensão Social**, algum indicador do campo **Direitos Humanos**, a seguir, poderia ser utilizado na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Se houver, observando uma ordem de importância em que o 1º (primeiro) é o mais importante, e o 3º (terceiro) o menos importante, marque até 03 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Emprego	Hr1	Percentual e número total de acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a preocupações com direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	()
	Hr2	Percentual de empresas contratadas, fornecedores e outros parceiros de negócio que incluam cláusulas referentes a preocupações com direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	()
	Hr3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.	()
Não discriminação	Hr4	Número total de casos de discriminação, e as medidas corretivas tomadas, discriminados por gênero.	()
Liberdade de Associação e Negociação coletiva	Hr5	Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar sendo violado ou estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	()
Trabalho Infantil	Hr6	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.	()
Trabalho forçado ou análogo ao Escravo	Hr7	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	()
Avaliação	Hr10	Percentual e número total de operações que foram submetidas a análises e/ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos.	()
Reparação	Hr11	Número de queixas relacionadas a direitos humanos protocoladas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismo formal de queixas.	()

12) Em sua opinião, dentro da **Dimensão Social**, algum indicador do campo **Sociedade**, a seguir, poderia ser utilizado na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Se houver, observando uma ordem de importância em que o 1º (primeiro) é o mais importante, e o 3º (terceiro) o menos importante, marque até 03 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Comunidades Locais	So1	Percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento.	()
	So9	Operações com impactos negativos significativos, potenciais ou reais nas comunidades locais.	()
	So10	Medidas de prevenção e mitigação, implementadas em operações com impactos negativos significativos, potenciais ou reais, em comunidades locais.	()
Corrupção	So2	Percentual e número total de unidades da avaliação submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	()
	So3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	()
	So4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	()
Políticas Públicas	So5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .	()
Conformidade	So8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.	()

13) Em sua opinião, dentro da **Dimensão Social**, algum indicador do campo **Responsabilidade Social pelo Produto**, a seguir, poderia ser utilizado na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Se houver, observando uma ordem de importância em que o 1º (primeiro) é o mais importante, e o 3º (terceiro) o menos importante, marque até 03 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Saúde e Segurança do Cliente	Pr1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	()
Rotulagem de Produtos e Serviços	Pr3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	()
Comunicações de Marketing	Pr6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	()
Conformidade	Pr9	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	()

14) Você sugere a inclusão de algum indicador? Em qual dimensão e por quê?

APÊNDICE B

Entrevista: Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo

Nome: _____

Esta entrevista semiestruturada é direcionada aos docentes da Universidade Federal do Espírito Santo, previamente selecionados após análise do currículo Lattes e verificado a suas atuações no âmbito do Desenvolvimento Sustentável. A entrevista tem, por objetivo, subsidiar a elaboração de minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação de Gestão Pública – UFES, colhendo opiniões referentes à atual situação da sustentabilidade na Universidade Federal do Espírito Santo, e à possibilidade de elaboração de um Relatório de Sustentabilidade, no modelo das Diretrizes da *Global Reporting Initiative*, para esta universidade.

1) Você conhece a atual situação da universidade no que se refere ao desenvolvimento sustentável? Conhece algum programa ou projetos de iniciativa institucional que a universidade desenvolve, visando o desenvolvimento sustentável?

2) Você tem conhecimento de outros programas e projetos, em paralelo às iniciativas institucionais, que estão sendo desenvolvidas dentro da universidade?

3) Você conhece o Modelo de Relatório de Sustentabilidade desenvolvido pela *Global Reporting Initiative*?

4) O que acha da iniciativa de se elaborar um Relatório de Sustentabilidade, no modelo da *Global Reporting Initiative*, para a Universidade Federal do Espírito Santo? Em sua opinião, quais seriam os benefícios e as desvantagens que o desenvolvimento de um Relatório de Sustentabilidade poderia proporcionar à universidade?

5) Quais seriam as principais dificuldades para se elaborar um Relatório de Sustentabilidade para a Universidade?

Nos questionários a seguir, busca-se verificar a opinião do participante acerca dos indicadores que seriam utilizados em um possível relatório de sustentabilidade. Foram selecionados para a avaliação apenas indicadores essenciais, excluindo-se os indicadores adicionais.

6) De acordo com sua opinião, em se tratando da **dimensão ambiental**, quais dos seguintes indicadores dos referidos aspectos, a seguir, poderiam ser utilizados na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Observando uma ordem de importância em que o 1º (primeiro) é o mais importante, e o 8º (oitavo) o menos importante, marque até 08 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Material	En1	Materiais usados por peso ou volume.	()
	En2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	()
Energia	En3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	()
	En4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	()
Água	En8	Total de retirada de água por fonte.	()
Biodiversidade	En11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	()
	En12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	()
Emissões, Efluentes e Resíduos	En16	Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso.	()
	En17	Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	()
	En19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio.	()
	En20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	()
	En21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	()
	En22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	()
	En23	Número e volume total de derramamentos significativos.	()
	En26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	()
Produtos e Serviços	En27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	()
Conformidade	En28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	()

7) Em se tratando da **Dimensão Econômica** da sustentabilidade, em sua opinião, quais dos seguintes indicadores dos referidos aspectos, a seguir, poderiam ser utilizados na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Observando uma ordem de importância em que o 1º (primeiro) é o mais importante, e o 4º (quarto) o menos importante, marque até 04 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Desempenho Econômico	Ec1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	()
	Ec2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades, para a universidade, devido às mudanças climáticas.	()

	Ec3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	()
	Ec4	Ajuda financeira significativa recebida pelo governo.	()
Presença no Mercado	Ec6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	()
	Ec7	Procedimentos para contratação de mão-obra-local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade.	()
Impactos Econômicos Indiretos	Ec8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> .	()

8) Em sua opinião, dentro da **Dimensão Social**, algum indicador do campo **Relações Trabalhistas**, poderia ser utilizado na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Se houver, observando uma ordem de importância em que o 1º (primeiro) é o mais importante, e o 4º (quarto) o menos importante, marque até 04 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Emprego	La1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminados por gênero.	()
	La2	Número total e taxa de novos empregados contratados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.	()
	La15	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero.	()
Relações Trabalhistas	La4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	()
	La5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	()
Saúde e Segurança no Trabalho	La7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmos e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por gênero.	()
	La8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	()
Treinamento e Educação	La10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por gênero e por categoria funcional.	()
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	La13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	()
Igualdade de Remuneração para mulheres e homens	La14	Proporção de salário base e remuneração entre mulheres e homens, discriminados por categoria funcional e por operações em locais significativos.	()

9) Em sua opinião, dentro da **Dimensão Social**, algum indicador do campo **Direitos Humanos**, a seguir, poderia ser utilizado na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Se houver, observando uma ordem de importância em que o primeiro (1) é o mais importante, e o terceiro (3) o menos importante, marque até 03 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Emprego	Hr1	Percentual e número total de acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a preocupações com direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	()
	Hr2	Percentual de empresas contratadas, fornecedores e outros parceiros de negócio significativos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e a medidas tomadas.	()
	Hr3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento .	
Não Discriminação	Hr4	Número total de casos de discriminação, e as medidas corretivas tomadas, discriminados por gênero.	()
Liberdade de Associação e Negociação coletiva	Hr5	Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar sendo violado ou estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	()
Trabalho Infantil	Hr6	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.	()
Trabalho forçado ou análogo ao Escravo	Hr7	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	()
Avaliação	Hr10	Percentual e número total de operações que foram submetidas a análises e/ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos.	()
Reparação	Hr11	Número de queixas relacionadas a direitos humanos protocoladas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismo formal de queixas.	()

10) Em sua opinião, dentro da **Dimensão Social**, algum indicador do campo **Sociedade**, a seguir, poderia ser utilizado na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Se houver, observando uma ordem de importância em que o primeiro (1) é o mais importante, e o terceiro (3) o menos importante, marque até 03 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
----------	--------	-----------	--

Comunidades Locais	So1	Percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento.	()
	So9	Operações com impactos negativos significativos, potenciais ou reais nas comunidades locais.	()
	So10	Medidas de prevenção e mitigação, implementadas em operações com impactos negativos significativos, potenciais ou reais, em comunidades locais.	()
Corrupção	So2	Percentual e número total de unidades da avaliação submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	()
	So3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	()
	So4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	()
Políticas Públicas	So5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .	()
Conformidade	So8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.	()

11) Em sua opinião, dentro da **Dimensão Social**, algum indicador do campo **Responsabilidade Social pelo Produto**, a seguir, poderia ser utilizado na composição de um relatório de sustentabilidade para a universidade? Se houver, observando uma ordem de importância em que o primeiro (1) é o mais importante, e o terceiro (3) o menos importante, marque até 03 indicadores.

Aspectos	Código	Indicador	
Saúde e Segurança do Cliente	Pr1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	()
Rotulagem de Produtos e Serviços	Pr3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	()
Comunicações de Marketing	Pr6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	()
Conformidade	Pr9	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	()

12) Você sugere a inclusão de algum indicador? Em qual dimensão e por quê?